

Camila Benjamim Vieira

O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica



ARARAQUARA – S.P.
2017

Camila Benjamim Vieira

O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e movimentos sociais

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Chaves Jardim

Agência de fomento: CNPQ

ARARAQUARA – S.P.
2017

VIEIRA, CAMILA BENJAMIM

O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica / CAMILA BENJAMIM VIEIRA – 2017
128 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Maria Ap. Chaves Jardim

1. Agricultura Familiar. 2. Reprodução social e econômica. 3. Feiras do produtor de Araraquara. 4. Circuito Curto de Comércio. I. Título.

CAMILA BENJAMIM VIEIRA

O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e movimentos sociais

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Chaves Jardim

Agência de fomento: CNPQ

Data da defesa: 10 de abril de 2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a Dr^a Maria Chaves Jardim

Universidade: Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara

Membro titular: Prof^a Dr^a Renata Medeiros Paoliello

Universidade: Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara

Membro titular: Prof. Dr Rodrigo Constante Martins

Universidade: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Local: Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho –UNESP Campus de Araraquara – SP- Faculdade de Ciências e Letras/ FCLAr

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão com aqueles que me acompanharam academicamente, afetivamente e espiritualmente durante o processo de ingresso e realização do mestrado, iniciando pela minha amada família, minha mãe Luciane Benjamim, meu pai José Mauricio Vieira, meus irmãos Tobias Benjamim e Ana Laura Vieira, minha avó Eunice Manoel Benjamin, minhas tias Liliani Benjamin, Giseli Barbosa, Rosa Luz e Maria Zilda Miguel, meu tio Carlos Barbosa e minhas primas Ana Barbosa, Amanda de Paula, Ana Claudia Miguel, Francine Luz e Giovana Luz.

Agradeço também aos amigos que caminharam comigo me proporcionando inspirações, afetos e novas formas de ver o mundo: Alberto Santiago, Thales Santos (Thales do Brasil), Licia Fagotti, Geander Barbosa, Jéssica Troiano, Natalia Innocente, Giovanna Isis, Taina Justo, Luma Scamilhe, Giuliana Garcia, Karine Dutra, Giovana Gonçalves, Sérgio Muknicka, Gabrielle Baumann, Guilherme Floriano, Pedro Costa, Francisco Ribacamá, Augusto Paschoalino, Ingrid Bonato e Kelly Rodrigues.

E, mesmo sem poder retribuir a contento, agradeço pelo apoio e confiança no meu trabalho, por todas as sugestões e horas de leituras despendidas à minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Chaves Jardim, estendo esse agradecimento à Prof^a Dr^a Renata Paoliello (minha matrona de graduação) e aos professores Dr^o Rodrigo Martins, Dr^o Sérgio Fonseca e Dr^o João Carlos Zuin e a Prof^a Dr^a Claudete Camargo, bem como aos meus colegas do Núcleo de Estudos NESPOM e NESEFI pelos ensinamentos profissionais. Agradeço também as funcionárias da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/ Araraquara, que me deram suporte primordial, sempre dispostas, sorridentes e com trabalho impecável: Selma de Fátima Chicareli e Bruna Nadi de Abreu. E agradeço ao CNPQ, que contribuiu para o financiamento dessa pesquisa, me concedendo por 12 meses a bolsa de mestrado.

De maneira especial e com muito apreço agradeço aos feirantes da Feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP, aos quais dedico a realização desse trabalho, que me permitiram um acompanhamento íntimo de suas dinâmicas, abrindo as portas de seus lares e parando seus afazeres, bem como a professora, mestre, mãe e assentada, Silvani Silva pela inspiração desse trabalho, com sua atuação social e política em prol dos agricultores familiares, que não lhes falte possibilidades e felicidade para continuarem alimentando corpos e mentes.

*“Viu o pé de jaca que plantou
No seu quintal crescer
Sentiu as dores do mundo em seus joelhos
De tanto rezar*

*Ir à feira, comprar bananas
Lavar a roupa, arrumar as camas
Ir à feira, comprar bananas
Lavar a roupa, arrumar as camas”*

Josefa Maria, As Bahias e a Cozinha Mineira
autora: Raquel Virgínia, álbum mulher (2015)

RESUMO

Parte de um projeto municipal, que recebe o nome de “Negócio do Campo”, a realização da Feira Noturna da Agricultura Familiar em Araraquara-SP, ocorre em todos os finais de tarde de quinta-feira desde julho de 2014 no pátio do prédio da estação ferroviária da cidade. Fazem parte da feira 36 feirantes, entre barracas de hortifrúti, alimentação e artesanato que comercializam com aproximadamente 800 consumidores por feira. Assim, compõe-se um espaço delimitado fisicamente, porém dotado de uma amplitude de relações sociais que perpassa esta fronteira. Essa amplitude se complexifica ao adicionarmos especificidades da feira em questão, como o fato de seus feirantes serem, em sua maioria, agricultores familiares assentados, característica que atribui significados particulares a esses feirantes, pela relação indissociável de casa/trabalho/família. A construção dessa pesquisa objetivou analisar a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP enquanto espaço de reprodução social e econômica dos feirantes, para isso o recorte teórico metodológico utilizado foi uma revisão bibliográfica sobre feiras e agricultura familiar no Brasil, dez entrevistas intencionais e oito meses de trabalho de campo, sustentadas pela sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, somada a sociologia econômica e sociologia rural.

Palavras – chave: Agricultura Familiar. Feira. Reprodução social e econômica.

ABSTRACT

Part of a city project called "Business of the Field", the family farming Night Fair in Araraquara-SP, takes place every thursday afternoon since July 2014 in the courtyard of the city Railway station. The fair (a kind of marketplace) has about 36 farmers, including tents of fruits and vegetables, food and handicrafts, with approximately 800 consumers per fair. It's a space physically defined, but endowed with an amplitude of social relations that crosses it's borders. This amplitude becomes more complex when we add specificities of the fair in question, as most of its marketers are settled family farmers, a characteristic that attributes particular meanings to these marketers, due to the inseparable relationship of home / work / family. This research's objective is to analyze the family farming Night Fair in Araraquara-SP as space of social and economic reproduction of the fairgrounds. To do that, the theoretical methodological clipping used was a bibliographical revision about fairs and family farming in Brazil, with ten intentional interviews and eight months of fieldwork, supported by Pierre Bourdieu's reflective sociology, coupled with economic sociology and rural sociology.

Keywords: Family farming. Market place. Social and economic reproduction.

LISTA DE FOTOS

FOTO 1	Pátio onde ocorre a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP	38
FOTO 2	Representação gráfica do espaço da feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP	82
FOTO 3	Foto aérea da propriedade da família de um feirante	82
FOTO 4	Paisagem da diversidade encontrada nas propriedades	83
FOTO 5	Barraca do “kit feirante” montada para a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara- SP	90
FOTO 6	Montagem da feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP	96

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I	Representação gráfica do espaço da feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP	40
-----------------	---	-----------

LISTA DE QUADRO

QUADRO I	Identificação dos campos em interação na feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP	68
-----------------	---	-----------

LISTA DE TABELAS

TABELA I	Feiras do município de Araraquara-SP	126
-----------------	--------------------------------------	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAGRP	Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto
A.M.A	Associação de Mulheres Assentadas
CAIC	Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CC	Circuitos Curtos
CEASA	Centrais de Abastecimentos S/A
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAM	Cooperativa dos produtores agrícolas de Motuca e região
CTA	Controladoria de Transporte de Araraquara
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DATER/MA	Departamento de Extensão Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERG	Escritórios Regionais de Governo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
M.A.U.S.S	Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
NESPOM	Núcleo de estudos e pesquisas sobre sociedade, poder,

	organização e mercado
NUPEDOR	Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEBRAE-SP	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em São Paulo
SESC	Serviço Social do Comércio
SP	São Paulo (estado)
SPA/MA	Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura
UHT	Temperatura Ultra Alta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
UFSCAr	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIARA	Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
Justificativa da escolha do <i>locus</i> de pesquisa	17
INTRODUÇÃO	23
A feira noturna da agricultura familiar: <i>locus</i> da pesquisa	33
SEÇÃO I – Inspirações teóricas e metodologia	42
I.1 - Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu	42
I.2 - Sociologia Econômica	49
I.3 – Notas sobre a Sociologia Rural	59
I.4 - Metodologia da pesquisa	66
I.4.1 - Entrevistas com os feirantes: apresentação e análises	70
SEÇÃO II – DESCREVENDO A FEIRA NOTURNA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ARARAQUARA-SP	78
II.1 – Sobre o fazer as entrevistas	78
II.2 – Sobre os perfis encontrados e a relação com a propriedade	83
II.3 - Sobre o fazer a feira	88
SEÇÃO III – A FEIRA E A REPRODUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL	100
III.1 - A teoria encontra a feira	100
III.2 – O “fazer feira” como espaço de socialização	108
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	126
Anexo - Feiras do Município de Araraquara-SP	126
Anexo II – Questionário para Prefeitura Municipal: Feira Noturna	127

APRESENTAÇÃO

O projeto inicial para a realização dessa dissertação tinha como objetivo analisar a construção social do mercado de produtos orgânicos no Brasil, delimitando, na sua escala produtiva, os produtores, os ciclos de comercialização e os consumidores. Tal projeto baseou-se no resultado da pesquisa de iniciação científica com o apoio financeiro da FAPESP (2013/06170-5) e intelectual do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM), liderado pela Professora Dr^a Maria Jardim, sobre a legislação do mercado de Produtos Orgânicos¹ no Brasil (2013 – 2015).

Com os dados colhidos para a pesquisa observei discursos, através de documentários, declarações e entrevistas encontrados na mídia, sobre as lutas latentes no espaço do mercado de orgânicos. As lutas no plano interno são reflexas do plano externo, no qual os orgânicos disputam espaço com os produtos convencionais, principalmente pela escassez de informações da maior parte da população, sobre o sistema de produção orgânica.

Reafirmando crenças sobre a necessidade de os produtos orgânicos ocuparem uma área de plantio mais extensa para produzir a mesma quantidade que os produtos convencionais e quanto ao elevado preço desses produtos (em média 70% mais caros nos supermercados), essa disputa de representatividade dos orgânicos é incorporada pelos agentes internos desse mercado que se dividem entre os que acreditam na substituição do sistema convencional pelo sistema de produção agroecológica e um outro grupo, que por sua vez defende a convivência dos dois sistemas. A existência de uma ideia compartilhada sobre o alto valor dos produtos orgânicos, também encontra respaldo nos dados colhidos nas entrevistas realizadas nessa pesquisa com os consumidores, já que esses “reclamaram” do elevado preço (em todas as respostas dadas sobre algum comentário que gostariam de acrescentar em relação ao orgânico).

Dessa forma identifiquei (BENJAMIM, 2015) que para quem é externo ao ciclo de produção, comercialização e consumo dos mercados verdes, produzir de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, como é a proposta do

¹ Esses produtos são caracterizados não apenas por um sistema de produção agrícola isento de insumos químicos, mas pela aderência as diretrizes da sustentabilidade: de serem produzidos e comercializados dentro de um processo economicamente viável, ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente aceitável.

desenvolvimento sustentável, pode parecer “irracional”, pois esse indivíduo está fora das regras do jogo. Por exemplo, não compreende essa verdade compartilhada entre os membros do mercado de orgânicos, o que muitas vezes leva a descrença sobre a fidedignidade desse sistema.

Os produtos orgânicos, pensados como mercadoria, representam um tipo de conhecimento para seus consumidores, possuindo, em um primeiro olhar, a necessidade de regulamentação na garantia e manutenção desse conhecimento. Quando o ciclo do comércio deixa de atender a essa demanda, a regulamentação apresenta-se como um poder externo exercido no mercado, mas que ao ser empregado nessa especificidade é incorporado e moldado por ela - o mercado de produtos orgânicos brasileiro e sua formação são exemplos disso, as formas de certificação e legitimidade para além de auditorias, como a venda direta e o reconhecimento de pares é uma mudança proposta dessa própria dinâmica.

O aspecto singular da legislação se dá pela certificação como marca distintiva nos grandes ciclos de comercialização e os laços de confiança surgidos através do contato direto dos agentes nos pequenos ciclos de comercialização. A sociologia econômica vinha de encontro a esse mercado, apontando a possibilidade de um estudo profundo do mesmo enquanto espaço social e a existência de variáveis econômicas, culturais, simbólicas e políticas na construção do mercado de produtos orgânicos.

Diversas ações conjuntas entre instituições centrais (ONU, Banco mundial, etc.), agricultores, agrônomos, médicos e consumidores, voltadas ao funcionamento e fortalecimento do mercado de produtos orgânicos, direcionaram para a análise desse mercado como construção social de forma que ao encontrarmos interesses econômicos, sociais e ambientais dentro de um mesmo mercado, por mais que possa sobressair uma esfera em detrimento de outra, essas não são excludentes, contrariando a dualidade mercado/sociedade, e afastando de análises em que de um lado só existem movimentos a favor da financeirização (e assim do econômico) e outro onde impera os movimentos estritamente altruísticos. As razões que fazem os agentes do mercado de produtos orgânicos agirem fazem parte de uma verdade compartilhada, ou seja, uma *doxa* nos termos de Pierre Bourdieu, a qual, por mais que não se possa negar o peso do econômico em nossa sociedade, é preciso levar em conta variáveis ambientais e sociais, as quais pareciam – sobretudo até os anos da contracultura - negadas devido a uma produção em massa.

No que se refere ao projeto inicial de mestrado (analisar a construção social do

mercado de produtos orgânicos no Brasil, delimitando, na sua escala produtiva, os produtores, os ciclos de comercialização e os consumidores), por se tratar de um projeto bastante abrangente, escolhemos um recorte para direcionar a pesquisa. Esse recorte direcionou para um ciclo de comércio específico, que apesar de conter produtos orgânicos (foco do projeto inicial) estende-se para produtos da agricultura familiar. A seguir apresento o “caminho” acadêmico percorrido, com a pretensão de justificar o recorte realizado.

Na pesquisa sobre a legislação do mercado de produtos orgânicos, que resultou em uma monografia de encerramento de curso, identificamos através da pesquisa de campo e entrevistas o protagonismo da “venda direta”, principalmente para a geração da confiança na procedência do produto vendido, obtendo legitimidade tanto por parte das instituições públicas, como dos consumidores que preferiam a venda direta à certificação por auditoria.

A venda direta compreendida na troca isenta de atravessadores entre produtor e consumidor encontra na feira noturna da agricultura familiar de Araraquara um espaço de excelência, dado que essa especificidade de comércio é pré-requisito por parte dos idealizadores da feira (prefeitura municipal e feirantes). Outra temática já encontrada na pesquisa anterior e que encontra pontos de intersecção nesse novo recorte é a crescente preocupação com acesso a alimentos saudáveis diversos².

Foi ainda na pesquisa de iniciação científica que entrei em contato com o horizonte teórico e metodológico que embasou esta pesquisa: a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu, a qual permite trabalhar holisticamente o objeto, somando a Sociologia Econômica e Rural para a análise. Delimitado o recorte e tendo a feira noturna como *locus* de pesquisa, as idas a campo para a sua observação, bem como o processo de qualificação do mestrado, identificamos (mestranda, orientadora e banca) um aspecto relevante nessa feira, muito caro a sociologia econômica e rural, que é a reprodução social e econômica dos feirantes; a partir daquele momento, compreender e objetivar essa reprodução tornou-se o fio condutor desta pesquisa.

² A questão alimentar se tornou ainda mais sensível, a mim, por ter trabalhado como cozinheira (julho de 2015 a fevereiro 2016), em um restaurante na cidade de São Carlos. Entre minhas funções estava a de fazer compra dos hortifrúteis, ocasião em que me deparei tanto com agentes atravessadores de hortifrúteis, que faziam a compra em lugares distantes cerca de 200 km do local, o que encarece os produtos, como com produtores de hortas urbanas com preços baixos em relação ao mercado, mas que não conseguiam suprir toda a demanda. Além disso, a própria relação dos agentes envolvidos me chamava a atenção: entre o íntimo e o indiferente dos produtos produzidos, vendidos, comprados, transformados em alimentos, o que me remetia imediatamente aos gostos socialmente construídos dos escritos de Bourdieu (2007a), Douglas e Isherwood (2009) e Appadurai (2008).

Justificativa da escolha do *locus* de pesquisa

A expressão “fazer feira”, usada comumente como o ato de ir comprar ou vender os produtos na feira, ganha um sentido literal nessa interpretação, pois para que a feira aconteça é preciso de pessoas que a façam, que sejam agentes, com suas trajetórias e posições sociais, que permitam e viabilizem o funcionamento desse mercado.

Para Garcia-Parpet (2002) a investigação da feira como objeto da ciência era escassa no Brasil até os anos 2000, bem como a exposição dos posicionamentos de instituições públicas sobre o assunto: “a análise dos circuitos de feira só despertava interesse etnográfico, pitoresco ou mesmo folclórico” (GARCIA-PARPET, 2002, p. 202) deixando as feiras à margem dos circuitos de comércio, como inexpressivas, sendo um resquício do passado que tendia a desaparecer com o avançar dos anos.

A relação entre campesinato e comércio nas feiras, estavam nos anos 1990 marginalizadas nas investigações acadêmicas, sendo vista como não legítimas em comparação aos estudos de outros mercados agrícolas. Por exemplo, estudos sobre a produção para a exportação estavam atrelados semanticamente ao interesse geral, já as feiras estavam ligadas ao “individual”, essa designação se referia às feiras livres por terem a presença de negociantes atravessadores.

São chamados de atravessadores os comerciantes que comprem os produtos para revendê-los, ou seja, eles não são os agricultores (não necessariamente); essa prática é comum em estabelecimentos diversos como hortifrúti, mercados, feiras-livres, etc. Nessa operação agrega-se preço dos produtos, devido ao trabalho de logística do atravessador, e/ou de especulação, o que faz com que o preço dos itens seja maior para o consumidor final e/ou a remuneração do produtor menor. Por essas especificidades os atravessadores eram vistos como aproveitadores, e por serem parte importante da feira livre, sua presença acabava por ocultar um possível interesse dos acadêmicos na função social das feiras (GARCIA-PARPET, 2002).

Embebidos em uma revisão bibliográfica sobre o estudo de feiras, Pierri e Valente (2010) as descrevem como mercados com preços padronizados pela concorrência ou por centrais de abastecimentos, pela diferença de preços no começo e no fim da feira, pela transferência direta do pagamento do consumidor ao produtor (criando vínculos sociais

estreitos), pelo uso do dinheiro como forma de pagamento, por um baixo volume, mas grande diversidade de produtos de qualidade, como uma atividade sem loja fixa e pertencente ao circuito inferior da economia³:

São diversas as abordagens para o estudo das feiras. O pesquisador pode optar por ressaltar aspectos tratados pela Economia, Geografia, Agronegócios, Nutrição, Saúde Pública e Serviço Social, Sociologia e Antropologia, entre outras. Pode ainda optar por um recorte urbano, espacial ou temporal, por um recorte de gênero, por um enfoque territorial. Poderá colocar o foco sobre o consumidor, valorizar aspectos normativos, programáticos ou políticos, fazer um estudo comparativo ou estudos de caso, bastante limitados no tempo e no espaço (PIERRI e VALENTE, 2010, p. 12).

Os ciclos cada vez maiores de comércio, ao distanciar produtores de consumidores, criam um ambiente de incerteza quanto à procedência dos alimentos, reforçada pelas denúncias de ambientalistas e profissionais de diversas áreas sobre o risco à saúde do uso abusivo de produtos químicos nos alimentos. Para Appadurai (2008) o distanciamento entre os membros dessa troca resulta de ciclos complexos de comercialização, e por isso, pode ser alienante criando “mitologias” acerca desses bens ou processo, ou seja, distorções, contradições e lacunas se estabelecem conforme a distância temporal, espacial e institucional.

A produção de alimentos em pequena escala não consegue cumprir regras que foram feitas para grandes cadeias de produção, o que garante a venda desses produtos é a confiança do consumidor devido às proximidades em ciclos curtos. O que valoriza esses alimentos não são qualidades sanitárias, mas sim sociais. Esses ciclos menores são baseados em confiança, qualidade, transparência e localidade (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Em 2012 o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) identificou sinais de crescimento no comércio em circuitos curtos no Brasil atrelados à agricultura familiar. O conceito de Circuitos Curtos (CC) que serve para caracterizar circuitos que mobilizam até um intermediário entre produtor e consumidor nos aponta proximidades entre esses dois grupos de agentes, contribuindo para o desenvolvimento local e a valorização da gastronomia local, pois é dentro do CC que se encontra a venda direta; esse termo pode ser substituído por “circuitos de proximidade” ou “circuitos locais”.

³ Em referência a Milton Santos (1979), como um “circuito local, intensivo em trabalho, de baixo nível tecnológico, baixa qualificação da mão-de-obra, precário em garantias trabalhistas, cujas atividades teriam como propósito a subsistência” (PIERRI e VALENTE, 2010, p. 11).

Esses circuitos relacionam-se com a noção de autonomia tanto dos produtores como dos consumidores (DAROLT et al, 2013). A destinação da produção agrícola familiar tem como vias o autoconsumo, a venda direta em feiras e cestas, os mercados institucionais e a venda para atravessadores. Para os produtores familiares a venda direta e ainda o beneficiamento desses produtos é uma possibilidade de garantia de renda.

Quando há a venda direta a produção é adaptada conforme a demanda dos consumidores, mas essa demanda pressupõe a existência de espaços de comércio, como as feiras. Essa via é, na maioria das vezes, operacionalizada pelo governo local, ou seja, são instituições públicas atuando em um ciclo de comércio, e com isso, ponto que permeia nosso objetivo, há a possível influência da esfera pública na reprodução econômica e social desses feirantes.

As alternativas agroalimentares criam novos espaços, possibilitando a inserção de pequenas produções no mercado, com seus próprios critérios qualitativos. Os valores econômicos não seriam suficientes para qualificar os alimentos para esses grupos, que visam curtas cadeias de consumo, valorizando pequenas produções e técnicas tradicionais e locais para a alimentação. A feira se apresenta como lugar de excelência para essas alternativas, na qual, segundo esses aspectos, garante-se a qualidade alimentar não só para os consumidores, mas também para os produtores⁴.

A agricultura familiar, feita por pequenos produtores não está em estagnação e atraso, o que há são disputas de espaços e luta por autonomia. Ações conjuntas entre produtores, consumidores e o Estado⁵ têm reforçados esses circuitos curtos:

As mudanças no sistema agroalimentar são recentes, de forma que, para compreender qual é, de fato, o papel dos consumidores e do Estado nesse reordenamento, são necessários mais estudos que busquem analisar a relação e a reconexão entre produção e consumo, as motivações dos consumidores em relação às escolhas alimentares e as formas de atuação e regulação do Estado. (CRUZ e SCHNEIDER, 2010, p. 35)

⁴ Kuranaga (2006), identificou que as famílias de agricultores familiares assentados da feira do terminal de integração, compravam apenas os itens alimentares óleo, arroz, açúcar, carne (mistura) e com menor recorrência farinha de trigo, fubá, macarrão, ovos, sal, café, substituindo o óleo pela banha de porco às vezes e a mistura pela criação de galinhas e gado; a produção para autoconsumo correspondia a uma parcela importante da alimentação.

⁵ Cruz e Scheneider (2010), apontaram que para Lang e Heasman, 2004, as políticas podem estar em uma fase de transição, de uma dominada pelo agronegócio e *comodites* para uma dominada pelas demandas de consumo.

As escolhas alimentares⁶, como forma de consumo, estão permeadas por simbologias e baseadas nos estilos de vida do agente, bem como no das classes sociais que os inserem e os diferem (CRUZ e SCHNEIDER, 2010). Nessa linha o que qualifica os alimentos não são propriedades nutricionais em si, mas uma gama de relações que passa pela forma de produção e de comercialização.

O “Guia Alimentar da População Brasileira” de 2014, publicação do governo federal que incentiva os circuitos curtos, aponta que os principais desafios para uma segurança alimentar, com preferência por alimentos in-natura, estão tanto em ações individuais como governamentais.

As feiras da Agricultura Familiar, promovidas pela prefeitura municipal de Araraquara, bem como por outras cidades da região (Matão, São Carlos, etc.) são exemplos de incentivo desses circuitos pela esfera pública.

São raras feiras livres que são alvo de políticas públicas específicas para a comercialização de produtos da agricultura familiar. Estas quando existem são justificadas pelo viés utilitarista, bem como por estudos voltados para os aspectos mercantis da feira (PIERRI e VALENTE, 2010). O estudo sociológico da atividade agrícola familiar busca ir além dos números econômicos, considerando aspectos sociais e culturais em relação a essa atividade comercial. Os trabalhos sobre agricultura familiar e mercado respondem que as alternativas para tal atividade estão no associativismo⁷ e no acesso a mercados específicos (mercados institucionais).

A destinação da produção da agricultura familiar é diversa, sendo mais comumente para o autoconsumo, trocas por outros gêneros alimentícios, venda direta, venda para

⁶ Para Simmel (2004), comer e beber é ao mesmo tempo uma atividade individual e coletiva, tanto no que se refere às escolhas como ao ato de comer, e se retomarmos Lévi-Strauss (1991), no volume I das mitológicas, assim como os mitos são bons para pensar, a comida cumpre essa função. O processo de ir até um determinado espaço, e não outros, escolher os alimentos, preparar e comer de uma forma específica envolve uma série de tomadas de decisão, bem como a mobilização de diversos grupos e indivíduos.

⁷ “a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitam-lhes explorar o potencial de cada um e, consequentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.” Além disso, “A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc. Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e o produtor certamente sai lucrando, pois reúne esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e de capacitação profissional.” (Página do site do ministério da agricultura, acessada em 29/01/2017, <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>)

intermediários, mercados institucionais e agroindústria, que correspondem a diferentes vias de comercialização sendo mais rentáveis e proporcionando mais qualidade de vida para a família conforme a autonomia proporcionada por essa via.

A agricultura familiar, antes tida como “pequena produção” fica à deriva do poder público até os anos 1990; um dos principais obstáculos para o fortalecimento da agricultura familiar é o escoamento da produção, principalmente quando os produtores possuem o perfil de baixa renda e um baixo nível de escolaridade. Pesquisas sobre esse tema podem ajudar tanto servindo como base para políticas públicas como na orientação dos produtores (PIERRI e VALENTE, 2010).

O agricultor familiar não pode ser pensado como um profissional, da mesma forma de um trabalhador urbano, pois seu trabalho, casa e família estão ligados intimamente. Pelo fato da unidade familiar configurar-se também como *locus* de trabalho (no qual essas duas esferas em diálogo constroem as reproduções sociais) a identificação das particularidades de cada esfera se faz importante na dinâmica do grupo. De forma que para a compreensão de suas escolhas é preciso apreender os sentidos que valoram essas relações na família.

A família, elo de relações e reproduções sociais, quando não é tratada como fechada e rígida, mas sim dinâmica, capaz de se moldar, apresenta diversos e novos formatos, principalmente pela necessidade de adaptação às mudanças ocorridas nas dinâmicas de trabalho no campo, o que requer desses grupos estratégias econômicas e sociais que podem reafirmar ou negar suas tradições.

A família pode ainda criar estratégias de reprodução concentradas em um membro do grupo, o qual pode romper com as trajetórias percorridas tradicionalmente por seus membros. Nesse caso, na família de agricultores, os pais podem querer que um filho não seja agricultor. As estratégias familiares, conforme os capitais mobilizados se desdobram na incorporação de atividades econômicas novas e distintas.

Esses aspectos dão corpo ao nosso objetivo geral, de analisar a feira como espaço de reprodução social e econômica dos feirantes, tendo a escolha de uma feira como *locus* de pesquisa, enquanto circuito de comércio curto e, por essa característica, marginalizado e virtuoso. Pois no Brasil, como apontado anteriormente, o processo de modernização econômico resultou em mudanças no campo, acabando também por uniformizar os costumes alimentares, com a exclusão da sazonalidade e da diversificação dos produtos devido ao aumento do monocultivo. Somando-se a isso temos novos padrões de consumo com o

processo de industrialização dos alimentos dos anos de 1980, os quais precisam ser de fácil acesso e preparo, ter alta durabilidade e obedecer a padrões estéticos; esses fatores reforçados por legislações sanitárias fortaleceram as longas cadeias de consumo alimentar, distanciando produtores de consumidores (GODOY, 2005).

Em suma a feira assume um papel social e cultural (RAU, 1983; GARCIA-PARPET 1984; KURANAGA, 2006). Como ponto de partida das Ciências Sociais podemos ver na feira um lugar de troca que não se limita à compra e venda de mercadorias, dada a relação de proximidade dos agentes que fazem a troca, como também ponto de encontro e lazer da população consumidora.

Após essa apresentação e justificativa, passo a apresentar a estrutura do texto, que está dividido da seguinte forma:

Na introdução resgatei um histórico sobre as feiras, principalmente no Brasil e do país que herdamos essa prática (Portugal). Contextualizou-se, ainda que de forma sucinta, a cidade de Araraquara, a legislação sobre feiras nesse município e uma caracterização da feira noturna. Com o intuito viabilizar o objetivo proposto a dissertação foi dividida em três seções.

Na primeira seção, apresento o recorte teórico-metodológico da pesquisa através da apresentação da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, somando a esse aporte os conceitos e considerações da sociologia econômica e da sociologia rural. Depois, aponto o caminho de análise e tratamento de dados para a pesquisa e realizo uma descrição das famílias entrevistadas. Na segunda seção, descrevi através de cinco aspectos observados nas idas a campo e investigados nas entrevistas - família, propriedade, feira, produção e financeiro -, o espaço social da feira, as regularidades e irregularidades nas relações entre seus agentes e as alianças e disputas ali ocorridas ou dali derivadas. Na terceira e última seção busquei sintetizar o objetivo geral problematizando a reprodução social e econômica dos feirantes através dessa via de comércio.

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem o objetivo geral de analisar a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara, considerando-a como um espaço de reprodução social e econômica dos feirantes. A reprodução é entendida aqui – com base na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu e da sociologia rural - como ações voltadas para a manutenção da posição no espaço social dos feirantes e de suas famílias.

O comércio em feiras livres não é uma prática moderna, seu surgimento data dos anos 2.000 antes de cristo. Ganha força com as rotas comerciais europeias do século XII, possibilitando a formação de espaços de vivências (aldeias) em seu entorno. Essa prática inicia-se no Brasil com o processo de colonização portuguesa e ocorre até os dias de hoje, tanto em sua forma mais popular de feiras livres, como nas particularidades das feiras de produtos orgânicos, agroecológicos, ou de produtos específicos que não se restringem ao material (feiras de troca de saberes, empreendedorismo, etc.).

A maioria das feiras existentes no Brasil são “feiras-livres”, essas, como sugere a própria denominação é um comércio de trocas variadas. Contudo, na feira *locus* dessa pesquisa o adjetivo “livre” dá lugar ao “da agricultura familiar”, ou mais especificamente “noturna da agricultura familiar”; assim, temos duas particularidades apresentadas já na denominação dessa feira: funcionar em um horário diferente do costumeiro das feiras, do entardecer para a noite, e ser exclusiva para produtores, mais especificamente, para agricultores familiares no exercício da venda direta.

Outra especificidade dessa feira é que a grande maioria dos feirantes são assentados da reforma agrária. Essa característica é parte das trajetórias de cada produtor e por isso exerce influência em suas escolhas individuais e coletivas, o que não significa o engessamento das escolhas e estratégias e nem mesmo a homogeneidade de perfis. Mas antes de aprofundar a descrição desse *locus*, escolhi contextualizar o que é uma feira, enquanto uma forma de comércio e como ela se relaciona com a agricultura, principalmente no Brasil. Assim, os próximos parágrafos trazem, ainda que de forma breve, não distanciando do objetivo dessa pesquisa, uma apresentação histórica sobre a gênese das feiras livres.

A historiadora portuguesa Virginia Rau (1983) realizou um estudo sobre as feiras surgidas no século XI com o renascimento do comércio europeu, através de um recorte documental entre 1125 e 1467, das “cartas das feiras” responsáveis pela autorização das

feiras. Portugal, localizado no extremo sudeste da Europa, não era nem uma grande zona de produção, nem de trânsito terrestre. Mesmo assim as feiras tinham um papel importante na organização econômica na Idade Média: eram locais de trocas entre produtos do campo e da cidade, onde circulavam mercadorias, informações e pessoas. E esse estudo sobre as regras e organização das feiras visava auxiliar a análise da dinâmica do comércio interno.

Entendidas como fenômenos econômicos, com lugar e data para acontecer, marcadas por cerimônias religiosas que atraíam a população de agricultores de longa distância, as feiras se diferenciavam pela localização. Serviam como meio de comunicação e exigiam sempre estradas em bom estado, favorecendo o desenvolvimento de aglomerados urbanos em pontos estratégicos (de acesso a diferentes locais).

A feira supunha uma organização garantidora de proteção jurídica, com a necessidade de uma autorização, já que ela era feita intramuros (de castelos, cercas, praças ou povoados), ou seja, pertencia politicamente a um território e dependia do aval de uma autoridade pública, do senhor territorial que as protegia por sua rentabilidade através da arrecadação de impostos. Esses eram os responsáveis pela “paz de feira” que correspondia à proibição de atos de hostilidades (brigas, homicídios, etc.) com a possibilidade de aplicação de penalidades. A “paz de feira” era sinalizada durante o acontecimento da feira por símbolos, podendo ser “um ramo de arbusto, um escudo encarnado ou branco, uma bandeira, um chapéu, uma espada, uma cruz, etc.” (RAU, 1983, p. 42). Essa regra também garantia a segurança aos feirantes antes, durante e depois da feira (ida e retorno) com a proibição da penhora de suas mercadorias ou de serem presos.

Os feirantes tinham como obrigação a venda dos produtos em apenas uma feira e sempre estarem presentes nessas, mesmo sem mercadorias, de modo que “Levando a população a abastecer-se ou a vender os seus produtos e artefatos na feira, o fisco tinha a certeza de não ser desfalcado, de manter o domínio sobre todo o tráfico interno e de fiscalizar os preços cujo aumento se tornava perigoso” (RAU, 1983, p. 153).

Rau diferencia feiras de mercados, sendo os últimos responsáveis pela venda semanal de mantimentos à população local, estando intimamente ligados à vida política, judicial e comercial dos pequenos aglomerados, enquanto as feiras eram reuniões periódicas (no mínimo ocorriam quinzenalmente) que aceitavam todo tipo de produto e vendedores, com influência regional ou nacional, agindo como um mecanismo regulador de distribuição espacial de produtos. Essas feiras eram tanto um atrativo para a migração como para a

manutenção da população, estimulando o comércio local. A importância da feira diminui com a estabilidade das atividades comerciais em vilas e cidades, sendo esse mercado o destino evolutivo das feiras, de acordo com a historiadora.

O Brasil, como colônia portuguesa, mantém a nomenclatura desse comércio como “feiras”, bem como carrega essa denominação nos dias da semana. Essa identificação se refere ao fato de que a primeira feira era feita no dia de missa, no domingo, com a chegada dos agricultores na cidade. No dia seguinte, com as sobras da primeira feira, era feita uma “segunda-feira”, depois no próximo dia uma “terça-feira” e assim por diante.

A feira como comércio ganha características diferentes no decorrer do tempo no país. No Brasil colonial era espaço do comércio de luxo; quando esse comércio passa a ser intermediado pela república, as feiras viram espaços de comercialização de todo tipo de produto e serviços, diminuindo sua expressão nos anos 1970 tanto pela criação de centrais de abastecimento e supermercados como em decorrência da chegada tardia da Revolução Verde no país, que modifica substancialmente a produção dos gêneros alimentícios vendidos na feira, bem como as condições do trabalho agrícola.

A existência de uma agricultura de subsistência e de vendas locais de alimentos muda no final da década de 1940, devido ao desencadeamento internacional da Revolução Verde. Esse fenômeno, impulsionado pela Europa e pelos Estados Unidos, é a “modernização” do campo através do chamado “pacote tecnológico”, que se refere ao uso de insumos químicos (fertilizantes, herbicidas, pesticidas e inseticidas) e maquinário (tratores, arados, ordenheiras), em larga escala, no sistema agrícola, possibilitando o aumento da produção de alimentos.

Segundo Khatounian (2001) o pacote tecnológico estabelece uma nova relação entre a agricultura e a indústria. A primeira torna-se grande dependente da segunda, já que o sistema agrícola moderno cria um ciclo vicioso, com o uso de insumos químicos cada vez mais potentes em um ambiente de monocultura, pois ao modificar a biodiversidade acaba facilitando o aparecimento e o alastramento de pragas, que por sua vez seriam extintas com novos insumos químicos.

Nesse processo temos uma apropriação de conhecimentos e insumos utilizados tradicionalmente na agricultura através da capitalização desses saberes e a venda para os próprios agricultores, bem como há uma substituição dos alimentos agrícolas por industrializados; o desenvolvimento biotecnológico na agricultura levaria os agricultores a “arrendatários virtuais ou reais” ou “bioadministradores”, fazendo com que parte das tarefas

produzidas fossem realizadas fora da propriedade (GOODMAN et al, 1990).

Nos anos de 1970, a Revolução Verde, então consolidada nos países industrializados, ganha espaço nos países em desenvolvimento. Para Gaspi e Lopes (2008), essa abertura foi possível graças à promessa, dos países pioneiros, da resolução dos problemas da fome através do “pacote tecnológico”. Sua inserção nos países periféricos resulta em modificações significativas, dentre as quais uma pequena quantidade de agrotóxico fazia o papel de muitos trabalhadores, deslocando a população rural para a cidade, bem como se instauram novos hábitos alimentares, pois a opção por alimentos não necessita mais orientar-se pela sazonalidade.

A ação e representatividade do sistema agrícola usuário da indústria química fez dele o novo paradigma ganhando a denominação de “convencional”. Khatounian (2001) afirma que os Estados Unidos contribuíram de forma significativa para a mundialização da indústria química de agrotóxicos, com o *marketing* de que esses produtos eram inofensivos às pessoas, trazendo benefícios para a produção e condição supostamente primordial para um país moderno.

No Brasil, antes da Revolução Verde, conforme Garcia e Palmeira (2001), historicamente a propriedade do espaço físico no início do século 20 estava concentrada nas mãos dos grandes proprietários, com cultivo destinado ao mercado internacional. Até metade desse século essas plantações eram unidades econômicas, sociais, culturais e políticas específicas: do ponto de vista econômico, organizavam o trabalho agrícola (convivência de lavouras de comércio e subsistência), e do ponto de vista social eram o espaço de realização da vida, onde se nascia, morava, casava, trabalhava, etc. A estrutura da sociedade caracterizava-se por dois extremos, de um lado a família dos grandes proprietários e agregados vivendo na casa-grande e de outro o grande número de trabalhadores em situação de quase miséria.

O quadro dos anos de 1930 ilustra a herança do universo colonial escravocrata. A maior parte da mão de obra utilizada nas grandes plantações era recrutada entre os moradores, filhos da escravidão, que de subordinados aos senhores de engenho passavam à obediência da autoridade do fazendeiro (GARCIA e PALMEIRA, 2001).

Ainda segundo Garcia e Palmeira (2001), já nos anos 1950 há uma alteração morfológica do rural com as mudanças sociais decorrentes da desvalorização das propriedades; simultaneamente, ocorreu o aumento de migração para as metrópoles e a

implantação dos direitos trabalhistas. Portanto, entre os anos 1960 e 1970 aumenta-se a mão de obra assalariada rural, ao mesmo tempo em que o trabalho no campo encontrava-se ameaçado pela Revolução Verde, nesse momento já iniciada. Esses aspectos mantinham a lógica senhor/escravo, sendo que os proprietários de terra sempre tiveram poder político no Brasil; logo, eles continuavam exercendo suas próprias leis em detrimento dos direitos sociais, trabalhistas e econômicos.

A mudança de boa parte da população rural para a cidade durante esses anos modifica o estilo de vida e coloca aos trabalhadores rurais duas possibilidades principais: liberdade associada aos custos reais de vida na cidade ou subordinação nos latifúndios. Os dados que caracterizavam o Brasil eram de uma população rural em declínio populacional, de diversidade econômica e de produção agrícola tradicional.

A partir dos anos de 1990 esses declínios cessaram. Ferreira (2002) chama a atenção para o fato de que no Brasil, assim como em outras partes do mundo, também ocorrem processos de resistências às modificações no campo e a urbanização do estilo de vida, através de uma reconstrução da ruralidade, que de forma complexa reafirma o rural sem negar a convivência com o urbano.

Os aspectos sobre as características e contextos do campo brasileiro incidem diretamente sobre o funcionamento das feiras, já que os principais produtos da feira vinham da agricultura e ainda, pelo predomínio de uma população rural brasileira até os anos 1970, a qual era abastecida por feiras. Por possuírem pouca infraestrutura, as feiras eram vistas com descrédito em relação ao mercado fixo, considerado eficiente, portanto, eram percebidas como via marginal e arcaica de comércio. Porém a feira agrupava diversas frações - produtores, intermediários e consumidores, não só do campesinato - fornecendo nesse espaço o reflexo das relações entre o rural e urbano.

O surgimento das Centrais de Abastecimentos S/A (CEASA)⁸ nos anos 1960, fez com que as feiras perdessem a importância. Segundo Garcia-Parpet (1984) essa intervenção do Estado através de uma forma de distribuição de produtos de “subsistência” monopolizou as transações de horticulturas. Os itens vendidos nas feiras começam a ser comprados no CEASA e terem os preços definidos por esse comércio. Até então as feiras eram o principal

⁸ “Eram economias mistas, sendo acionistas a União, os estados e os municípios onde se localizavam as sedes” - Manual I: Breve História do Sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2008.

lugar de escoamento de bens agrícolas, mas também de bens manufaturados e prestação de serviço. Outro comércio que ameaçava as feiras eram os supermercados (1970), mesmo que de início só vendessem produtos alimentares industrializados e produtos de limpeza.

A tese de doutorado desenvolvida por Garcia-Parpet ajuda a desenhar com mais detalhes esse tipo de comércio no Brasil. Em “Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano” (1984), a pesquisadora analisa as feiras da região enquanto “praças de mercado”, fazendo referência a Sahlins (1969), como o exercício de relações mercantis que só podem ser realizados entre pessoas:

Não se trata de um interesse, somente pelos produtos que passam pelas praças de mercado, mas de saber quem nelas vende, quem compra, quem as frequenta para realizar transações (econômicas ou não), se existem outras formas de distribuição e, por conseguinte, conhecer o espaço social de referência das praças de mercado e das outras formas de distribuição, e procurar estabelecer as hierarquias existentes entre elas. (GARCIA-PARPET, 1984, p. 21)

O objetivo dessa investigação estava em compreender a relação entre a feira (como instituição) e os trabalhadores rurais, em qual era a importância dessa relação para a reprodução econômica e social desses trabalhadores. Para isso, a pesquisadora realizou três visitas a campo entre 1976 e 1982, quando além de observar o funcionamento da feira, fez entrevistas e analisou os documentos fiscais.

O recorte metodológico centrava-se no funcionamento de dois tipos de feiras diferentes. A primeira, uma feira situada em uma plantação particular, na qual os trabalhadores também eram moradores, ou seja, recebiam do patrão casa e pequenas áreas para cultivar itens de subsistência, em troca de trabalho e subordinação às regras deste. O que os trabalhadores não conseguiam produzir era comprado no barracão pertencente ao usineiro ou ainda nessa feira organizada por ele, sendo assim era o patrão o responsável pelos locais, organização e abastecimentos dos itens necessários para a vida dos trabalhadores, apresentando-se como autoridade paternalista.

O segundo tipo eram feiras realizadas na cidade sob a responsabilidade da prefeitura (não que a primeira não precisava do alvará desta), de grande relevância para os pequenos produtores do agreste. De forma aprofundada, a autora analisou uma feira específica: a feira do Remigio. Esta se situava em uma antiga grande propriedade que se desmembrou pouco a

pouco enquanto emergia um campesinato de pequenos produtores livres, os quais tinham suas possibilidades de reprodução econômica e social limitadas pela expansão do domínio de terras e supressão das possibilidades de trabalho com a crescente criação bovina na região (anos 1970).

O estudo identifica a presença de pequenos agricultores nas feiras não só como produtores, mas, também, como “negociantes”, evidenciando que o acesso à feira e os interesses dos feirantes (conforme o que vende, como vende, quem compra, o que compra, como compra, etc.) variam segundo as origens sociais (rural/urbano) e a divisão familiar do trabalho (ajuda mútua entre parentes).

Os itens vendidos na feira permitiam o levantamento de capital monetário, que os pequenos produtores adquirissem familiaridade com o comércio e mobilizassem outros capitais na praça de mercado. Lidar com as variações das ofertas (suas ou dos pares) e das demandas exigia a combinação de estratégias como produtores e comerciantes. Nesse contexto, os pequenos produtores, que exerciam a venda direta, tinham a vantagem de conhecer profundamente os produtos, mas também tinham o desafio de exercer a atividade comercial (contabilidade, logística, etc.). Essa combinação quando bem-sucedida, segundo Garcia-Parpet (2002), permitia aos pequenos produtores proprietários a possibilidade de complementarem a renda sem perder autonomia.

A feira apresentava uma hierarquia que não era só econômica, mas também simbólica, dado que os produtos oferecidos não eram distribuídos espacialmente ao acaso. Vender no chão da feira, por exemplo, servia para identificar as pequenas produtoras, já os homens, independente das quantidades, expunham nos bancos, dessa forma eles se aproximavam mais da figura de comerciantes do que de produtores, tendo aqueles um maior prestígio social.

Dentro do quesito prestígio uma temática salientada pela autora é o papel da mulher na feira, ou seja, a atividade da mulher passava pelo aval de seu cônjuge e também pelo da comunidade, através da adequação da posição naquele espaço. Por exemplo, a atividade culinária era designada às mulheres enquanto fazer socialmente feminino, porém esse papel variava conforme a posição econômica dos consumidores, pois para a população urbana de maior poder aquisitivo fazer feira era “coisa de mulher”, ficando os homens dessa classe afastados desse espaço.

Havia também aqui a “paz de feira”, uma regra específica de funcionamento das feiras segundo a qual o costume era sempre frequentar o mesmo banco de café (correspondente hoje

a uma barraca de alimentação) para deixar comunicados e armas (faca, revólver, espingarda, etc.), itens proibidos de circular na feira. Mesmo assim

[...] os informantes e a literatura comentam numerosos casos de reparações públicas de crimes contra a honra levadas a efeito nas feiras, locais que garantem publicidade abundante aos acontecimentos ali ocorridos. A atitude de um homem que circulou pela feira durante uma manhã inteira com a camisa ensanguentada é significativa a esse respeito. Ele tinha sido ferido na luta com outro, e queria mostrar para todos que fora vítima de agressão. (GARCIA-PARPET, 1984, p. 118)

Os lugares ocupados pelas feiras eram distintos, podendo ser em praças, ruas, usinas, pequenos ou grandes povoados; já na feira em si, os produtos se diferenciavam através de preços, impostos, necessidades específicas de instalações e estoques. Além disso nem todos os produtos vendidos na feira de fato estavam na feira, já que essa era também espaço de fechamento de contratos e acertos de conta.

Os custos para “fazer a feira” eram onerosos. As balanças, por exemplo, precisavam do cobre como contrapeso. Pequenos produtores usavam balanças de outras barracas ou utilizavam outros métodos de precificar os produtos (bacias, maços, unidade, etc.). Somado a isso, os feirantes encaravam a burocracia para autorizar a venda na feira e pagavam por isso.

A análise do exercício do negócio - vender na feira, ou no circuito de feiras e atividade de intermediários, que precisam negociar preços, qualidade e quantidade de um determinado produto, ou produtos de um determinado setor - e sua combinação com a agricultura, das condições institucionais para o funcionamento das feiras e o peso dos trabalhadores rurais nessas instituições, mostrou para Garcia-Parpet (1984) que a feira poderia ser um espaço de lutas, tanto pelas ocupações, como pela autonomia em relação ao antigo patrão, pelo preço dos impostos, pela autoridade política.

A autora conclui que a feira foi fundamental para as condições de vida dos pequenos produtores, afirmando que “muitos deles não teriam podido reproduzir sua condição se essa praça de mercado da Zona da Mata não lhes houvesse permitido obter uma renda complementar à de suas terras já insuficientes para promover seu próprio consumo”. (GARCIA-PARPET, 1984, p. 5). Garcia-Parpet conclui ainda que essas condições estavam relacionadas com a possibilidade de conciliação de negócio e agricultura que a feira possibilitava por seu funcionamento periódico. Essa dupla atividade permitia um reforço da

identidade social do pequeno produtor e a manutenção da propriedade de cultivo e moradia.

A análise da feira como instituição permitiu concluir que por mais que a feira apresentasse imposições externas como o dia, local, modo de venda, apenas a vontade de um agente individual ou o regulamento por parte da prefeitura não era suficiente para fazer a feira funcionar e nem mesmo para padronizá-la. Segundo a autora a feira poderia ser comparada a um baile:

[...] decide-se o local, a música que será tocada, logo, os passos que aí serão esboçados, mas não as combinações dos diferentes pares, nem os propósitos que aí serão trocados durante as danças, nem mesmo a satisfação que eles terão através dela. (GARCIA-PARTPET, 1984, p.186)

O estudo de feiras do passado nos ajuda a depreender os principais pontos que formavam esse espaço social. No que se refere à cidade de Araraquara (onde se encontra o *locus* de análise dessa dissertação), uma pesquisa realizada no ano de 2006 sobre as feiras de agricultores na cidade, aproxima-se ainda mais da nossa proposta de investigação, tanto pela localidade quanto por ter produtores familiares assentados e nos ajuda no entendimento de como eram essas feiras há mais de uma década.

Assim, sobre as feiras promovidas pela prefeitura municipal, Kuranaga (2006) tinha a hipótese de que essas permitiram que o produtor assentado diversificasse seus cultivos e gerasse renda através da comercialização local, sendo esse um caminho para o desenvolvimento sustentável⁹. A diversificação da produção resultava em uma maior inserção econômica, diminuindo a dependência de um mercado específico. No âmbito do cultivo, essa diversidade ajudava no controle de pragas, além de proporcionar para os produtores familiares maior variedade destinada ao consumo alimentar; no entanto essa diversidade produtiva tinha um entrave: o escoamento.

É no programa “Direto do Campo”, da secretaria de desenvolvimento econômico da prefeitura municipal de Araraquara que esses produtores encontram canal de escoamento. Faziam parte deste programa trinta e duas famílias, sendo vinte e seis assentados da reforma

⁹ O conceito de desenvolvimento sustentável, não encontra consensos, porém o mais aceito se encontra no Relatório de Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, elaborado durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, do ano de 1987, que se refere ao desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. É nesse relatório que se encontra o tripé base do desenvolvimento sustentável, sendo ele o compromisso com o ecológico, com o econômico e com o social; os articuladores do desenvolvimento sustentável incluíram recentemente a variável cultural nessa base (BOFF, 2012). Para nossa perspectiva, trata-se de um conceito polissêmico, resultado de diversas lutas entre diversos atores (BENJAMIM, 2015).

agrária. Esses produtores assentados¹⁰ tinham origem rural e precisaram, com a modernização da agricultura, deixar o campo na década de 1970, e, não se adaptando à dinâmica urbana, continuaram com o trabalho no campo como boias frias no corte de cana-de-açúcar (KURANAGA, 2006). Os entrevistados por Kuranaga (2006) eram todos produtores que participaram da conquista da terra do Assentamento Monte Alegre.

As escolhas de cultivo eram feitas conforme as

[...] estratégias de cada família assentada, coerentemente com suas origens e trajetórias, mas também em muito influenciadas pelas condições que a estrutura agrícola regional e as políticas impõem. Existem tanto produções voltadas ao autoconsumo das famílias, marcadas por aspectos culturais e pela diversificação, como sistemas voltados exclusivamente para a integração com a economia regional. São dois tipos de sistemas de produção que coexistem nos lotes. (KURANAGA, 2006, p. 24)

A feira¹¹ passou a ser lugar de encontro dos próprios assentados, que usavam esse espaço para criar “relações de amizade e de cooperação” (KURANAGA, 2006, p. 68). Costumavam fazer pequenos serviços uns para os outros. Em outra pesquisa sobre assentamentos da região de Araraquara, Barone (1996) pautado pela teoria weberiana caracteriza os assentados:

[...] como derivados de um certo “ethos”, próprio aos trabalhadores do campo. Esse imperativo moral orientaria delicados mecanismos de reciprocidade entre atores sociais. Inclusive de paternalismo e clientelismo, por decorrência, também, tornando-se classificações válidas e positivas na análise das relações entre distintas as camadas sociais no mundo dos canaviais paulistas. (BARONE, 1996, p. 07)

Segundo esse último autor, a vida econômica desses assentados se aproxima das sociedades tradicionais descritas por Polanyi (1980) em *A grande transformação*, na qual se encontra uma economia moral que através das trocas tornam os grupos interdependentes, baseados na reciprocidade e na coesão atreladas ao princípio de redistribuição. Os assentados estabelecem relações horizontais entre parentes e vizinhos (pares), como também verticais, com distâncias maiores, entre os assentados e grandes agricultores/empresários agrícolas.

¹⁰ Os assentados que possuíam origem urbana buscavam na terra uma alternativa de trabalho, impulsionados pela falta de trabalho ou pelas condições de trabalho sucateadas na cidade (KURANAGA, 2006).

¹¹ Os itens que não eram vendidos nas feiras, as “sobras”, eram doados para instituições sociais ou usados para alimentar a criação de animais (KURANAGA, 2006).

Através das pesquisas apresentadas podemos observar que as feiras ultrapassam a fronteira de um simples segmento de comércio, sendo, sobretudo, um lugar de sociabilidade, que apresenta a junção entre rural e urbano; os atributos que garantem sua continuidade na sociedade contemporânea são culturais e simbólicos.

Findada a apresentação sobre feiras e sobre os estudos já realizados, proponho apresentar a feira que será o *locus* dessa pesquisa e seu contexto geográfico, a cidade de Araraquara.

A feira noturna da agricultura familiar: *locus* da pesquisa

A cidade de Araraquara está situada a 270 quilômetros da capital paulista, na região central do estado, sendo uma das maiores produtoras e exportadoras brasileiras de suco cítrico¹², destaca-se pela posição elevada no *ranking* de 2010 do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), usado para medir a qualidade de vida nos municípios baseado nas variáveis saúde, educação e renda, ficando entre as quinze primeiras cidades do Brasil.

Nos anos 1970 com o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) a elite econômica da cidade fortalece o investimento no setores canavieiro e de cítricos voltados para a exportação, sendo que na atualidade (2017) o comércio da cidade é composto pelos segmentos aeronáutico, agronegócios, alimentos/bebidas, atacado, distribuição, logística, mecânico, farmacêutico, energia, têxtil e tecnologia da informação.

O censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 contabilizou 208.662 habitantes na cidade de Araraquara. A parcela da população rural que corresponde a esse número é de 5.932 mil, e a mão de obra agropecuária empregada no setor corresponde a menos de 3% do total de trabalhadores. Os maiores cultivos no município por extensão de terra (hectares) são a cana, o eucalipto e a laranja¹³. Em meio a essas grandes plantações situam-se pequenas propriedades de agricultores familiares, além de três assentamentos da reforma agrária: Monte Alegre, Bela Vista do Chibarro e Bueno de Andrada.

Os assentamentos Monte Alegre e Horto Bueno de Andrada ficam sob a

¹² Os municípios de Araraquara e região respondiam por 96% da produção brasileira de suco de laranja em 2002, segundo a Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABRAGRP) (<http://www.abagrp.org.br/cidadesDetalhes.php?id=4>).

¹³ Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, 2007/08.

responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). O Assentamento Monte Alegre fica entre os municípios de Motuca, Matão e Araraquara e teve início em 1985 através da mobilização de 44 famílias de trabalhadores (assalariados rurais) apoiados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais na fazenda Monte Alegre, para ocupar uma área pertencente à Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (C. A. I. C.) que era até então utilizada para a exploração de madeira. Esse movimento compôs o projeto do assentamento como parte de ações políticas dos anos 1980 de descentralização do Estado através da criação dos Escritórios Regionais de Governo (ERG), e atualmente (2016) esse assentamento é composto por seis núcleos, com cerca de 366 famílias.

O assentamento Bela Vista do Chibarro tem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como responsável governamental, é o único com área total no município de Araraquara. No século 19 essa área era polo de produção de café, convertida em monocultura de cana e usina, que entrou em processo de falência nos anos 1970. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara interveio a favor dos trabalhadores do corte de cana, com um conjunto de famílias cadastradas nesse sindicato migrantes de diversas regiões do país, distribuindo os lotes em 1990 para 171 famílias, sendo composto, no ano de 2016, por 200 famílias residentes.

Segundo a gestão da prefeitura municipal de Araraquara (2014) as principais cadeias produtivas da cidade são: a de cana de açúcar, citricos, hortifrúti, avicultura de corte, leite, grãos e eucalipto. O setor de hortifrúti recebe o apoio do Banco do Brasil, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em São Paulo (SEBRAE-SP) e do Sindicato Rural, no qual fazem parte os varejões, supermercado, quitandas, Ceagesp¹⁴, fornecendo para restaurantes, bares, programas governamentais e as feiras.

A primeira lei (Lei 244) que estabeleceu o funcionamento das feiras livres na cidade data de 1953. Dispunha que o horário para a realização das feiras seria das 6:00 horas da manhã às 11:00 horas, para o comércio restrito de gêneros alimentícios, utensílios culinários e outros artigos para o abastecimento doméstico. Essa feira livre serviria como um facilitador da venda direta, não sendo permitida a revenda de mercadorias.

No ano seguinte foi promulgada uma nova lei (lei 350/1954) que restringia o comércio da feira a “gêneros alimentícios de primeira necessidade, laticínios, hortaliças, frutas,

¹⁴ Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)

pescados aves e ovos”, ficando a prefeitura responsável pela fiscalização dessas vendas, nas quais os feirantes tinham que estar em dia com a carteira de vacinação e se diferenciarem através da cor dos aventais correspondentes aos produtos vendidos.

Só depois de mais de vinte anos que uma nova lei (2.281/1977) autorizava a revenda dos produtos, porém ainda restritos aos gêneros alimentícios e sujeitos ao pagamento de tributos anuais à prefeitura pela revenda, ficando ainda necessária a renovação das licenças anualmente. Registrou-se a existência de uma feira por dia da semana (exceto a segunda-feira), autorizadas pelo prefeito. Cabia ao prefeito determinar os locais da feira; os critérios para nortear essas escolhas eram a densidade demográfica, o poder aquisitivo e o local estratégico para o acesso e instalação das feiras.

A lei 2.406/1978, em seu artigo primeiro, amplia o comércio da feira para artigos manufaturados de uso pessoal e doméstico, desde que essas bancas não ultrapassem o total de 20% das bancas registradas, além de ampliar o horário de funcionamento da feira, das 6:00 horas às 12:00 horas. Traz também a informação do aumento das feiras na cidade, apontando para a existência de duas sessões de feiras que funcionariam em locais¹⁵ diferentes, divididas em grupos “A” e “B” nos quais os produtores se revezariam, ficando proibida a realização de mais de uma feira no mesmo lugar e a participação do mesmo feirante em mais de uma no mesmo dia. Essa lei previa a criação de uma comissão coordenadora para fiscalizar o horário de funcionamento da feira, as etiquetas com preços visíveis, a localização das barracas e o aferimento das balanças. Passados quase quarenta anos, Araraquara conta hoje, janeiro de 2017, com mais de vinte feiras, entre feiras livres e de produtores.

Kuranaga (2006) nos informa que os primeiros programas da prefeitura municipal de Araraquara¹⁶ voltados para o escoamento da produção dos pequenos agricultores, ocorreram na primeira e segunda gestão dos Partidos dos Trabalhadores (2001-2008), com a criação de cargos na Coordenadoria de Atividades Agroindustriais¹⁷ e na Gestão de Segurança Alimentar,

¹⁵ Ficaram registradas feiras nos seguintes bairros: Carmo, Altos da Vila Xavier, Santa Angelina, Praça Pedro de Toledo, Jardim Primavera, Vila Xavier, Santana, São José, e de domingo na Praça São Geraldo.

¹⁶ Com um viés diferente, a prefeitura municipal de Motuca tinha estratégias voltadas para a inserção dos assentados na indústria canavieira (KURANAGA, 2006).

¹⁷ Esta coordenadoria era composta na época por um engenheiro agrônomo, um sociólogo e um técnico agropecuário.

Em 2001, assume a prefeitura de Araraquara, uma corrente política ligada aos movimentos populares. Parte desse grupo, ao longo dos anos que antecedem a vitória política, estava ligado ao estudo e à pesquisa dos projetos de assentamento da região. Uma das metas de campanha era incentivar o desenvolvimento local da produção familiar rural (KURANAGA, 2006, p. 28).

O programa “Direto do Campo”¹⁸ vem com essas ações, inspirado no projeto “Direto da Roça” (1998) de Belo Horizonte e na Feira do Terminal de Campinas-SP, na viabilização de dois espaços para o escoamento da produção familiar: uma feira aos sábados na Praça Pedro de Toledo (região central da cidade), inaugurada em 2002, e outra de segunda a sábado no terminal urbano de ônibus, a qual atenderia também a população dos bairros periféricos da cidade. A prefeitura era responsável por disponibilizar aos feirantes barracas e transporte para a realização das feiras.

Mas é só em 2007 que se tem o marco regulatório do programa (lei 6.570), voltado para a comercialização direta da produção agrícola familiar. Em 2014 esse programa transforma-se, através da mudança semântica, no “Negócio do Campo” (lei 8.288/2014), do qual a feira escolhida para essa pesquisa é parte. Com a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura, tendo o objetivo central¹⁹ de apoiar a “comercialização, no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, artigos oriundos do artesanato, cultura e lazer e outros gêneros alimentícios”, ficando proibida a venda de gêneros cuja produção e/ou extração danifiquem o meio ambiente.

São ações atuais (2016) desse programa: a feira noturna da agricultura familiar, que acontece às quintas-feiras, a feira da agricultura familiar, que ocorre aos sábados no período da manhã na Praça “Pedro de Toledo”, as feiras diárias do terminal de Integração e feiras em parceria com as padarias da cidade que ocorrem de terça, quarta, quinta e domingo em frente

¹⁸ O início do programa é marcado pela viabilização da superprodução de manga ocorrida em 2001 na cidade, mas seu marco regulatório acontece em 2007. Além dessas duas feiras, o “Direto do Campo” possuía mais três projetos: o Pró-orgânico, a Feira da Roça e o Direto do Campo Itinerante. O programa correu o risco de ser interrompido várias vezes pela prefeitura por questões orçamentárias e por interesses políticos, não tendo à época (2006) projeção de metas para o futuro.

¹⁹ Composto pelos objetivos periféricos “de facilitação do escoamento da produção agrícola de agricultores familiares e de assentamentos rurais da cidade, bem como o aumento da diversificação dessa produção e do emprego rural, oferecendo produtos de melhor qualidade e preços acessíveis que beneficiam o consumidor, voltando-se para a preocupação com a segurança alimentar do município.” (Texto da Lei municipal de Araraquara 8.288/2014).

a essas padarias. Junto com tais feiras também ocorrem feiras livres tradicionais (com atravessadores), uma feira de produtores familiares em transição para a agroecologia na Universidade de Araraquara (UNIARA) e uma feira em condomínio habitacional, somando o total de 25 feiras por semana na cidade²⁰.

Como parte do programa supracitado e prevista no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (2014- 2017), a feira escolhida *locus* para esta pesquisa, a feira noturna da agricultura familiar, foi motivada pela demanda dos agricultores familiares, em sua maioria assentados, em escoar seus produtos sem o envolvimento de atravessadores e dispor à população da cidade produtos frescos devido à proximidade entre o local de plantio e venda.

A feira ocorre desde 31 de julho de 2014 na plataforma da antiga estação ferroviária da cidade²¹ (Foto 1). A responsabilidade institucional fica a cargo da Coordenadoria Executiva da Agricultura²², como forma de escoamento e de acesso da população a produtos frescos. Nos documentos oficiais, essa atividade propõe aumentar a renda familiar dos pequenos agricultores e diversificar as opções de produtos que chegam à mesa da população, tendo em sua idealização, além da equipe técnica desta secretaria, as secretarias de Ciências, Tecnologia, Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

²⁰ Anexo I – Distribuição semanal das feiras.

²¹ A plataforma é de responsabilidade da prefeitura municipal de Araraquara através de permuta com a união. No local funciona parte de algumas secretarias municipais (da cultura, de direitos humanos e cerimoniais) e também o Museu Ferroviário “Francisco Aureliano de Araújo”.

²² Até 2016 ficava a cargo da extinta Secretaria de Agricultura.

Foto 1 – Pátio onde ocorre a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

A estação localiza-se no centro tradicional do município, possibilitando o acesso tanto para quem possui carro (por estar próximo das vias centrais) como para os usuários do transporte público, pois o terminal de integração (principal ponto de ônibus da cidade) é próximo à estação ferroviária. A feira acontece uma vez por semana, às quintas-feiras, com o horário oficial das 16:30 às 21:00 horas²³, tendo a média de público de oitocentos consumidores por feira (site de notícias G1.com, São Carlos/Araraquara, em 27/08/2015).

Com base na revisão bibliográfica, a feira, que já possui no imaginário popular e social certo saudosismo em relação ao passado, tem essa característica ressaltada tendo em vista sua realização em uma antiga estação ferroviária; observei que quando o trem de carga passa pela feira, geralmente no final, o maquinista toca o apito, e todos param as atividades para ver, inclusive os feirantes. No dia de feira também funciona na estação uma sala de ferromodelismo (com mini maquetes de trem), estando sempre movimentada.

²³ O horário da feira em sua inauguração era das 18:00 às 22:00 horas, conforme a frequência do público e a adaptação logística a feira ganhou esse novo período.

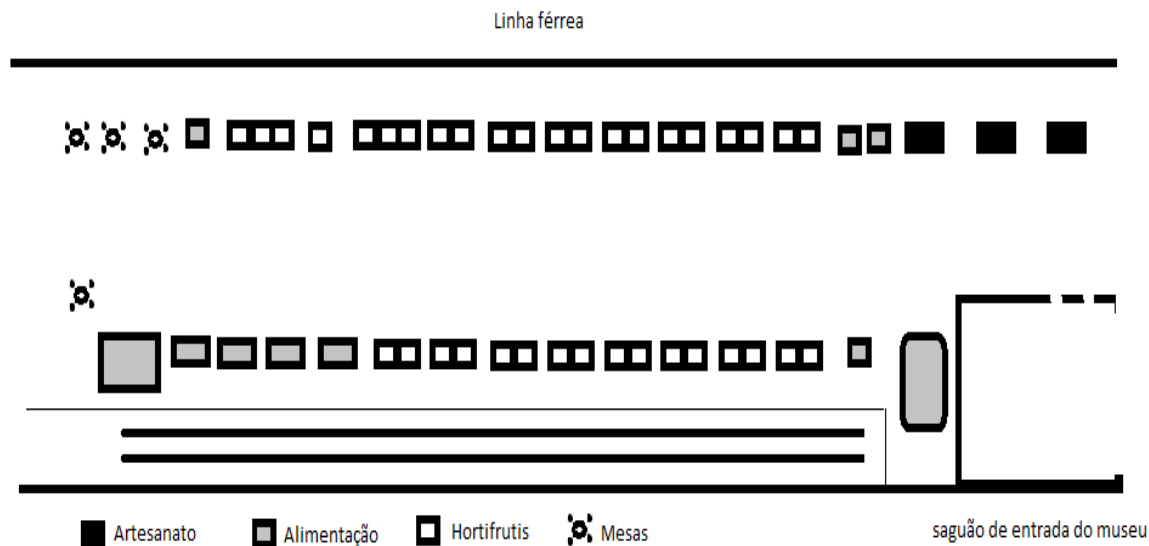
A feira é composta por três comércios: hortifrúti, artesanato e alimentação (Imagem I), sendo que a maior parte das barracas é de hortifrúti²⁴. Os feirantes dessas últimas possuem o pré-requisito de serem agricultores familiares, já a exigência para as barracas de artesanato e alimentação é que os produtos finais vendidos sejam produzidos por eles. Segundo a Secretaria de Agricultura municipal havia o cadastro de trinta e seis feirantes, em março de 2017, que faziam parte dessa feira.

Os agricultores familiares precisam confirmar sua categorização com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O município de Araraquara possui trezentos e cinquenta (350) cadastros de agricultores familiares como pessoas físicas na lista de DAP do município (Secretaria especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário, fevereiro de 2017). A DAP é utilizada para identificação e qualificação da unidade familiar de produção rural, sendo esta composta:

[...]pela família e agregados denominados, em seu conjunto, como “agricultores familiares”, que exploram uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à demanda interna por alimentos e outros bens que contribuem para o abastecimento da sociedade brasileira e na geração de divisas. (Manual do agente emissor de DAP, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, 2014).

²⁴ A disposição da feira verificada em pesquisa de campo em 30 de junho de 2016 estava da seguinte forma 3 barracas de artesanato, 10 de alimentação e 18 de hortifrúti. Mantendo essa média de disposição, a quantidade de barracas varia conforme o dia de feira, quase sempre falta algum feirante por motivos variados: escassez de produtos, doença, etc.

Imagem I – Representação gráfica do espaço da Feira noturna da Agricultura Familiar de Araraquara-SP



Os feirantes não pagam aluguel pela utilização do espaço, que é fiscalizado pela prefeitura municipal. Os itens de estrutura da feira, como barracas, balanças, uniformes foram proporcionados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os agricultores familiares (banca de hortifrúti). Já a estrutura das barracas de alimentação e artesanato ficou a cargo dos feirantes.

As informações acima apresentadas pautam a escolha da feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como *locus* da pesquisa, tendo no horizonte que a feira se configura em um espaço social, ou seja, um lugar em que os agentes atuam de forma relacional, baseados em suas posições sociais e trajetórias de vida, na co-criação constante desse ambiente de interação.

O que compõe o espaço social são as relações entre os agentes, que variam conforme seus capitais. Dentro do referencial teórico desta pesquisa, a Sociologia Econômica, capital não se limita ao econômico, podendo ser, no caso dos feirantes, o domínio sobre técnicas de produção agrícolas e comerciais, ou a proximidade com um agente institucional fiscal da feira (capital intelectual e social, respectivamente).

Os feirantes como agentes desse espaço estão em concorrência, na venda de seus produtos, ao mesmo tempo em que precisam cooperar para o funcionamento da mesma, para a

organização do espaço e no diálogo com as instituições públicas e com a população local. Essas relações estão permeadas por disputas e afinidades as que complexificam nesse ambiente econômico e social. São com esses apontamentos iniciais delimitamos o objetivo geral dessa pesquisa, a saber, observação e análise da feira noturna da agricultura familiar como espaço de escoamento da produção dos feirantes enquanto possível estratégia de reprodução econômica e social desses agentes.

Com essa possível estratégia de reprodução econômica e social entendemos que as mudanças complexas no meio rural brasileiro, iniciadas nos anos 1930 com a modernização conservadora e intensificada nos anos 1970 com a Revolução Verde, contribuíram para a concomitância de atividades diversas no campo, as quais correspondem às estratégias familiares que levaram os agricultores a escolherem algumas atividades, e não outras, para a reprodução social e econômica de seu grupo (WHITAKER, 2003). Por isso existem moradores rurais que não escolhem a agricultura como atividade, ou, que fazem de outras atividades somadas à agricultura sua estratégia. Essa convivência de atividades é chamada de pluriatividade, corresponde ao campo de possibilidade de ação desses indivíduos (CARNEIRO, 1999). A inspiração teórica que está por trás desse objetivo e dessas incitações, e que compõe a metodologia descrita a seguir é a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu somada a Sociologia Econômica e Sociologia Rural.

SEÇÃO I – Inspirações teóricas e metodologia

O recorte teórico-metodológico escolhido para a análise da feira noturna de Araraquara como espaço de reprodução social e econômica dos feirantes é inspirado na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu somada à sociologia econômica e complementada, devido à temática escolhida, pela abordagem conceitual da sociologia rural. Esse recorte teórico-metodológico perpassa toda a pesquisa aqui desenvolvida, pois foi através dele que pensamos os temas trabalhados, as entrevistas feitas e a pesquisa de campo realizada; por isso, sem o intuito de fazer um trabalho que verse especificamente sobre tais correntes teóricas, mas para revelar a “cozinha sociológica” da pesquisa, apresento a seguir a fundamentação teórica que nos inspira. Ao final dessa seção, versarei a respeito da metodologia utilizada, assim como farei uma primeira apresentação dos entrevistados.

I.1 - Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu

Parte das nossas inspirações vem da pesquisa etnográfica realizada por Pierre Bourdieu (1930 - 2002) sobre a economia argelina e a inserção dos camponeses argelinos no mercado de trabalho nos anos 1960. Suas observações de campo ocorreram durante a realização do serviço militar obrigatório na Argélia entre 1958 e 1961, ocasião em que Bourdieu entrou em contato com a forma de racionalidade dos argelinos, encontrando descompasso com a racionalidade francesa, que trazia no seu *ethos*, uma outra visão de mundo, planejamento do futuro e organização das expectativas.

Invadida pelo governo francês em 1830, a Argélia sofreu o domínio colonial até 1962. Como colônia teve impostos formas de vida e um sistema econômico do qual não fez as regras. O contexto era de transformações de um sistema econômico pré-capitalista para um capitalista, de uma vida camponesa para a urbana sob um regime colonial, ou seja, essas mudanças sofriam antes pressões externas do que transformações endógenas.

Para Bourdieu, essa situação resulta em um descompasso entre o sistema de disposições (o *habitus* dos agentes) e as novas estruturas econômicas. Sua afirmação é de que os camponeses por ele estudados se comportavam de forma diferente da esperada - pela teoria econômica para o funcionamento do sistema capitalista - por portarem uma racionalidade econômica não formada ou formadora desse processo. Concluiu diante dos descompassos

encontrados que o sistema econômico e social está relacionado diretamente com o sistema de disposições cognitivas dos agentes, individuais ou em grupo, e este por sua vez se constitui em relação ao tempo e espaço, ou seja, em uma sociedade colonizada não se adequa o tempo de adaptação e formação dos comportamentos frente a esse sistema.

Essa experiência da Argélia foi um marcador simbólico na trajetória do autor, assim, foi não só significativa para abranger sua atuação acadêmica ao assimilar diversas áreas (filosofia, antropologia, economia, sociologia, política, etc.), como contribuiu para a formação do caráter reflexivo de sua metodologia, pois ao encontrar um descompasso entre os conceitos tradicionais da economia e a realidade estudada na Argélia, Bourdieu precisou de diferentes respostas para as ações dos agentes, com suas regras de funcionamento e adaptações frente à nova realidade.

O descompasso encontrado coloca-nos à frente de uma premissa: a sociologia que se pretende reflexiva, propõe, primeiramente, o questionamento sobre ela mesma, sobre como a sociedade pode ser compreendida, sem perder de vista o objetivo da ciência de melhorar as condições da vida cotidiana. A posição reflexiva perpassa, dessa forma, pela função da ciência, cabendo a essa, principalmente na vertente social, desconstruir “pré-conceitos”. Como afirma Bourdieu, a ciência reflexiva deve apontar as armas para si mesma, em um processo de crítica do mundo social, considerando diálogo entre teoria e mundo real (BOURDIEU, 2007b).

Para que isso ocorra, a prática científica precisa ser relacional e racional (BOURDIEU. P. 1989). Essa objetividade é garantida pela aplicação metodológica e, para Bourdieu, a metodologia tem tanta importância quanto o que está sendo analisado. O texto encontrado no segundo capítulo da versão brasileira de *O Poder Simbólico* (1989), “Introdução a uma Sociologia Reflexiva”, é de suma importância para entender a proposta desse autor. Considerando que a prática científica não é imparcial, a escolha e o tratamento do objeto, seja ele qual for, são influenciados pela área de pensamento na qual tal objeto se insere da mesma forma que este a influencia. Podemos ver que no estudo sobre a economia argelina os pressupostos conceituais da ciência econômica poderiam levar um pesquisador não reflexivo a conclusões sobre as ações dos camponeses não condizentes com o encontrado, já que o que foi encontrado não era parte comum dessa ciência.

Interferências na realização da investigação também ocorrem dentro da sociedade da

qual o objeto de pesquisa é parte, por exemplo, o significado de trabalhar para os argelinos tinha mais uma função social do que um fim para a obtenção de renda - esta última é um comportamento esperado dos indivíduos pela teoria econômica -, fazendo com que alguns trabalhassem recebendo infimamente ou mesmo sem receber, mas pela ocupação o trabalho tinha sentido na sociedade estudada.

A importância de um rigor analítico na sociologia reflexiva deve-se à sua proposta de desconstruir e desvelar as noções do senso comum, do esperado. Uma forma de romper com o senso comum relacionalmente é investigar a origem dos acontecimentos, das ações e das formas de pensamento (as *doxas*, no sentido de Bourdieu) que estão envolvidos na análise de um objeto; é analisando como uma determinada manifestação social é construída socialmente (SCARTEZINI, 2010/2011).

Pesquisar sua gênese é buscar a constituição e legitimação de um fato atentando a tudo que se mostre relacionado a ele. É preciso dar atenção, além das informações objetivas, às palavras²⁵ e conceitos utilizados, à posição dos interlocutores, à posição da ciência e do cientista, pois essas variáveis são parte da construção social. Esse exercício só pode ser aprimorado no decorrer da pesquisa, pois é na investigação que se encontra a relevância dos temas a serem compreendidos.

Metodologicamente, na sociologia reflexiva de Bourdieu, para melhor desenhar o objeto, se faz necessário o exercício científico (racional, relacional e rigoroso) que leve em conta as parcialidades dos dados construídos. Requer do pesquisador atenção na “preparação do questionário, na leitura dos quadros estatísticos ou na interpretação dos documentos, que se sugiram hipóteses quando for caso” (BOURDIEU, 1989, p. 21), utilizando ferramentas, que não são universais e nem opostas, que possibilitem a construção e interpretação dos dados necessários²⁶.

As bases do recorte teórico-metodológico apresentadas até aqui ganham forma com explicações conceituais utilizadas por Bourdieu que se pretendem ao mesmo tempo universais em sua aplicação e particulares em seu tratamento, ou seja, podem ser utilizadas em diferentes

²⁵ Segundo o autor: “A linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção.” (BOURDIEU, 1989, p. 39).

²⁶ Como exemplo, na estrutura da obra de Bourdieu, P (2007a) *À distinção crítica social do julgamento* temos a combinação da análise estatística com entrevistas profundidade e observação etnográfica.

estudos, com diferentes grupos, enquanto ponto de partida de análise, variando as conclusões e trabalhando com homologias conforme cada demanda de estudo. Seus principais conceitos são: campo, capitais e *habitus*.

Conceituar “campo” é falar de um espaço social que tem leis próprias, “no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 119). O campo estará em constante tensão tanto interna quanto externa, pois seus agentes querem impor a sua verdade (*doxa*), utilizando os capitais específicos do seu campo, necessários para ganhar as lutas, que podem ser econômicas, culturais, simbólicas, dentre outras, sendo que o campo só acaba onde acaba sua influência.

É no campo que os capitais atuam, os agentes orientados por disposições individuais ou coletivas geram e gerenciam esse espaço conforme a interação do volume de seus diferentes capitais. O capital aqui referido não é apenas o monetário. Capital é a quantidade e qualidade de determinadas características dos agentes que são eficientes para as diversas ações realizadas em um campo. São os capitais para além do capital financeiro: o cultural (valores inculcados pela família ou escola), social (ligados às redes de relações sociais), simbólico (constituído na relação entre o capital cultural e social) e intelectual (nível de consagração no campo tradicional do conhecimento). A interação entre eles é sinérgica, gerando as “regras do jogo”, ou seja, a dinâmica sob a qual o espaço social irá operar.

A formação dos capitais nos agentes dá-se conforme a configuração do *habitus*. Esse conceito é definido como sistema de disposições duráveis (BOURDIEU, 2004): é a modelação do agente pelo externo e a sua forma de exteriorização. Embutido no indivíduo, desde a primeira educação, constitui aquelas características correspondentes aos agentes, herdadas de sua classe e posição social e que serão identificadas na ação do agente, mas que não são determinantes²⁷, sendo uma tendência, predisposição do indivíduo a realizar a ação ou trilhar um caminho, da mesma forma como os outros agentes de sua classe social. Segundo o autor, “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996a, p. 22). O *habitus*

²⁷ Esse princípio não é determinante, não rege o fim do indivíduo, ele mostra uma provável disposição de um indivíduo em suas escolhas. É importante essa ressalva, pois para Bourdieu os indivíduos não estão determinados por um fim, eles não são reféns de uma estrutura que os molda. Obter certo *habitus* é deixar que a estrutura aja sobre o indivíduo, ao mesmo tempo que ele age sobre ela.

é unificador e também diferenciador de grupos de pessoas que se distinguem, seja por suas escolhas, seja pelos seus modos de vida.

Dessa forma, as relações entre os indivíduos são mediadas pelo *habitus*, que garante a convivência entre diferentes grupos sociais. No *habitus* podemos encontrar disposições como a *hélix* corporal e também os gostos; no entanto uma interpretação rígida desse conceito pode resultar na crítica de seu viés determinante. Contudo, por não ser estático, o *habitus* possui um caráter cumulativo e ressignificativo, sendo ele modificado conforme as relações e conforme práticas que têm significados diferentes em cada grupo. O fato de ser uma interiorização e uma disposição e não uma obediência de regras fundamenta a explicação não determinante do *habitus*.

No estudo sobre a inserção dos camponeses argelinos no mercado de trabalho podemos exemplificar que o campo seria em si o mercado de trabalho, com suas regras próprias e derivadas do sistema econômico capitalista europeu e no qual existem melhores posições (empregos bem remunerados e estáveis) e posições mais baixas (empregos mal remunerados ou desemprego), de maneira que as ocupações correspondem a essas posições conforme a quantidade e qualidade dos capitais (educação formal, relações parentais, domínio de um ofício), dos agentes (camponeses empregados ou desempregados) e esses capitais estão diretamente relacionados com os *habitus* de classe desses camponeses, ou seja, com o sistema de disposição em agir semelhantemente aos indivíduos do mesmo grupo (muitos camponeses escolhem exercer a profissão de pedreiro ou vendedor ambulante, por exemplo), sendo apenas possível identificar essas disposições com uma análise temporal das tomadas de decisões pelos indivíduos conforme a sua recorrência em agentes com características familiares, econômicas, educacionais, etc. semelhantes.

Se tomarmos a pesquisa supracitada como referência, temos ainda que levar em consideração as relações exteriores que se estabelecem com esse campo em específico, pois o mercado de trabalho sofre a influência de outros campos (economia, indústria, Estado), da mesma forma que os capitais e os *habitus* dos camponeses estão em relação (e mesmo em comparação) com os capitais e *habitus* de outros grupos (grandes empresários, políticos, cidadãos).

Com apenas esse exemplo temos que para a sociologia reflexiva a sociedade se compõe de uma teia multidimensional, e ainda, que “a sociologia praticada por Bourdieu pode ser concebida como uma ciência das posições no mundo social”. (PEREIRA e CATANI,

2002, p. 107). Os conceitos de campo, capitais e *habitus* permitem a compreensão dessa configuração não como regra fixa, mas com regularidades possíveis.

Considerando-se que a dinâmica dos campos é dada pela relação dos *habitus* individuais e coletivos de diferentes grupos em lutas, impulsionadas pela desigual distribuição dos capitais, podemos pensar se um indivíduo irá reafirmar o *habitus* de classe seguindo uma trajetória modal (probabilidade de fazer as mesmas escolhas, ou realizar as mesmas ações de agentes do mesmo grupo) ou se irá transpor essa trajetória, criando a clivagem de *habitus*, ou seja, reescrevendo sua biografia, para além do *habitus* de classe.

Trajetórias podem estar ligadas às estratégias, outro conceito utilizado por Bourdieu e que tem como intuito romper com o enfoque das ações como se destituídas de sujeitos. Assim, estratégias são os produtos do senso prático que os indivíduos têm de forma inculcada pelo grupo desde a infância; a estratégia não é especificamente intencional, não sendo uma ação planejada pelo indivíduo, mas tem relação com a dinâmica de um campo específico, estando interligada às soluções de ações dadas pela tradição (ex: casamentos, escolhas profissionais). Em suma, as estratégias são interações entre o *habitus* e o campo que agem a favor de determinados fins, mas que são implícitas, contudo, não se trata do inconsciente da psicanálise, mas do inconsciente resultado do senso prático.

A estratégia é ao mesmo tempo uma antecipação do futuro e uma adaptação ao presente. Ela pode ser interpretada como uma “estratégia de reprodução”, conforme a disponibilidade e a quantidade de capitais que precisam ser reproduzidos e dos instrumentos para essa reprodução (sistema escolar, mercado de trabalho, legislação), sendo “um conjunto de práticas através do qual os indivíduos (ou grupos) tendem a conservar ou aumentar seus patrimônios e, portanto, manter ou melhorar suas posições na estrutura de relações sociais” (TRIGO, 1998, p. 53). Para que a estratégia de reprodução funcione em um campo que é dinâmico, em constante mudança, pode-se utilizar da reconversão de capitais, que seria a transformação de uma espécie de capital em outro, de capital social em econômico, por exemplo, para a manutenção da posição do agente nesse campo.

A estratégia de reprodução é influenciada pelo pertencimento a diferentes classes. A concepção de classes de Bourdieu é, portanto, relacional, ou seja, a diferença entre os grupos depende da relação em redes de laços materiais e simbólicos (WACQUANT, 2013). Essas redes são formadas através do conjunto de posições ocupadas pelos agentes (campo/instituições) e pelos esquemas mentais de percepção e apreciação do mundo

(*habitus*). Seu entendimento pressupõe a superação da oposição binária entre o objetivo e o subjetivo, essa concepção relacional diverge de abordagens marxistas (agente como resultado da posição estrutural) e weberianas (estrutura como resultado da agregação de ações individuais).

Classe para Bourdieu também pressupõe lutas: enquanto um agrupamento social que relaciona os indivíduos em suas consciências e condutas, emaranhadas em uma competição permanente entre agentes que visam a aquisição e controle de poder e de capital, e isso depende de sua localização no espaço social conforme as coordenadas *capital* e *trajetória*. As lutas determinam o capital e seu valor para as diferentes disputas sociais e a “taxa de conversão” entre capital econômico e capital cultural.

O reconhecimento ou o não reconhecimento de uma classe depende das categorias de percepções constantemente impostas na realidade social, essa última produzida pelos agentes através da atribuição de sentido (subjetivo) e baseada na posição que ocupa e nas ferramentas cognitivas desse espaço (objetivo). Assim sendo, os esquemas de percepção e ação dos agentes estão baseados em classes, conforme fronteiras pontilhadas no espaço social, sendo a luta para elevação da classe maior nas camadas superiores desse espaço, na qual os detentores dos diversos capitais competem na determinação de seus poderes. Bourdieu buscou romper com a visão da crítica capitalista da divisão exclusiva entre governantes e governados, no sentido de que existem brigas internas nas classes, bem como questionou a coesão e as fronteiras nas diferentes classes.

A classe para Bourdieu não pode ser pensada em si mesma. É inseparável da realidade analisada. Deve servir metodologicamente para especificar em que condições vários agentes farão uma prática coletiva que é eminentemente relacional. Suas reflexões sobre classe, enquanto corpos coletivos (afinidades de disposições) servem como pano de fundo para pensar desde a dissolução do campesinato, a composição interna do proletariado urbano, os destinos e contrastes das classes médias até os conflitos da classe superior, o papel do Estado, do direito e das forças internacionais. Mas a preocupação do autor não está nas classes, a identificação da existência delas serve para o mapeamento do espaço social no qual tais classes surgem e quais são as lutas simbólicas ali existentes (WACQUANT, 2013).

Com o recorte teórico-metodológico da sociologia reflexiva de Bourdieu, escolhemos um conceito subjacente, já mencionado algumas vezes, para tratar o *locus* da pesquisa (a feira noturna): o espaço social. Trabalharemos com espaço social e não campo especificamente,

pois a feira noturna escolhida é uma manifestação recente e resultado da interação de campos (agricultura, comércio alimentar, Estado) fortes e consolidados e por isso não possui regras fortes próprias, mas sim particularidades. A adequação conceitual aponta para a análise da feira como espaço social, devido ao fato de que “o que está em cena no espaço social são agentes racionais realizando práticas que reproduzem ou transformam as estruturas sociais” (PEREIRA e CATANI, 2002, p. 111).

Findamos o tópico sobre a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, no qual procuramos conceitualizar alguns termos chave para o desenvolvimento dessa pesquisa, como *habitus*, (estratégia de) reprodução e espaço social. Irei a seguir apresentar outras inspirações teóricas que auxiliaram nessa pesquisa: a sociologia econômica e a sociologia rural.

I.2 - Sociologia Econômica

A sociologia econômica do final do século 19 tem como teóricos que se destacam Durkheim, Weber, Simmel e Veblen. Surge como crítica à forma enviesada dos economistas praticarem sua ciência tendo como ponto central o conceito de *homo economicus*, o homem racional, utilitarista, maximizador de lucros. Essa definição, aplicada na ciência econômica, fez com que as análises e pressupostos dessa ciência desconsiderassem as interferências sociais na economia. Ao retomar estes contextos como não indiferentes, a sociologia econômica poderia ser definida como “a aplicação das ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos” (SWEDBERG, 2004, p. 7).

A sociologia econômica foi pouco atuante na década de 1930, imperando a divisão social do trabalho entre os economistas e sociólogos. Na década de 1970, Granovetter retoma o tema e inaugura algo que ele denomina de (Nova) Sociologia Econômica (NSE), contribuindo, principalmente, com a definição de que os mercados são construídos por redes de interação social. Essa vertente foi uma reação promissora da sociologia nos anos 1980, com a incorporação de pressupostos próximos à teoria econômica principalmente sobre a teoria da escolha racional, o individualismo metodológico e a teoria dos jogos.

A (nova) sociologia econômica se torna referência para as ciências sociais, principalmente para os pesquisadores mais jovens com releituras de Weber, Simmel e Karl Polanyi, evidenciando investigações sobre a institucionalização de mercados, a confiança, a informação, a escolha, etc. É nesse contexto que Granovetter apresenta uma resposta teórica

para o modelo da escolha racional (1985), apoiado em Weber e reformulando o conceito de *embeddedness* (submersão do econômico pelo social) como “ação econômica que se desenvolve dentro de uma rede de relações sociais, a partir da qual constitui-se a estrutura social” (LOPES Jr, 2002, p. 45); transporta assim o foco da ação individual para a interação entre as posições e os poderes dos indivíduos e organizações.

A NSE renova a sociologia econômica ao evidenciar que os fenômenos econômicos estão na totalidade social da qual são parte: a sociedade. Não só o econômico não é autônomo como ele é inseparável do social, e para seu entendimento é necessário analisar tanto as regras e as leis de um mercado, como os sentidos e as paixões que o criam e o movem. De maneira sintética, a nova visão analítica, contando com economistas e sociólogos, reforça um movimento na sociologia impulsionando o foco sociológico da vida econômica e ao resgatar os clássicos das ciências sociais diminui a relevância excessiva tomada pela economia como ciência. Essa discussão sobre NSE não é consensual na literatura brasileira. Jardim (2015), por exemplo, defende tratar-se mais de uma disputa da sociologia econômica americana do que uma distinção conceitual propriamente dita, pois para tal autora o que propõe a Nova Sociologia Econômica, na prática, é o que faz a sociologia econômica.

A análise de Pierre Bourdieu propõe-se também a ser uma análise sociológica dos fatos econômicos e uma análise da construção social de mercados, transitando entre a tradição francesa da sociologia econômica e a renovada sociologia econômica. Para o autor o fato econômico, inspirado em Marcel Mauss, é um “fato social total”, pois o cálculo utilitarista não corresponde aos sentidos e significados totais da ação econômica que é eminentemente uma ação social e simbólica. Para Bourdieu é necessária uma sociologia econômica, que retome as dimensões sociais, políticas e históricas, esquecidas pela ciência econômica (RAUD, 2007) com o objetivo de desnaturalizar crenças que a vertente ortodoxa trabalha como dadas *a priori*. Tratar as relações conforme as variáveis econômicas é reduzir a sociedade a apenas uma de suas variantes. Até mesmo a variável “interesse”, muitas vezes tratada como eminentemente utilitarista, precisa ser ressignificada na análise sociológica, pois cada esfera possui sua lei própria de interesse, que pode ser até mesmo um desinteresse econômico, pois o que estimula as pessoas na esfera da economia, não é o mesmo que estimula as pessoas em outras esferas.

As análises de Bourdieu que se aproximam da sociologia econômica têm a formação de mercados como espaços socialmente construídos, frisando-se a diferenciação com a teoria

neoclássica, pela qual os indivíduos são dotados de ação, mas não puramente racionais, são indivíduos que agem e, por isso, “agentes” diversos e particulares que se relacionam ao criar trocas que são econômicas e também sociais.

Segundo RAUD (2007), Bourdieu se distancia da abordagem da Nova Sociologia Econômica pela importância que confere ao papel do Estado, principalmente na relação entre o campo econômico e o campo político. Para ele uma instituição fundamental em quase todos os campos ou espaços sociais é o Estado. Se na pesquisa sobre a Argélia o contexto de colônia ou luta pela independência (status específicos do Estado) influenciava na inserção dos camponeses no mercado de trabalho, no espaço social da feira noturna da agricultura familiar é a prefeitura (enquanto representante local da instituição Estado) que idealiza e administra a feira.

A explicação conceitual que fundamenta sua importância como instituição é que o Estado tende a assumir o papel de produtor de categorias de pensamento, direcionando o sentido sob o qual a realidade social será construída, ordenando, simbolicamente apoiado nas estruturas cognitivas produzidas, sem a necessidade, na maioria das vezes, do exercício da violência física, mas que só funciona para os indivíduos dispostos a captar esse ordenamento. Essa predisposição não é natural e nem racional, faz parte do funcionamento das instituições legítimas na sociedade, como a família, a religião e, claro, o próprio Estado, na criação de comportamentos enraizados.

É por meio desses comportamentos enraizados e no uso de um poder simbólico e institucional que o Estado pode construir demandas de produção e consumo, valendo-se de projetos sociais, leis e incentivos fiscais, como no caso do crescimento dos conjuntos habitacionais em detrimento das casas individuais estudados por Bourdieu na França, no livro *As Estruturas Sociais da Economia* (2001), ou na regulamentação do mercado de produtos Orgânicos no Brasil (BENJAMIM, 2015).

Para Raud (2007), uma das maiores contribuições de Bourdieu à NSE é sua elaboração de *habitus* em contraposição a falácia do *homo economicus*, ou seja, são predisposições de ações orientadas pelo espaço social ocupado e a trajetória do indivíduo (ações singulares) *versus* ações orientadas para a maximização de lucros econômicos (ações generalizantes). O *homo economicus* perde espaço para o agente econômico, que possui interesses, crenças e disposições econômicas, mas que não são universais.

Seguindo a necessidade de reformular conceitos, a racionalidade, ao contrário do que a

economia clássica estuda, não só tem limitações, como também opera de forma diferente em cada espaço social, em cada campo, para manter um dos conceitos do autor. Em suma, para Bourdieu, uma das tarefas da sociologia econômica é destruir conceitos que a economia fornece *a priori*, como o de interesse, de capital e de mercado e reconstruir “a gênese das disposições econômicas do agente econômico e, especialmente, de seus gostos, de suas necessidades, de suas propensões ou de suas aptidões”. (GARCIA-PARPET, 2013, p.352)

Marie France Garcia-Parpet²⁸ é uma inspiração fundamental para exemplificar análises de mercados desenvolvidas em diálogo com a sociologia econômica e as teorias de Bourdieu. Assim, a autora analisa diversos mercados alimentícios na França, como o mercado do vinho francês e o mercado de produtos da agricultura orgânica. Ela também tem uma pesquisa sobre a feira como praça de mercado no Brasil, a qual já foi apresentada na introdução deste texto.

No artigo *Mundialização dos mercados e padrões de qualidade ‘vinho, o modelo francês em questão* (2004), a autora mostra que o valor simbólico do vinho modifica as regras de concorrência desse mercado específico na França; mais que a qualidade e os preços de tais produtos, o valor é resgatado, principalmente, com o uso de técnicas tradicionais na produção do vinho, deixando de lado as inovações tecnológicas, mostrando que, ao contrário do que acredita a teoria econômica sobre a estabilidade das grandes empresas no monopólio de mercado, pequenas e novas empresas podem, sim, ganhar espaço, sem repetir o modelo de produção dominante, através de simbologias e valorações além das econômicas.

O artigo *Estudo de caso de mercado auto-regulado: normas voluntárias e qualidades dos produtos da agricultura orgânica* (GARCIA-PARPET, 2012), traz informações sobre o mercado de certificação da agricultura orgânica na França e sua relação com o contexto internacional. A autora realiza a análise do mercado de certificadoras, mostrando que este é composto por lutas, principalmente entre certificadoras que buscam o “maior lucro” e certificadoras que dizem seguir uma lógica militante a favor da sustentabilidade. Garcia-Parpet utiliza como metodologia a análise dos discursos dos agentes das certificadoras, através de entrevistas, *blogs* e *sites*. Sua pesquisa é motivada pela “regressão da regulação realizada pelo Estado das regras de produção em prol de um aumento da fixação de padrões

²⁸ A pesquisadora do Institut National de la Recherche Agronomique (França) esteve na UNESP/Araraquara-SP, em agosto de 2014, com o financiamento da FAPESP em um evento organizado pelo NESPOM ministrando curso sobre a formação social dos mercados, parte da metodologia aqui apresentada deriva do curso.

de qualidade por entidades privadas” (GARCIA-PARPET, 2012), na medida em que, ao dar espaço às entidades privadas, através das normas voluntárias, o Estado acaba por abrir mão de legislar em favor do interesse geral.

Com as pesquisas acima, entre outras, Garcia-Parpet apresenta os mercados enquanto construção social, os quais ocupam um espaço físico ou simbólico, no qual as relações operam por mecanismos próprios, ou seja, as trocas, o comércio, as composições do valor seguem uma forma particular que corresponde à dinâmica relacional do mercado. Um de seus questionamentos-chave esclarece como suas pesquisas são norteadas: como se constroem as ofertas e as demandas. Suas análises apontam para a resposta de que a lei básica da economia, regida pela relação independente (da sociedade) da oferta e da demanda não é real, sendo essas últimas construídas de maneira relacional, conforme a interação dos agentes nos campos com seus interesses e capitais.

Nessas pesquisas, o conceito “campo” é utilizado para se diferenciar do conceito clássico de “mercado” (o qual unifica o funcionamento de todos os mercados através de leis gerais); sendo assim, a formulação descritiva desse campo passa a ser uma análise sociológica de mercado. Para isso, surge a necessidade de identificação dos agentes que compõem tal campo, uma vez que são indivíduos de “carne e osso” que constroem o mercado. Identificar esses agentes é mostrar o posicionamento dentro do espaço e para tanto é preciso empenhar-se na análise da trajetória de vida dos agentes. Ao objetivar a posição que o agente ocupa no espaço social, é possível entender seus comportamentos, suas ações e compreende-se o possível sentido dado pelo agente em sua tomada de decisão, ou seja, qual crença motiva as práticas dos agentes.

A troca é uma relação fundamental e eminentemente social nos mercados (e não seria diferente na feira, como uma praça de mercado). São diversos os autores que trabalham esse tema. Aqui, especialmente, inspiro-me em Marcel Mauss (1974) em seu estudo *Ensaio sobre a dádiva*, que ao descrever a dinâmica de atuação das trocas, dentro de uma sociedade primitiva da Polinésia, salientou a existência de uma relação social duradoura permeada por um ritual de dádiva, denominada como “Potlach”, consistindo em “dar, receber e retribuir” presentes. Ações ao mesmo tempo espontâneas e obrigatórias, nas quais os indivíduos reafirmam suas posições através da aceitação do presente e propõem-se a uma futura retribuição não simétrica, criando assim laços de solidariedade entre as pessoas.

Para Mauss (1974) essa relação entre os membros do “Potlach” só é possível pela

existência da sociedade, sendo uma ação que para além de estar no plano material, opera no plano mental. Tal ritual nos permite pensar o início de uma atividade social de troca que precede a forma de economia moderna e que nega a impessoalidade. Nos grupos sociais não é a ação econômica racional, “fria e calculista”, utilizando ainda os termos do autor, que ordena essas trocas. Ao estender a análise da dádiva a sua própria sociedade, a francesa, Mauss conclui que:

Uma parte considerável de nossa moral e mesmo de nossa vida continua estacionada nesta mesma atmosfera de dádiva, de obrigação e de liberdade misturadas. Felizmente, nem tudo está classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas têm ainda um valor sentimental além de seu valor venal, tanto é que há valores que pertencem somente a este gênero. Não temos apenas uma moral de comerciantes. Restam-nos pessoas e classes que guardam ainda costumes de outrora, e quase todos dobramos a eles, pelo menos em certas épocas do ano ou em determinadas ocasiões (MAUSS, 1974, p. 163)

Para alguns autores a explicação do funcionamento da dádiva é mais importante para as ciências sociais do que aquela que estava sendo trabalhado até os anos 1970, principalmente por uma leitura estruturalista (rígida e limitada no dom como troca). Caillé (2002) defende a inserção de Marcel Mauss como teórico essencial da sociologia, havendo uma necessidade de retomar o ensaio sobre a dádiva sob ângulos que trabalhem dimensões sociológicas e políticas não apenas utilitaristas, com a proposta do dom como um terceiro paradigma para as ciências sociais, na crítica às limitações dos paradigmas anteriores.

O primeiro paradigma, individualista, compreende as relações sociais através de cálculos racionais, como, por exemplo, a teoria da ação racional. O segundo, coletivista, foca na totalidade social sobre os indivíduos, é a sociedade que dá sentido a ações individuais e coletivas, como em análises funcionalistas e estruturalistas. O terceiro paradigma, o do dom, é uma proposta intermediária entre as anteriores em que não há predomínio do indivíduo sobre a sociedade e nem o contrário. Indivíduo e sociedade possuem uma coexistência que depende da relação entre eles, tanto no passado como em suas constantes mudanças, gerando instituições políticas, familiares e econômicas, imbricadas e complexas.

Esse é o anúncio de um movimento acadêmico que não tem a dádiva como sistema de reciprocidades fechado, mas como um embasamento teórico para a aglutinação social, no qual a teoria da reciprocidade existente no dom é aberta e flexível, mostrando a complexidade das

ações sociais, que possibilita a articulação de saberes (comum e científico) ao priorizar o cotidiano e as interações entre os planos micro e macro.

Assim, pretende-se fortalecer um projeto denominado Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.)²⁹, que defende a ideia de um sistema do dom não arbitrário, tendo diversas racionalidades, havendo entre elas também a de interesse instrumental. Uma concepção não utilitarista e não estruturalista significa que diante das obrigações morais (como dar, receber e retribuir) e da constituição de alianças o sujeito social possui liberdade para agir (MARTINS, 2008).

O movimento volta-se também para observar como o indivíduo moderno, que é sujeito e objeto na sociedade, consegue criar novos sistemas de reciprocidades, ressaltando a importância da dádiva na criação dos vínculos sociais e não a troca por si só. Sob a ótica da dádiva o valor é estabelecido em relação a pessoas e não em comparação a coisas. As explicações através do bem de uso e do bem de troca da teoria marxista ganham aqui um valor aglutinador, em produzir e reproduzir alianças e relações sociais.

Nessa perspectiva o sistema da dádiva levaria a um entendimento de que a relação entre os indivíduos se encontra permeada por uma questão moral. A crítica de Mauss ao utilitarismo demonstra que os bens circulados na sociedade são simbólicos, antes mesmo que materiais. Ampliando a teoria de Durkheim, de quem é sobrinho e herdeiro intelectual, atribuiu flexibilidade ao sistema moral com a passagem do “fato social” como obrigação social através da coerção, para o “fato social total” como associações humanas complexas e simbólicas, nas relações entre os homens e destes com objetos que não se restringem a fenômenos particulares (econômicos, políticos e culturais), mas se estendem aos vínculos sociais. A análise da sociedade a partir de tal perspectiva sugere que as trocas são assimétricas e com o tempo geram dívidas coletivas que se expressam em regras e rituais.

O antiutilitarismo do M.A.U.S.S. é uma obrigação paradoxal da generosidade (Caillé, A. 2002), de relações baseadas em alianças. Antiutilitário é diferente de não utilitário – as alianças possuem utilidades que não podem ser alcançadas com base no interesse utilitário, pois a aliança, assim como a confiança, está situada entre o condicional e o incondicional, em ações que são realizadas sem a certeza da resposta do outro, mas que dependem do outro para funcionar.

²⁹ Em francês: Mouvement antiutilitariste dans les sciences sociales.

Nesse sentido, as alianças são os compartilhamentos de ações (rituais, gestos) que pressupõem um sistema de reciprocidades sustentado pelo simbolismo, por significados compartilhados, desde os quais a confiança é gerada primeiro por tais relações e não por obrigações legais e exige acreditar no outro, mesmo sem garantias. É nessas relações que a dádiva fica evidente. A teoria do dom não é ingênua em pensar que o ser humano é generoso e altruísta, o que ela faz é demonstrar que esse tem motivações que são complexas e diversas. Assim, o dom é visto como uma obrigação da espontaneidade, encontrado em sociedades antigas e tradicionais, sendo uma origem empírica para o senso moral.

Reflexões empíricas e teóricas sobre práticas de dom podem oferecer novas visões sobre a modernidade mercantil, assim afirma Steiner (2016), para quem através de uma *sequência reflexiva*³⁰ (que contraria o discurso da economia política principalmente em relação aos interesses) o altruísmo e o dom mostrar-se-iam eficientes para as trocas modernas: “Essas práticas mostram a existência de uma economia que não reduz a política a uma gestão dos mercados sobre os quais evoluíram atores econômicos racionais.” (STEINER, 2016, p. 13 – 14).

Steiner (2016) chama a atenção para as práticas do dom dentro das famílias, fazendo referência a uma expressão utilizada por Weber, F (2013), pela da existência de uma “espiral de doações”, que geram trocas familiares as quais sustentam ganhos econômicos, como a herança, mas que não se limitam ao monetário. Tendo nos afazeres diários, serviços prestados entre membros de diferentes gerações (avó, pai, neto) de uma mesma família ganhos difíceis de mensurar. Essas trocas não são iguais entre os familiares e nem mesmo seus benefícios são recebidos conforme a “doação” de cada membro, as trocas, ainda, por vezes ultrapassam o âmbito da família, se estendendo para vizinhanças e amigos, sendo a “espiral de doações” um sistema de trocas anterior a economia moderna.

De forma que com o exercício científico de mostrar as especificidades do dom na modernidade Steiner (2016), desloca o entendimento sobre a tríade do dom da aposta do indivíduo sobre a ação do outro (em um “eu dou esperando de maneira inconsciente que o outro retribua de alguma forma”), para a aposta nas organizações (“eu dou, pois confio que a organização para a qual doei irá repassar os ganhos”). É a passagem do dom da troca entre indivíduos, para a troca entre indivíduo e organização, denominado por Steiner de “dom

³⁰ “Maneiras de pensar, contra-maneiras de pensar, maneiras de fazer, contra-maneiras de fazer: a sequência reflexiva dos sociólogos confronta-se com a dos economistas.” (STEINER, 2016, p. 14)

organizacional”³¹. O autor coloca a organização de maneira oposta ao mercado, sendo Organizações Não Governamentais (ONG’s), instituições de caridade, bancos de doações, etc, situando-as ao lado do Estado, do dom maussiano e da “espiral de doações”.

Para Steiner (2016) a teoria de Bourdieu coloca um grande peso nos interesses mesmo dentro da teoria do dom, o que o afastaria da proposta do M.A.U.S.S, por outro lado podemos ver uma aproximação entre a teoria reflexiva de Bourdieu e o movimento antiutilitarista, pela proposta de um olhar dialético para a dádiva, que permite pensar a relação de confronto de lógicas binárias que aparentemente são distintas, como interesse/desinteresse, liberdade/obrigação, estado/mercado, por sua defesa do dom como sistema dinâmico, com indivíduos ativos e como fato político. Por trás da troca econômica com base em trabalhar, consumir e acumular está a vontade de viver a vida coletivamente, fato que alimenta uma consciência coletiva baseada na ordem moral. A economia como forma organizacional nem sempre esteve ligada ao mercado, mas sim a uma rede de trocas, assim:

Como teoria relacional, o dom permite enfoques originais e múltiplas interpretações da realidade, inclusive a de repensar a produção econômica e o trabalho social não apenas a partir da exploração e do conflito, mas incorporando indicadores de bem-estar e de “vida boa” (MARTINS, 2008, p.118).

A dádiva requer uma explicação do implícito e do não dito para alcançar a reciprocidade na sociedade contemporânea, mas é preciso se atentar para o fato de que nem tudo se pode explicar pela dádiva ou por uma banalização do que ela representa. Martins (2008), alerta que no Brasil é preciso ter uma atenção com a representação da dádiva, principalmente para o senso comum, com a vinculação religiosa do catolicismo no imaginário do dom como virtude divina e doação (dar) como caridade e para o espaço ocupado pela antropologia estrutural (importância da passagem de Lévi-Strauss no país nos anos 1930).

Mary Douglas, interlocutora da linha não estruturalista da teoria de Mauss, resgata também a variável social do consumo, tratando-o como dádiva. Em seu livro escrito juntamente com o economista Baron Isherwood, denominado *O mundo dos bens: para uma*

³¹ “Essa denominação é mais que uma mera mudança de terminologia: ela evidencia dois elementos que devemos considerar para compreendermos o fenômeno. Em primeiro lugar, ela destaca o fato de que existem dois tipos de pessoas em um dom organizacional: as pessoas físicas e as pessoas jurídicas ou organizações. Em segundo lugar, ela leva em conta a existência de relações entre as próprias organizações, relações que não têm nenhuma razão para pertencer à categoria de dom, *independentemente da natureza da relação entre os indivíduos situados no final da cadeia.*” (STEINER, 2016, p. 103)

antropologia do consumo (2009), publicado pela primeira vez no final dos anos de 1970 - época de efervescência do consumo em massa e também da contracultura -, discute a importância de pensar o consumo como chave para o entendimento da sociedade contemporânea.

O livro questiona a tendência da literatura sobre o consumo, que acredita no consumo enquanto perda do vínculo social, com indivíduos que comprem bens, influenciados, simplesmente pela variável material, ou seja, que abstraem o consumo da relação social que ele estabelece e que o significa. Para os autores, negar o consumo enquanto espaço de troca social, é negar o poder desse consumo enquanto transformador da realidade social. Assim como Mauss (1974), tais autores acreditam que o homem puramente racional só existe no plano teórico, acrescentando que o consumo ajuda no processo de racionalização.

Os autores argumentam que o consumo não é simplesmente imposto por uma oferta, ele pode ser criado por demandas sociais. Como uma forma de expressão individual e coletiva o indivíduo passa uma mensagem sobre si e sobre seu grupo através do consumo. Essa regra pode ser aplicada a todos os tipos de bens, não apenas aos lúdicos, como canto, dança e expressões artísticas em geral, mas também a atividades necessárias à vida, como comer, beber e se vestir (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009).

Somando-se aos postulados dos teóricos acima, o antropólogo de origem indiana, Arjun Appadurai (2008), ao organizar o livro *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, trabalha com a seguinte premissa: não só as pessoas possuem uma vida social, mas também as mercadorias possuem uma vida social, dado que essas se movimentam conforme o contexto social e humano. Appadurai irá, então, resgatar em Simmel o conceito de valor que não é inerente ao objeto, mas sim estabelecido externamente; o valor é estabelecido através da troca e antes dela “desejo e demanda, sacrifício recíproco e poder interagem para criar o valor econômico em situações sociais específicas” (APPADURAI, 2008, p.16).

Para o autor, pensar em mercadoria é pensar em qualquer coisa destinada à troca, para além de representações materiais criadas pelo modo de produção capitalista. Tendo, portanto, a troca como sua significante, ela está sujeita ao controle social e político. Assim, é preciso depreender os acordos culturais que operam na sociedade, rompendo com uma perspectiva marxista voltada para a produção e que negligencia a trajetória de uma mercadoria, ou seja, é preciso levar em conta para a análise não só a produção, mas a troca, a distribuição e o

consumo. Dessa forma toda a mercadoria possui um fluxo próprio, que ora afasta e ora une os indivíduos e os diferentes grupos (APPADURAI, 2008).

A realização de trocas como dádivas, com seus aspectos sociais e políticos de Mauss e do M.A.U.S.S, a criação de vínculo social através do consumo, trabalhada por Douglas e Isherwood, o próprio significado do bem na troca, aprofundado por Appadurai e a criação de gostos e influências nas formas de vida, conforme Bourdieu através do conceito de *habitus*, são os pressupostos para pensar a feira, enquanto mercado, como um espaço de troca e consumo, que é social e político e que cria vínculos nos quais as posições dos indivíduos estão fortemente arraigadas. É também nesse espaço que a relação entre trocas, que geram vínculos baseados em posições, interfere na reprodução social e econômica desses agentes e de suas famílias.

I.3 – Notas sobre a Sociologia Rural

Sem a pretensão de fazer um inventário sobre a sociologia rural ³², enquanto vertente sociológica e disciplina, trarei aqui apenas interpretações e conceptualizações que possam ajudar a alcançar o objetivo dessa pesquisa, pois a categoria do agente, como agricultor familiar, enquanto feirante requer o mínimo entendimento do contexto no qual este se insere.

Na literatura acadêmica dos anos 1990 temos críticas à modernização do campo, a defesa de uma revalorização do rural, e discussões sobre as particularidades brasileiras, que apontam a importância de tornar visíveis e fortalecer esses grupos na constituição da organização social e econômica brasileira, como forma de sua proteção e manutenção desses grupos (QUEIROZ, 2009).

Entre os temas de interesse da sociologia rural atual (processos migratórios, mudanças produtivas, interações rural/urbano, etc.) encontra-se a agricultura familiar. Para analisar sociologicamente as famílias nas sociedades modernas é preciso entender as estratégias sociais e econômicas delas e de seus membros e como eles estão em relação à divisão social do trabalho. Dessa forma, as questões que envolvem o estudo da agricultura familiar (uso da

³² A análise do mundo rural é uma preocupação da geografia, economia e sociologia desde os anos 1950 para compreensão do processo de modernização da agricultura, a relação desta com as transformações nas indústrias e no urbano. No final dos anos 1970 e início de 1980 temos a superação da agricultura como única característica do rural, a emergência da questão ambiental dá a esses espaços outras funções econômicas, voltando-se o estudo da ruralidade não só sobre a questão agrária, o trabalho rural, mas também sobre políticas públicas, recursos territoriais e a questão ambiental (MARTINS, 2014).

terra, produção de alimentos, processos redistributivos, etc.) evidenciam que o rural não se resume à atividade agrícola econômica, mas também está nas dimensões sociais, ambientais, políticas e culturais familiares.

O conceito de agricultura familiar é importante para entendermos de qual ator social falamos, tanto como identidade criada, dada e incorporada, de um ator que “constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna” (WANDERLEY, 2003, p. 58). Faz-se sempre necessário identificar sociologicamente o contexto histórico e social da agricultura familiar como categoria, segundo resistência e adaptação às transformações da sociedade.

Na década de 1990 uma publicação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) junto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (“Diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável”) classifica os agricultores em patronais e familiares. Patronal quando há a separação entre quem trabalha diretamente com a terra e quem administra o negócio e familiar, na qual essas duas competências possuem um mesmo responsável ou conjunto de responsáveis, divididas ainda em subcategorias: consolidada, em transição e periférica.

Os agricultores familiares se reproduzem em países desenvolvidos pela intervenção do Estado e possuem um papel estratégico na segurança alimentar, havendo uma circulação de rendas nesses países que vai da agricultura para a sociedade com a regulamentação governamental de preços. A agricultura familiar, seja vista como evolução do campesinato ou não, é marcada pela interação com a economia capitalista. Essa posição, quando encontra apoio em políticas públicas de produção e segurança alimentar, permitindo uma autonomia dos agricultores em sua reprodução social e econômica, dependente da posição ocupada pelos agricultores familiares no ambiente social e econômico e das interferências nas formas de vida.

Com a modernização do campo brasileiro, à década de 1980, temos um contexto em que parte dos pequenos produtores foi integrada nesse novo cenário, pela ligação com agroindústrias ou mercado consumidor e parte foi excluída, sem a possibilidade de terra e trabalho, reforçando interpretações sobre a subordinação dos pequenos proprietários à dinâmica econômica.

Assim, a agricultura familiar é de forma abrangente definida como “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999,

p. 327). Essa definição abarca grupos distintos, não³³ designáveis apenas por uma classe social ou por valores compartilhados únicos, bem como não se restringe a uma dualidade - baseada no senso comum - de um grupo fora da economia enquanto base produtiva, ou um braço do agronegócio. Apenas a variável *mercado* não classifica esse grupo no que diz respeito à escolha da atividade agrícola, práticas familiares e laços sociais.

A agricultura familiar ganha projeção no Brasil no final dos anos 1980, com a adoção política da expressão, por alguns trabalhos acadêmicos, e por pequenos produtores para unificar seus interesses, principalmente econômicos, ameaçados pela competitividade de produção no país:

[...] formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades. (SCHNEIDER, 2003, p. 31)

Estudos sobre agricultura familiar no Brasil se iniciaram recentemente (na metade dos anos 1990), essa ocorrência tardia refere-se às bases teóricas que influenciavam os pesquisadores anteriormente, apegados às formulações clássicas do problema agrário nacional e aos processos de luta de classes no campo.

O conceito e a identificação como agricultor familiar enfraquece a denominação como “trabalhador rural” ou “pequenos proprietários”, principalmente pela legitimação do governo federal ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. O programa tinha como finalidade apoiar e conceder crédito agrícola aos pequenos produtores rurais; o sindicalismo rural brasileiro reforça essa categoria através da difusão do programa (SCHNEIDER, 2003).

Somando-se a isso, os estudiosos do mundo rural, muito antes voltados para a leitura marxista clássica, também adotam o tema da agricultura familiar, pois nos principais estudos rurais anteriores aos anos 1980 não se encontra o termo agricultura familiar, os pequenos proprietários eram identificados como camponeses e o campesinato era a oposição do

³³ Com o recorte sugerido por Carneiro (1999) temos essas diferentes categorias: família agrícola de caráter empresarial (produção orientada para o mercado), família camponesa (manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola), e a família agrícola "rurbana" (diversificação da produção e das fontes de renda).

latifúndio, como um conceito impregnado de conteúdo político e ideológico. Já nos anos 1970 pequenos proprietários tidos como “minifundiários” passam a ser identificados como “pequenos produtores” (na tentativa de afastar do peso político e ideológico de “campesinato” e criar uma denominação técnica) ou como denominavam as políticas públicas da época: “produtores de baixa renda” (SCHNEIDER, 2003, p. 33).

Autores clássicos sobre a questão rural, na vertente marxista dos anos 1950, como Caio Prado Jr, tinham uma preocupação acima de tudo política sobre o tema, na investigação da capacidade revolucionária do campesinato. Schneider (2003) relata que a importância teórica dada por esses clássicos cria uma aparente dicotomia entre camponês e agricultor familiar, e que Abramovay (1992) ao definir esse último como objeto sociológico, centrado na forma familiar de produção, no modo de vida que se transforma em trabalho, como fenômeno encontrado em países desenvolvidos economicamente, esclarece que a agricultura familiar não é deslocada das mudanças do capitalismo, mas sim está inserida nela, ocupando um papel fundamental no abastecimento alimentar.

O Pronaf³⁴ deu destaque a tal categoria como bandeira do governo para o desenvolvimento rural, através da geração de emprego e diversidade de produção comparada a agricultura patronal. Por outro lado, também categorizou esses agricultores segundo a “viabilidade de produção”, atrelando as produções à economia de mercado; o agricultor viável, como um agricultor legítimo, precisava ser “somente” agricultor³⁵ (não comerciante, cozinheiro, etc), e garantir a renda de sua família com essa atividade, assim como na agricultura de larga escala. Essa categorização colocou à margem uma multiplicidade de formas que muitas famílias encontravam para se reproduzirem.

Para ALENTEJANO (2000), o discurso trazido pelo governo a respeito da superioridade da agricultura familiar, em relação a patronal, na geração de emprego e distribuição de renda no final dos anos 1990, com o objetivo de modernizá-la tecnicamente,

³⁴ Através da análise do PRONAF, Abramovay e Veiga (1997) afirmam que o programa é resultado de negociações políticas entre: “a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (SPA/MA), o Departamento de Extensão Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da agricultura (DATER/MA), o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura e a Casa Civil da Presidência da República. A Confederação Nacional da Agricultura não participou das negociações no plano nacional, mas os sindicatos patronais têm nítida influência na execução do programa.” (ABRAMOVAY e VEIGA, 1997). Ou seja, houve uma grande mobilização social para a criação desse programa, mas entre sua criação e o acesso dos produtores ao crédito há a mediação do banco com critérios que deixam muitos agricultores a margem dos benefícios.

³⁵ O Pronaf excluía agricultores familiares que tinham a renda das atividades não agrícolas superior a 20%.

exclui uma grande parcela de agricultores classificados como não eficientes. O discurso também apontava como caminho para tais agricultores a inserção no mercado, tratado como uma economia pura e perfeita, ou seja, com condições iguais de competição, transparência nos preços, comandados pela ação racional, trabalhando com o conceito de “negócio familiar rural” (ALENTEJANO, 2000).

A agricultura familiar que ganha espaço com o PRONAF, chega a ser definida pelos critérios utilizados pelo programa na escolha de seus beneficiários; no entanto, os agricultores familiares não são uma simples invenção do Estado, podendo ser vistos como uma adaptação do trabalhador rural/camponês/agricultor à nova dinâmica industrial, social e econômica, considerando-se que no Brasil o processo de modernização das condições de produção não está acabado e que a disputa e a concentração de terras conferiram uma posição renegada a tais agricultores.

Como agentes, os agricultores familiares não são um grupo social homogêneo, assim como em outros campos se diferem quanto ao volume de seus capitais econômicos (propriedade, herança, maquinário, acesso a crédito), sociais (vizinhança, compadrio, etc) e culturais (domínio dos cultivos e diferentes produções). O que os une é o caráter familiar e não apenas o de utilização da mão de obra familiar, mas pelo significado simbólico da propriedade rural, para além da terra como mercadoria.

Dentro dessa perspectiva, para Carneiro é preciso transferir a análise dessas famílias como unidades produtivas (do cultivo agrícola) para a família como unidade social, “que administra a reprodução social de seus membros em situações materiais e culturais distintas” (CARNEIRO, 1999, p. 335). Trata-se da noção de família enquanto elo de relações e reproduções sociais, a qual não deve ser tratada como fechada e rígida, mas sim dinâmica.

De tal forma, essas famílias criam novos formatos, principalmente pela necessidade de adaptação e resistência às mudanças ocorridas no trabalho no campo e há a necessidade desses grupos criarem estratégias sociais e econômicas para se reproduzirem, ou seja, manter sua posição social ou melhorá-la economicamente com a finalidade de conservar os vínculos sociais. A família como unidade de trabalho não se limita a consanguinidade, mas ao sentimento de identidade, dos laços criados, seja por parentesco, vizinhança ou compadrio (BARONE, 1996), através de valores compartilhados.

O agricultor familiar não pode ser pensado como um profissional da mesma forma que um trabalhador urbano, pois seu trabalho, casa e família estão ligados intimamente. Devido à

essa complexidade da unidade familiar ser também o lugar de trabalho (no qual essas duas esferas em diálogo constroem a reprodução social) a identificação das particularidades de cada esfera é importante para a dinâmica do grupo e para a compreensão de suas escolhas; é preciso apreender os sentidos que valoram tais relações na família.

A família pode ainda criar estratégias de reprodução concentradas em um membro do grupo, o qual pode romper com as trajetórias percorridas tradicionalmente por seus membros. Nesse caso, na família de agricultores, os pais podem querer que o filho não seja agricultor. As estratégias familiares, conforme os capitais mobilizados, se desdobram na incorporação de atividades econômicas novas e distintas e a capacidade de realizarem suas estratégias para atingir a reprodução é a antecipação de um futuro baseada no passado da família e no aceite pela sociedade, “portanto a reprodução ou o sucesso dos agricultores dependerá, em larga medida, do grau de dependência e das escolhas da família em face às possibilidades e constrangimentos que a ela se apresentarem.” (SCHNEIDER, S. 2003. P. 65).

Schneider, apoiado em Fuller (1990), Marsden (1992) e Abramovay (1992), afirma que as pesquisas sobre a agricultura familiar tendem a duas vertentes: identificação de diversas estratégias sociais e econômicas para a reprodução desses na contemporaneidade e o papel do Estado através de políticas públicas como incentivador do trabalho familiar agrícola. Uma estratégia que vem crescendo desde os anos 1970 entre os agricultores familiares é a adoção de atividades, para além das agrícolas, por um ou mais membros da família.

Precedida por duas abordagens analíticas – a francesa e a norte-americana - a primeira sobre a combinação de mais de uma forma de renda ou da inserção de parte da família no mercado de trabalho (*pluriactivité*) e a segunda sobre o trabalho utilizado na propriedade (*part-time farming*), no Brasil temos a abordagem do projeto *Rurbano*, com Graziano da Silva na inserção do termo “*pluriatividade*”.

Pluriatividade é um processo de diversificação dentro e fora da propriedade e a emergência de novas atividades no meio rural (atribuindo multifunções à propriedade através de bens materiais, simbólicos e de serviços, como o turismo rural e a preservação ambiental). As atividades não agrícolas se dão conforme o sentido que a família dá a sua reprodução e a seu trabalho e, por mais que eles possam ser exercidos fora da propriedade, não há divisão dos rendimentos familiares. Essa pluriatividade também está relacionada às condições econômicas, culturais, políticas e ambientais do lugar onde se encontra a família, bem como as modificações intrafamiliares variam dependendo da posição do membro (esposo, esposa,

filho, filha) que assume a segunda atividade.

Como vivem as famílias agrícolas com o capitalismo moderno e o crescimento das atividades não rurais agrícolas não são temas consensuais. De um lado, estão os que alegam que a combinação de atividades é antiga (desde o fim do feudalismo quando passam a existir “formas familiares autônomas”) e que a novidade, dentro do rural brasileiro, estaria no reconhecimento social e político da agricultura de subsistência, de pequenos agricultores resistentes ao êxodo rural com o processo da modernização conservadora da agricultura. De outro lado, há os que alegam que a pluriatividade é parte de um caminho do processo de urbanização e industrialização do campo, alegando que as atividades não agrícolas no Brasil seriam “empregos de refúgio”, por esse motivo defendem o “fortalecimento das atividades agrícolas como meio de inserção dos pequenos agricultores na economia”. (SCHNEIDER, 2003, p. 10)

Existe uma corrente que acredita que a pluriatividade seria uma fase transitória a caminho da proletarianização, seria uma dupla-atividade necessária que levaria à saída do rural com a segurança de trabalho remunerado na cidade. Por outro lado, pode-se afirmar como “uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.” (WANDERLEY, 2003, p. 52).

Schneider (2003) contribui para o debate mostrando a pluriatividade, não como transitória e nem como caminho para os grupos rurais, mas sim como característica do processo de desenvolvimento no qual agricultores familiares não estão limitados às atividades agrícolas, e como fenômeno não homogêneo, relacionado às estratégias sociais e produtivas das famílias e dos lugares ocupados por elas.

A agricultura familiar é heterogênea, mediada por interferências externas e internas, ou seja, por diferentes formas de integração econômica, política e com diferentes formatos familiares. Para compreender o rural é preciso ir além da perspectiva de mercantilização desse espaço e das pessoas que fazem parte dele. Por exemplo, mesmo se considerarmos a pluriatividade como resultado da estrutura capitalista, para a família as decisões de como reorganizar suas atividades são particulares. É preciso, ainda, fugir da polaridade agricultor familiar versus empresa capitalista:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através do qual as unidades

familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução. (SCHNEIDER, 2003, p. 95)

Considerando essas possibilidades interpretativas sobre agricultura familiar, reprodução social e econômica, mercado e troca do ponto de vista de diferentes abordagens da sociologia (reflexiva, econômica e rural), farei no próximo subitem a explicação da metodologia da pesquisa construída para analisar a feira como espaço de reprodução social e econômica.

I.4 - Metodologia da pesquisa

Segundo Bourdieu (1989), metodologicamente, para a construção do espaço social é preciso colocar os elementos, tanto internos como externos em comparação. Nas palavras do autor:

“Para isso, sugiro-vos o recurso a esse instrumento de construção do objeto, simples e cômodo, que é o quadro de caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou instituições: (...) inscreve-se cada uma das instituições em uma linha e abre-se uma coluna sempre que se descobre uma propriedade necessária para caracterizar uma delas, o que obriga a pôr a interrogação sobre a presença ou ausência dessa propriedade em todas as outras (...) de maneira a reter todas as características – e essas somente – que permitem discriminar de modo mais ou menos rigoroso as diferentes instituições, as quais são por isso mesmo, pertinentes.” (BOURDIEU, 1989, p 29)

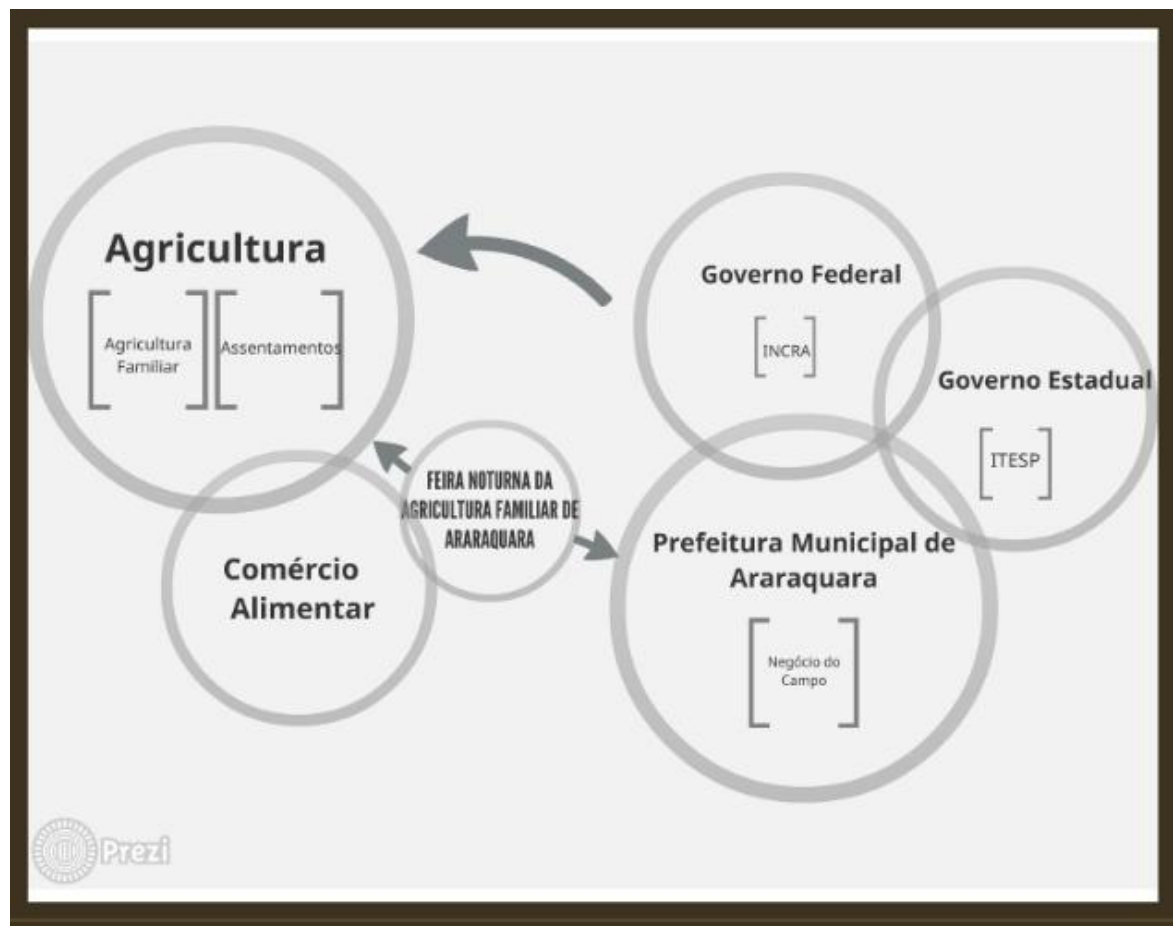
É pensar relacionalmente, pois só assim pode-se compreender a disposição dos elementos que compõem o objeto de estudo; não se interessar pelos elementos em contato nesse espaço é negligenciar o entendimento na construção do objeto, pois dentro da perspectiva sociológica adotada, o objeto em questão se constitui na alteridade, ou seja, na relação com outros elementos, agentes, capitais, etc. Utilizar o método comparativo possibilita, através das homologias com outros campos, objetivar a investigação.

Tendo a reprodução social e econômica dos feirantes como objeto de estudo, a feira como espaço social (*locus* da pesquisa) e considerando ambos na constituição do objetivo (analisar a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara, considerando-a como um espaço de reprodução social e econômica dos feirantes), a metodologia escolhida foi a análise relacional, levando em conta os agentes diversos (feirantes, consumidores e funcionários públicos), feita quando necessário por homologias, através dos diferentes tipos de ações dentro desse espaço e exterior a ele também, considerando a reprodução social e econômica dos feirantes e a feira noturna como

[...] uma formação historicamente definida no tempo e no espaço, formada por indivíduos, os quais, diferentemente do *homo racional* pregado pelos economistas, são homens e mulheres de carne e osso, cujas decisões, nada racionais, são orientadas pela cultura e pela formação simbólica na qual estão envolvidos (JARDIM e CAMPOS, 2012, p. 2).

De tal maneira, após idas a campo e coleta de informações sobre a feira no *site* da prefeitura municipal, estudo da legislação referente ao tema e entrevistas da mídia local, construí, para fins práticos, um quadro (Quadro I) dos campos que estão em relação com a feira, e por isso são parte de nossa compreensão:

Quadro I – Identificação dos campos em interação na Feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP



É relevante evidenciar que os campos em interação com a feira não estão isolados e são realizados através dos agentes, os quais estão em disputa simbólica, constroem relações que mudam conforme o tempo e o espaço e conforme o contexto. O importante é que cada espaço deve ser pensado por suas próprias normas e leis em relação com os outros espaços.

Parti da feira, *locus* da pesquisa, como elemento central e posteriormente para as esferas principais para sua criação e funcionamento, a saber: de um lado a prefeitura municipal com o projeto “Negócio do Campo”, no âmbito do governo municipal, o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), respectivamente dentro dos governos estadual e federal, posicionando as instâncias em relação umas às outras, com destaque de interação da prefeitura municipal, pois é esta que atua diretamente na feira; do outro lado, os agricultores familiares,

que têm, em sua maioria, a característica de serem assentados da reforma-agrária³⁶, posicionando-os no campo da agricultura. Isto feito, faltava delimitar o tipo de comércio do qual a feira fazia parte na região, devido à grande maioria das barracas ser de produtos alimentícios. Identifiquei o comércio alimentar como interlocutor mais próximo; desse comércio fazem parte as feiras-livres, hortifrútis, supermercados, restaurantes, lanchonetes e vendedores ambulantes da cidade.

A identificação dos campos em interação serviu como orientação para a análise documental (legislação e notícias na mídia sobre a feira noturna), a revisão bibliográfica (de pesquisas sobre feiras, as instituições e a agricultura familiar), a pesquisa de campo, elaboração e realização das entrevistas. Essa última ficou dividida em duas etapas. Na primeira realizei uma entrevista semiestruturada com um representante da administração pública local (gerente de agricultura³⁷), com foco nas informações referentes ao funcionamento e histórico da feira.

Na segunda etapa realizei dez entrevistas de profundidade com os feirantes (um terço do total), divididas de maneira intencional da seguinte forma: sete com agricultores, dois com vendedores de alimentos e uma com artesão, focadas na trajetória de vida dos feirantes e de suas famílias, na participação da feira e na forma de organização para isso. Desses dez feirantes ressalto que apenas um não é agricultor familiar.

As demais informações encontradas para a descrição da feira em questão, principalmente com relação aos consumidores, têm como base as idas a campo realizadas quinzenalmente na feira durante os meses de abril/2016 a janeiro/2017, duas visitas ao assentamento Bela Vista do Chibarro (festa junina e oficina na escola do assentamento) e uma ao assentamento Monte Alegre (Padaria A.M.A). Os dados colhidos com as entrevistas e as idas a campo foram tratados de forma relacional e reflexiva, considerando a análise da feira noturna da agricultura familiar como espaço de reprodução social e econômica, tendo em vista as formulações conceituais da sociologia econômica e rural. A seguir, apresentarei as entrevistas realizadas com os feirantes.

³⁶ Com as idas a campo identificamos que apenas duas famílias de agricultores, das dezoito barracas, não eram moradores do assentamento; já entre as dez famílias das barracas de comida, apenas duas eram de assentados e das três barracas de artesanato nenhuma era de assentado, mesmo assim as barracas de moradores do assentamento correspondem a mais da metade da feira.

³⁷ Anexo II

I.4.1 - Entrevistas com os feirantes: apresentação e análises

Por se tratar de uma feira de agricultura familiar, as barracas ficam sob a responsabilidade de famílias. Mesmo nas barracas que não são de agricultores familiares (alimentação ou artesanato) identifiquei que sua administração fica a cargo de famílias, as quais possuem sempre um membro que se destaca, seja por sua forma de lidar com o público e/ou pela responsabilidade administrativa da barraca. Entrevistei esses membros (identificados pelas idas a campo), buscando obter informações suas e de seus familiares. Como núcleo analítico das entrevistas, trabalhei com a composição atual da família do entrevistado, ou seja, os membros dela diretamente relacionados com a feira e seus dependentes, não ignorando as relações entre membros familiares que não compõem esse núcleo, mas que estão em contato com a feira, propriedade ou produção.

Alguns temas abordados nas entrevistas causaram constrangimentos, principalmente aqueles ligados às questões financeiras e conjugais. Optei, então, por fazer primeiramente uma apresentação dessas famílias e, posteriormente (próxima seção), fazer as considerações generalizadas sobre os temas que foram recorrentes e que são relevantes para a pesquisa, de modo a não vincular as informações com uma possível identificação familiar ou pessoal do feirante entrevistado.

As identificações das famílias (de “A” a “J”), encontradas a seguir, correspondem à ordem cronológica da realização das entrevistas, assim, não estão relacionadas as iniciais dos nomes dos feirantes, sobrenomes, apelidos e/ou associações, nem mesmo ao local ocupado por suas barracas na feira.

Essa apresentação pretende tratar de quatro grandes variáveis ligadas ao objeto da pesquisa (a reprodução social e econômica dos feirantes): quem é o feirante, o que vende, o método de produção e a composição da renda familiar. Algumas informações, como a idade do cônjuge, escolaridades, profissão dos pais e família de origem podem não estar nessa apresentação, tal fato se justifica ou pelo desconhecimento do entrevistado ou pela negação/constrangimento ao dar a resposta.

Família de feirante “A”

Composição: 5 pessoas (casal e 3 filhas)

Feirante membro da família entrevistada: esposa

Local e data de entrevista: realizada na propriedade da feirante em 14 de setembro de 2016

A família “A” é de agricultores familiares que têm uma banca de verduras, frutas e legumes na feira noturna, além de realizar outras três feiras (Praça “Pedro de Toledo”, UNIARA e no condomínio habitacional). Na banca trabalham a esposa e o marido vendendo produtos da associação que são membros (esta última composta por familiares - pais, tios e tias), produzidos no Assentamento Bela Vista do Chibarro, lugar onde a família núcleo da entrevistada também mora, mas em terrenos diferentes, já que a propriedade onde se cultiva a horta pertence ao tio da entrevistada, que a ensinou a plantar.

Essa feirante tem 29 anos e é filha de mãe migrante do Paraná. Seu marido, de 39 anos, é filho de pais araraquarenses que trabalhavam na usina de cana, lugar onde hoje é o assentamento Bela Vista. O casal possui três filhas em idade escolar, que além da escola também dividem as tarefas de casa com a mãe. O casal núcleo dessa família estudou até a 8ª série do ensino básico, e ambos trabalham cerca de 5 a 10 horas por dia, tanto na atividade agrícola (na horta) como fazendo feira, dividindo esses afazeres por todos os dias da semana. A entrevistada está no ramo de feiras há 4 anos, antes era dona de casa, já o marido, que antes era cortador de cana, trabalha com agricultura desde criança.

Cultivam conforme o Sistema Orgânico de Produção (possuindo certificado para venda e também o selo da agricultura familiar). Justificam essa escolha de cultivo devido a uma intoxicação por agrotóxico sofrida pelo tio da entrevistada. A família “A”, além das feiras, vende cestas de produtos orgânicos e, sempre que consegue, vende também para mercados institucionais. São essas as atividades que compõem a renda familiar.

Família de feirante “B”

Composição: 2 pessoas (casal)

Feirante membro da família entrevistada: esposa

Local e data de entrevista: realizada na sede da associação da qual faz parte a feirante no dia 16 de setembro de 2016

Na família “B” entrevistei a feirante que comercializa os produtos que ela faz para a associação de panificação (pães, bolos, doces, etc.). Dessa forma, sua barraca faz parte do nicho da feira de alimentação. Além da feira noturna realiza também a feira da UNIARA, a de agricultores familiares da cidade de Matão e expõe os produtos à venda na cozinha sede da

associação. A panificadora, que teve o apoio do orçamento participativo municipal em sua criação (2007), é composta só por mulheres assentadas da reforma agrária, e tanto a sua sede quanto a moradia da entrevistada ficam no assentamento Monte Alegre (núcleo 6).

Mesmo não vendendo no ramo de agricultura na feira, a entrevistada, além de trabalhar com a panificação é agricultora, estudou até a 5ª série (ensino básico), migrou do Paraná no final dos anos 1980 e conseguiu um lote no assentamento através de sorteio. Além dela, compõem a família o marido que é pedreiro e agricultor familiar, e não raro participa da feira com ela. O casal é pai de quatro filhos (dois homens e duas mulheres) que já alcançaram a maioridade civil e não moram com eles. A renda do casal é composta pelos recebimentos das vendas da associação e pelos recebimentos do marido nos trabalhos como agricultor e pedreiro.

Família de feirante “C”

Composição: 5 pessoas (casal, 1 filha e 2 filhos)

Feirante membro da família entrevistada: esposa

Local e data de entrevista: entrevista na feira da Praça “Pedro de Toledo” no dia 05 de novembro de 2016

A família “C” possui a maior banca e com mais variedades de frutas, verduras e legumes da feira noturna, além dessa feira também participa das feiras da Praça “Pedro de Toledo” e do terminal de integração, trabalhando na banca a entrevistada e uma prima. Seus produtos e o da família “G” são os únicos do nicho de hortifrúti da feira que não são cultivados em terras de assentamento da reforma agrária. O local de produção que corresponde à moradia da família da entrevistada é alugado e fica na zona rural de Araraquara, próximo a cidade de Matão.

A entrevistada tem 39 anos, é nascida em Dourados (SP) e estudou até o ensino médio. Antes de ser agricultora e feirante exercia a profissão de costureira, assim como sua mãe que era tecelã; já seu pai era cortador de cana. A entrevistada e o marido, graduado em psicologia, são casados há 15 anos e sempre moraram na área rural, os dois têm juntos três filhos em idade escolar (11, 6 e 4 anos).

A família núcleo trabalha com agricultura há oito anos, antes de fazer feira (há cinco anos) vendiam para o varejo. O método de cultivo escolhido para a plantação é o

convencional e trabalham todos os dias, cerca de nove horas por dia para fornecer produtos para a feira e excedentes para o varejo, é dessas fontes que resulta a renda familiar.

Família de feirante “D”

Composição: 4 pessoas (casal e 2 filhas)

Feirante membro da família entrevistada: esposo

Local e data de entrevista: entrevista na feira da Praça “Pedro de Toledo” no dia 05 de novembro de 2016

A barraca da família “D” é do nicho de hortifrúti, trabalham nela o entrevistado de 53 anos e a esposa de 40 anos, casados há 15 anos; além da feira noturna participam da feira na Praça “Pedro de Toledo”. O local de produção e moradia da família fica no Assentamento Bela Vista do Chibarro.

O entrevistado é maranhense, filho de agricultores familiares pernambucanos, migrou para São Paulo aos 20 anos, onde trabalhou como metalúrgico. Um conhecido informou sobre o assentamento em Araraquara, o qual o entrevistado veio visitar e acabou mudando com sua família (mãe e irmãos). Possui o ensino médio pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) cursado no assentamento, a esposa também tem ensino médio. O casal que tem duas filhas em idade escolar (14 e 12 anos) trabalha todos os dias da semana, oito horas por dia, entre a agricultura e a feira.

Na horta trabalham, além do entrevistado, três irmãos. É de um deles a propriedade que utilizam para plantação com o método convencional. O entrevistado trabalha com agricultura há 12 anos e com feiras há 10 anos, tendo, além da horta (para feira e varejo), o monocultivo de grãos como atividade que compõe a renda familiar.

Família de feirante “E”

Composição: 2 pessoas (casal)

Feirante membro da família entrevistada: esposo

Local e data de entrevista: entrevista na exposição do parque infantil no dia 05 de novembro de 2016

O entrevistado da família “E” e sua esposa têm uma banca de artesanato na qual vendem brinquedos infantis em madeira de reciclagem e bijuterias. Além da feira noturna

participam de exposições semanais na sede do DAEE³⁸ e no Parque Infantil³⁹. O casal faz feiras há 20 anos; começaram vendendo “bichinhos de pelúcia” em festas regionais, mas mudaram de ramo, pois era a esposa que costurava e ela não queria mais fazer essa atividade.

O entrevistado de 61 anos possui o ensino médio, trabalhou na lavoura até os 16 anos, também trabalhou como soldador industrial e caldeireiro, profissão da qual é aposentado. Seu pai e seu avô eram carpinteiros e ele foi o único de quatorze irmãos que aprendeu esse ofício de família, do qual se orgulha. A esposa é enfermeira aposentada e, além de realizar a feira, é responsável por fazer as bijuterias e os serviços domésticos. O casal, com 38 anos de casados, possui dois filhos adotivos: um filho (33 anos) e uma filha (27 anos). A renda da família é composta pela aposentadoria do casal e complementada pelas vendas da feira e exposições.

Família de feirante “F”

Composição: 4 pessoas (casal, um filho e uma filha)

Feirante membro da família entrevistada: esposo

Local e data de entrevista: entrevista na propriedade dos pais do feirante no dia 08 de novembro de 2016

A família “F” possui uma banca de hortifrúti na qual trabalham o entrevistado e seu irmão, sendo o primeiro o responsável por administrá-la. Ambos são moradores do assentamento Monte Alegre (núcleo 4) e é nesse assentamento que fica a propriedade de seus pais na qual são cultivados os produtos para as feiras. Além da feira noturna participam da feira da Praça “Pedro de Toledo”, da feira de agricultores familiares de Matão e da feira do terminal de integração.

O entrevistado tem 35 anos e trabalha, assim como seus irmãos (4), com agricultura desde os 6 anos. Filhos de migrantes do Paraná, seus pais eram cortadores de cana e ainda trabalham como agricultores, ambos com doenças na coluna por causa do trabalho. O entrevistado é casado há 12 anos, possui dois filhos em idade escolar (12 anos o menino e 7 anos a menina); sua esposa trabalha em uma estufa de mudas, ela estudou até a 5ª série e ele até a 8ª série, ambos do ensino básico.

³⁸ Na sede Departamento de Águas e Energia Elétrica do município de Araraquara, onde ocorre uma feira de artesanato aos domingos.

³⁹ O Parque Infantil é um parque aberto que fica na região central da cidade de Araraquara, contém uma pista de caminhada frequentada por um grande número de pessoas durante todos os dias da semana.

Seus pais trabalhavam com feira desde 2004, antes vendiam para o varejo, já o entrevistado trabalhava na colheita de laranja até 2009, quando começou a trabalhar na horta para a venda na feira. A família utiliza do método de cultivo convencional, trabalhando entre 10 a 12 horas por dia todos os dias. Além das feiras, vende seus produtos para o varejo e fornece para a Cooperativa dos produtores agrícolas de Motuca e região (COOPAM). A renda de sua família é composta por essas vendas e o salário da esposa.

Família de feirante “G”

Composição: 2 (irmãos)

Feirante membro da família entrevistada: irmão caçula

Local e data de entrevista: entrevista na propriedade dos pais do feirante no dia 09 de novembro de 2016

A banca da família “G” pertence ao nicho de hortifrúti, porém produz um tipo de produto agrícola específico: cogumelo. Assim como a família “C”, essa não é assentada, tendo uma propriedade em uma antiga fazenda de cana na zona rural de Araraquara. Além da feira noturna, eles expõem seu produto na feira da Universidade de Araraquara (UNIARA) e vendem para o varejo. Esse empreendimento possui três anos, faz parte de uma sociedade composta pelo entrevistado, seu irmão e um amigo de infância (com mestrado na produção de cogumelos); utilizam a propriedade dos pais do entrevistado para o cultivo do produto, lugar que também é sua moradia.

Filho de um contador e de uma bancária o entrevistado tem 24 anos, estudou até o ensino médio e tem formação para piloto aéreo, profissão que exercia antes de virar agricultor, seu irmão de 30 anos tem formação no ensino superior como engenheiro agrônomo, ele é casado e pai de um filho de um ano. Antes de começar com o plantio de cogumelo trabalhava em uma Organização Não Governamental (ONG) com comunidades nativas.

O entrevistado trabalha de segunda a segunda cerca de oito horas por dia no cultivo de cogumelo Orgânico; para isso, utiliza os compostos comprados de Mogi das Cruzes enquanto constroem a estufa de cultivo de fungos em sua propriedade. Relata possuir uma clientela fixa entre feiras e varejo, o que permite a garantia de renda para seu sustento.

Família de feirante “H”

Composição: 2 (casal)

Feirante membro da família entrevistada: esposa

Local e data de entrevista: entrevista na feira noturna no dia 10 de novembro de 2016

A família “H” é composta por um casal de produtores familiares de frutas, verduras e legumes, que são moradores do assentamento Monte Alegre (núcleo 5), participam além da feira noturna da feira de agricultores familiares e da feira do bosque, ambas em Matão. A entrevistada, de 56 anos, trabalha como agricultora desde os 6 anos de idade, é filha de migrantes do Paraná que vieram para trabalhar no corte de cana, possui dois filhos homens adultos, um enfermeiro e outro maquinista; ela estudou até a 5ª série do ensino básico, assim como seu marido, de 35 anos.

Ambos trabalham todos os dias da semana e mesmo com doenças na coluna (osteoporose e esclerose) dividem as tarefas da horta, feira e casa; também possuem criação de animais para consumo familiar. Antes de começarem a vender na feira (há três anos) vendiam para a cooperativa (dez anos nesse ramo). A entrevistada afirma trabalhar com o método de cultivo Orgânico, mas não possuem certificação, empregando mais de nove horas por dia na agricultura. A renda do casal é composta pela venda na feira e uma pensão recebida pela entrevistada.

Família de feirante “I”

Composição: 4 (casal e 2 filhos)

Feirante membro da família entrevistada: esposa

Local e data de entrevista: entrevista na feira noturna no dia 10 de novembro de 2016

A banca da família “I” pertence ao nicho de alimentação de um item tradicional em feiras: pastel. São moradores do Assentamento Bela Vista do Chibarro e trabalham na banca além da entrevistada, o marido e dois de seus quatro filhos (todos em idade adulta). Inclusive a escolha pela venda do pastel foi de um de seus filhos, inspirado nessa prática por outras feiras da região. Estão com essa banca há 4 anos; além da feira noturna participam da feira da Praça “Pedro de Toledo”.

A entrevistada, de 54 anos, é filha de migrantes paranaenses que vieram para

Araraquara para o corte de cana; possui até a 4ª série do ensino básico, assim como seu marido de 57 anos, que exerce majoritariamente a profissão de agricultor no manejo convencional. A feirante trabalha de domingo a domingo cerca de oito horas por dia, dividindo as tarefas entre fazer feira, no pré-preparo do item vendido e nos afazeres domésticos. Além do pastel, prepara os famosos “molhinhos” como acompanhamento e sucos naturais. A renda do casal é composta, além das vendas na feira, pela atividade agrícola e pela aposentadoria.

Família de feirante “J”

Composição: 3 (casal e sogro)

Feirante membro da família entrevistada: esposa

Local e data de entrevista: entrevista na feira noturna no dia 10 de novembro de 2016

A barraca da família “J” é do nicho de hortifrúti da feira, produzindo frutas, verduras e legumes no Assentamento Bela Vista do Chibarro, lugar que é também a morada dessa família. Trabalham na banca além da entrevistada, seu marido e seu sogro. Participam além da feira noturna, da feira da Praça “Pedro de Toledo” e da feira no terminal de integração.

A feirante tem 31 anos; é filha de bóias frias migrantes do Paraná, que vieram para Promissão-SP, entrando em contato com o Movimento dos Sem Terra (MST); é graduada em pedagogia da terra (UFSCar), e trabalhava como balconista antes de ser feirante. Trabalha todos os dias da semana, cerca de seis horas por dia, dividindo suas atividades entre a feira e afazeres domésticos; seu marido, de 30 anos, estudou até o ensino médio, é agricultor e além da horta para a feira faz o cultivo de milho e soja; o casal não tem filhos. São essas duas atividades, feira e monocultivo, que compõem a renda familiar.

Tendo como base as entrevistas realizadas e os argumentos construídos com a pesquisa de campo, a seção a seguir trará a descrição dos aspectos centrais observados na feira: Identificação dos feirantes, dinâmica familiar, relação com a propriedade da produção, relações e organizações na feira, dinâmica de produção e finanças.

SEÇÃO II – DESCREVENDO A FEIRA NOTURNA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ARARAQUARA-SP

Essa seção tem como finalidade descrever a dinâmica da feira noturna, as relações formadas nela e a partir dela, reveladas com a pesquisa de campo e as entrevistas, para isso construí o caminho percorrido e as abordagens realizadas como pesquisadora; no entanto, a relação do descrito com o recorte teórico-metodológico será analisada na seção III. De forma que o objetivo específico sobre a feira como via de reprodução social e econômica é nessa seção II, suplementado pela descrição de inspiração etnográfica do espaço social, *locus* da pesquisa, descrição na qual utilizo expressões e explicações inspiradas nas falas e interpretações dos agentes entrevistados, identificadas pelo uso das aspas quando retiradas literalmente das transcrições das entrevistas ou do diário de campo.

II.1 – Sobre o fazer as entrevistas

Observar a feira, por mais fácil que seja seu acesso devido ao caráter público do espaço, foi um ato complexificado pela movimentação do comércio, bem como abordar o feirante na hora do “movimento”⁴⁰ criava desconfortos tanto para o feirante quanto para mim (observadora), já que poderia atrapalhar as vendas. A primeira abordagem aos feirantes causou estranhamento, foi comum me perguntarem se eu era fiscal da prefeitura ou do INCRA, se haveria algum pagamento de valor monetário para dar a entrevista, ou outro tipo de compensação e, até mesmo, recebi recusas em conceder as entrevistas.

A escolha de quais feirantes entrevistar deu-se por critérios que ampliassem a observação e garantissem possíveis comparações nas análises dos dados. Assim, procurei não entrevistar apenas agricultores familiares, do ramo de horticultura ou assentados, mesmo sendo esses a maioria.

Portanto, retomo a construção do recorte amostral⁴¹ de forma detalhada: sete dos dez entrevistados eram feirantes do ramo de hortifrúti⁴²; desses, cinco moravam em áreas de

⁴⁰ “Movimento” é a expressão utilizada pelos feirantes referente ao momento de maior número de pessoas (consumidores) durante a feira.

⁴¹ Ressalto que não busquei representatividade amostral na pesquisa, mas sim a construção de uma amostra intencional, que de modo algum representa o universo.

⁴² Dezoito (18) famílias nesse ramo na feira.

assentamento da reforma agrária⁴³ (três no Assentamento Bela Vista e dois no Assentamento Monte alegre), dos outros dois restantes - que representam o total de feirantes não assentados das barracas de hortifrúti - um tinha a propriedade alugada e produzia um número tão diverso de itens alimentares que outros feirantes e até mesmo consumidores questionavam se, de fato, era agricultor familiar; o outro não assentado produzia um produto específico junto com o irmão, em uma propriedade que os pais compraram para essa finalidade, sendo de todos os entrevistados a única família que não possuía origem rural, ou melhor, que os pais não eram trabalhadores rurais.

Entre os outros três entrevistados, dois foram do ramo de alimentação: um entrevistado representante da associação da qual a barraca é vinculada e outro que administra a barraca junto com sua família; o primeiro é morador do assentamento Monte Alegre e o segundo do assentamento Bela Vista⁴⁴, sendo que nessas duas famílias núcleo existem agricultores familiares e a atividade agrícola compõe a renda junto com as vendas nas barracas de alimentação nas feiras.

O último entrevistado é do ramo de artesanato (tendo três representantes desse ramo na feira). Trata-se do único morador da zona urbana; baseado na entrevista e na observação de campo, relato que o perfil deste entrevistado destoa dos demais, por não depender da renda da feira; ele é metalúrgico aposentado e sua esposa enfermeira aposentada, lidando com o fazer feira e a atividade de artesanato quase como um lazer.

Na feira trabalham em média dois familiares por barracas, os quais participam de cerca de três feiras por semana, o que exige uma alternância entre o trabalho na horta e o trabalho na feira; mesmo em dia de feira sempre fica alguém “cuidando” da plantação na propriedade, geralmente é um parente muito próximo como pais, tios e irmãos, e quem “faz a feira” na maioria dos casos é o casal núcleo da família de entrevistados, as quais possuem em média quatro membros. Dos entrevistados, duas famílias participavam de associação, uma entre familiares e uma exclusiva para mulheres e duas tinham sociedade entre parentes.

As entrevistas foram feitas em dias, horários e locais variados conforme a disponibilidade e vontade do entrevistado, dado que gostaria que esses se sentissem o mais à

⁴³ O fato de ressaltar a variável da moradia é que ela é significativa para esses feirantes, principalmente para os agricultores familiares, é nela que se mora e trabalha, e é ela que pode proporcionar as condições da reprodução social e econômica.

⁴⁴ O restante dos feirantes do ramo de alimentação (10 barracas no total) não é assentado.

vontade possível para falar sobre sua família, trabalho e finanças. Dessa forma, metade das entrevistas aconteceu nas feiras (duas na feira da Praça “Pedro de Toledo” e três na feira noturna), o que deu às entrevistas um ritmo ao mesmo tempo corrido e lento. Corrido, pois como os entrevistados estavam lá para vender, ficavam inquietos por estarem fazendo outra coisa, mesmo que tivesse um outro familiar cuidando da barraca; lento, pois as entrevistas eram constantemente interrompidas para que os entrevistados pudessem fazer algum atendimento ou venda e eles sempre se desculpavam por essa pausa.

Essa dinâmica permitiu olhar a feira de dentro da barraca, aguardando o entrevistado. Enquanto observando de fora da barraca, tinha a impressão de que eles apenas “olhavam o movimento” nos momentos que não havia consumidores na barraca, e quando havia consumidores, a impressão era a de que as transações eram demoradas e pessoais; de dentro da barraca observei que os feirantes estão trabalhando integralmente e intensamente no período de feira e não apenas na venda, mas usam o tempo para arrumar a barraca, para deixar os itens mais atraentes ao consumidor (retirando folhas que não são consumidas ou que não estão bonitas, descascando algum item, etc.) ou embalando os produtos e que as transações são muito rápidas e, na maioria das vezes, impessoais.

Esses comportamentos foram observados em campo nos dias posteriores à entrevista, a fim de confirmar se essa situação (transações rápidas e impessoais) não decorriam do fato de estarem sendo entrevistados. No entanto esse comportamento se manteve, mesmo entre conhecidos (feirante/consumidor), apesar de conversas mais intimistas como “nossa, você anda sumido”, as trocas de palavras duravam o tempo da troca de produtos por dinheiro: geralmente muito rápidas. Sobre esse comportamento uma entrevistada confirma: “Parece que eles estão sempre com pressa. É assim, chega uma e fala: Vai, vai, põe logo na sacola! ”.

Por outro lado, mesmo que os feirantes não tenham uma estimativa de quantos clientes comprem em suas barracas por feira, todos alegam possuírem uma clientela fiel e mesmo clientes que viraram amigos. Por exemplo, havia um frequentador da feira que trabalhava voluntariamente em uma das barracas; trata-se de um professor de ciências biológicas aposentado que tinha no trabalhar na feira uma atividade de lazer, mas que foi impedido (pelo fiscal) de realizar as vendas por não pertencer à família responsável pela barraca.

O ritmo de transações é diverso na feira: logo no seu início o movimento é maior, durante oscila entre muitos e poucos consumidores e, no final, o público diminui. Entre essas oscilações e no final da feira os feirantes usam o tempo para conversarem entre si, para pegar

uma possível encomenda ou presente do vizinho (“Olha, trouxe uma jaca pra você.”), para tomar café, oferecido gratuitamente por uma feirante de uma barraca de alimento na feira noturna (mas que vende o café na feira de sábado), ou para ir ao banheiro.

No fim da feira (noturna) os feirantes fazem suas refeições, ou com marmita ou comprando alguma comida na própria feira; em geral, eles jantam alternadamente, no fundo de sua barraca, e é comum ver feirantes de outra barraca cuidando da “feira” de quem está jantando.

No que se refere às demais entrevistas, uma foi realizada em uma exposição, seguindo um ritmo próximo da feira e as outras quatro foram realizadas nas propriedades dos entrevistados: uma no assentamento Bela Vista, duas no assentamento Monte Alegre, sendo uma delas na padaria sede da associação, e a última em uma propriedade de não assentado. Essas entrevistas tiveram um ritmo mais calmo: primeiramente os feirantes guiavam uma visita na propriedade, mostrando os itens cultivados, relatando como eram feitos os trabalhos, apresentando para familiares quando eles estavam presentes e, só então, sentavam para conceder a entrevista, que era finalizada sempre ou com uma refeição ou com algum presente.

No caminho para as entrevistas notei que todas as propriedades faziam divisa com grandes plantações monocultoras e mecanizadas (Foto 2), principalmente de cana, laranja e eucalipto, o que diferenciava completamente as paisagens no espaço rural se comparadas às propriedades dos agricultores familiares (Foto 3), nas quais, diferentemente do padrão do monocultivo, tinham diversos itens plantados em um mesmo espaço (Foto 4).

Foto 2 – Propriedade de monocultivo de cana no caminho do assentamento Monte Alegre



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

Foto 3 – Foto aérea da propriedade da família de um feirante



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

Foto 4 – Paisagem da diversidade encontrada nas propriedades



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

II.2 – Sobre os perfis encontrados e a relação com a propriedade

De todos os entrevistados, apenas um não tinha a Declaração de Aptidão para a agricultura familiar (DAP), esse documento foi encontrado mesmo entre aqueles que não precisariam dessa para participar da feira (no caso dos feirantes da barraca de alimento). Sendo assim, as famílias eram, sobretudo, de agricultores familiares. Às vezes a DAP utilizada não estava no nome do feirante (“de quem faz a feira”), mas dos pais ou dos irmãos. O acesso ao crédito do Pronaf é viabilizado pelo uso da DAP, sendo que ele foi utilizado por oito dos entrevistados, os quais afirmaram que foi difícil o acesso ao crédito devido à burocracia e quase a metade deles alegam estar com dificuldade de pagar o empréstimo.

As idades dos entrevistados indicam que eles se encontram em uma faixa etária na qual a maioria é adulta (três entre 30 a 49 anos e quatro entre 50 e 59 anos), sendo dois jovens (24 a 29 anos) e um idoso (61 anos), proporção essa correspondente à idade do total dos feirantes e do aparente observado entre os consumidores, sendo a maioria adulta entre 30 e 50 anos.

Uma relação muito importante no passado das feiras (RAU, 1983), mas que não se mostrou relevante foi a identificação religiosa, a saber: quatro se afirmaram católicos não praticantes, três evangélicos, dois sem religião, mas possuidores de crença, e um não respondeu.

Todos os entrevistados são migrantes, sendo três de outras cidades do Estado de São Paulo, um maranhense e a maioria paranaense (seis deles). Relatam que a motivação para a

migração para outro Estado, para além do corte de cana, foram as possibilidades de estudo. Os entrevistados migraram com os pais, agricultores familiares. Em relação à transferência dessa atividade, a maior parte dos entrevistados (oito) possui a mesma profissão dos pais, iniciaram o trabalho na agricultura muito na infância, assim como seus pais.

A maioria dos pais⁴⁵ dos feirantes possuía baixa escolaridade, referente até a quarta série do ensino fundamental. Já entre os entrevistados, levando em conta cada membro do casal, nove possuíam até o ensino fundamental, sete o ensino médio, um o ensino técnico e três o ensino superior (sendo dois desses últimos não moradores do assentamento, ficando os menores níveis de ensino entre os agricultores familiares moradores do assentamento).

Entre os assentados, os casais mais velhos (mais de 40 anos) migraram juntos para a cidade, já os que assentaram com menos idade, se casaram com alguém do assentamento. E, diferente da manutenção da profissão de seus pais, os casais de feirantes entrevistados com filhos (em média três), quando maiores de idade não tendem a seguir o trabalho com a agricultura: possuem escolaridade até o ensino médio e ocupam profissões diversas (técnico em enfermagem, vendedor, maquinista, montador de móveis).

Quando menores de idade, os pais priorizam os estudos, ao mesmo tempo em que os familiarizam com as hortas e levam os filhos para a feira (principalmente nas férias escolares); os entrevistados possuem um discurso de que gostariam que um dos filhos seguisse com o negócio (agricultura/feira), ou que pelo menos herdasse a propriedade e continuasse morando na área rural, alegando que a qualidade de vida ali é melhor (por qualidade de vida eles se referem principalmente às características ambientais do rural, como sons naturais, menor densidade populacional, menor custo de vida e melhor qualidade do ar, etc.). Identifiquei a presença de duas famílias que não possuem filhos: uma família é formada por um casal onde a esposa tem 31 anos e o marido 30 e na outra (irmãos como família núcleo) um dos irmãos (24 anos) não possui filhos.

Se no passado as atividades de agricultura e o “fazer feira” estavam ligadas aos homens, que como chefes de família decidiam o que seria plantado, comprado ou a forma que fariam a venda, sendo os responsáveis pela maior parte da renda familiar, na feira estudada por essa pesquisa, a mulher ganha espaço e, muitas vezes destaque (principalmente na “lida” com o público), já que os casais dividem as decisões, rendas e obrigações em relação à

⁴⁵ Em um dos casos, o entrevistado não tinha o conhecimento de quem era seu pai biológico e um tio assumiu essa figura paterna.

plantação e à feira, mas ainda fica sobre a responsabilidade apenas da mulher (ou de filhas mulheres) o trabalho doméstico, o que dialoga com os achados de Garcia-Parpet, em 1984, quando tal autora apontou que trabalho doméstico não é reconhecido socialmente como trabalho verdadeiro por não produzir renda.

Há numericamente uma predominância de mulheres⁴⁶ tanto entre os feirantes como entre os consumidores, refletidos proporcionalmente entre os entrevistados dos quais seis são mulheres e quatro homens. Entre os consumidores, são geralmente as mulheres que fazem as compras; quando em casal, os homens costumam apenas carregar as compras. Por exemplo, presenciei uma cena em que um homem pergunta o preço dos pacotes de legumes, o feirante de uma barraca de alimentação diz o valor, os responsáveis pela barraca estão sentados embaixo da barraca jantando, o consumidor fala “Peraí que vou falar com a patroa.”, se referindo a sua esposa que estava em outra barraca.

Os feirantes do ramo de horticultura costumam dividir entre o casal o trabalho da horta e da feira; na divisão desses afazeres chamou a atenção o fato de majoritariamente as mulheres assumirem a responsabilidade pela feira e os homens a responsabilidade pela horta, quase uma inversão do apontado por Garcia-Parpet nos anos 1970, ou seja, que as mulheres não estavam presentes nas feiras ou sua presença parecia invisível. Na família dos feirantes da alimentação, as mulheres são as responsáveis pelo preparo; na maioria das vezes os homens assumem outras atividades acessórias (possuindo outras fontes de rendimento, como a agricultura ou aposentadoria).

O fato dos feirantes produzirem itens alimentícios faz com que também consumam esses alimentos, isso é significativo principalmente para moradores do assentamento que compartilham de um discurso de que “tendo terra a gente não passa fome”. Fazem o consumo do que cultivam para a feira, além de consumirem frutas do pomar, do quintal da casa, apenas uma das entrevistadas alegou não gostar de verdura: “estou cansada de verde, verde, verde.”.

Somado ao consumo dos itens de hortifrútis, constatei um elevado consumo de açúcar (doces, sucos adoçados, café) e de produtos industrializados (principalmente refrigerante), comprados nos supermercados da cidade de Araraquara. Eles também compram ou trocam alimentos com os vizinhos (principalmente animais) e nas feiras que participam; um dos

⁴⁶ A presença das mulheres é destacada também devido à existência de uma barraca pertencente a uma Associação de Mulheres Assentadas (AMA Panificadora), sendo que todas as associadas que trabalham nessa associação também são agricultoras.

entrevistados, que é vegetariano, afirmou quase não comprar nenhum alimento, pois ele ganhava ou trocava “muita coisa na feira”.

Todos alegam ter uma boa saúde, exceto problemas nas costas decorrentes do trabalho e um caso de câncer no estômago já curado há 10 anos. Os pais deles também tinham problemas nas costas, somados à diabetes e hipertensão. Um caso me chamou a atenção: um pai de feirante, que também era agricultor, estava esperando há três meses para realizar uma cirurgia com urgência, decorrente de um de um problema ósseo (não identificado pelo entrevistado) causado pelo excesso de trabalho com o corte de cana e colheita de laranja e, mesmo assim, não conseguia “ficar parado” (segundo sua esposa), trabalhando com os filhos na horta.

Quando questionados sobre o lazer ou atividades fora a horta e a feira⁴⁷, geralmente respondiam que essas eram dormir ou ver televisão, principalmente no domingo, dado que muitos ficam cansados com a feira acontecida no sábado (acordam geralmente às duas da manhã, para a feira iniciar às seis horas). Os que possuem plantação ainda reservam um espaço desse dia (de descanso) para regarem a horta. Uma fala comum encontrada é que a atividade entre feiras e agricultura é cansativa, demandando muito trabalho de segunda a segunda, “quem é produtor, não tem horas, não tem férias”, ao mesmo tempo em que valorizam uma certa autonomia possibilitada por essa dupla atividade, em relação ao trabalho com carteira assinada (com a presença de um chefe), em poder programar seus afazeres e horários.

Os agricultores familiares quando não podem fazer a horta em sua propriedade, ou por não terem a posse dessa ou por falta de acesso a irrigação, usam a propriedade de familiares (pais, irmão, tios), dividindo o trabalho, conhecimentos e os rendimentos da feira. Ressalto que esses familiares estão entre os membros da família núcleo como foco das entrevistas. Por não atuarem como feirantes, porém, essas relações de composição de trabalho, renda e ajuda mútua, foram observadas e consideradas para pensar a reprodução social e econômica dessas famílias.

É comum os agricultores familiares utilizarem a diferenciação roça/assentamento/sítio e cidade, se sentindo como pertencentes ao primeiro lugar (rural). Utilizam “ir para” Araraquara como sinônimo de cidade/urbano. Assim, estão sempre em contato com a

⁴⁷ Apenas um relatou fazer natação como lazer, esse não era assentado.

“cidade”, mas ligados pelo trabalho, moradia e afeto com o rural, afirmando que ir para cidade “dói até a cabeça”, “aqui a qualidade de vida é melhor” relacionando-a com a tranquilidade da paisagem natural e a possibilidade de autonomia do espaço de moradia.

Sobre os agricultores familiares que moram no assentamento, todos são oriundos de famílias (pais) que habitavam e trabalhavam no rural. O acesso a essa propriedade deu-se por vias variadas, orientação das prefeituras, sindicatos rurais, parentes ou conhecidos para a ocupação do território ou o cadastro para sorteio de lotes quando o projeto do assentamento já estava sendo implantado. Por exemplo, um assentado ficou sabendo da ocupação no Bela Vista por meio de um conhecido, assim veio conhecer a cidade, gostou, acampou e trouxe sua família. Os assentados relatam que o processo de acampamento foi muito difícil, já que não possui nenhuma estrutura (água, luz e abrigo), mas que a conquista da terra melhorou muito a qualidade de vida da família dando a oportunidade de poder plantar e vender e, assim, de autonomia (nesse caso, liberdade de produção).

Já os agricultores que utilizam de uma propriedade alugada para fazer a horta relatam o quanto é incerta essa situação: já tiveram que mudar de casa uma vez deixando a plantação para trás e que o dono da propriedade que estavam atualmente já tinha pedido a terra e eles iam ter que mudar novamente. Para essa entrevistada “é um sonho ter minha própria terra, já até fomos ver para comprar no assentamento, mas mesmo lá é caro”. O outro agricultor familiar que não é assentado usa a propriedade dos pais, que compraram com esse intuito, para fazer o cultivo, sendo que são os únicos pais que não têm relação de trabalho ou moradia com o rural.

Entre os assentados, a maioria dos parentes mora no assentamento e a relação com a vizinhança não apresenta grandes conflitos: “Mas sempre tem quem não gosta da gente”, afirma um informante. Já uma feirante que chegou recentemente (2010) no assentamento, diz manter uma boa relação com a vizinhança, mas tem uma “natureza reservada”; ela possui um marido mais novo, de um segundo casamento e, sendo pensionista do primeiro matrimônio, não fica confortável em relatar esse fato.

A relação entre o assentamento e a posse de terra varia conforme o conhecimento sobre o projeto de reforma agrária e a participação na ocupação dos assentamentos. Um dos assentados informou estar processando o INCRA pela posse da terra, dada à falta de documentação que comprove que o lote é da família; já outra assentada, quando questionada sobre tal instituição, afirma “A terra é deles, né”. Há sempre uma liderança que desponta no

relacionamento com as instituições (INCRA e ITESP) no assentamento, “levando” os problemas do assentamento, os quais são diversos: desde necessidade de assistência técnica e até mesmo, como informa um entrevistado, “agora mesmo, tem cinco famílias invadindo aqui”. Em relação ao ITESP, para os assentados, os funcionários dessa instituição estão indo pouco às propriedades e se por um lado falta a assistência desse órgão, por outro eles não ficam “pegando no pé” do que é feito em cada lote.

Outras instituições que apareceram recorrentes nas entrevistas foram o SEBRAE, no fornecimento de assistência empresarial e cursos e a UNIARA, que presta assistência técnica, faz análise de solos, doa insumos e ainda realiza uma feira com produtores familiares agroecológicos ou em transição na instituição às terças feiras.

O Campus da UNESP, como local da universidade pública, é quase que desconhecido pelos entrevistados, exceto por um, o qual relata que a instituição está em dívida com sua família devido à interrupção do contrato para fornecer hortifrúti ao restaurante universitário (por conta da reforma), sem informar com antecedência para o agricultor, resultando em perdas na plantação. Informa, ainda, não conseguir contato com o responsável administrativo do contrato. Os feirantes também reclamaram da venda para mercados institucionais (PAA e PNAE), que apesar de pagarem um valor maior, a demora no pagamento é muito grande: “Faz noventa dias que fiz a entrega, até agora não recebi.”.

II.3 - Sobre o fazer a feira

As motivações para participarem da feira estão relacionadas com a viabilidade desse espaço para o escoamento da produção já existente. Assim, foi comum encontrar falas como “para não perder o que já produziu” ou “a feira é um ponto a mais para venda”. Esses feirantes estão participando do circuito de feiras da prefeitura há, em média, quatro anos, sendo que na feira noturna estão desde o começo (dois anos e meio); antes vendiam para mercados fixos (supermercados, quitandas, etc.), e antes mesmo disso trabalhavam na colheita de laranja, no corte de cana ou exerciam outras profissões (costureiras, vendedores e um metalúrgico).

A venda para os mercados fixos tinha pouco retorno financeiro e muitas perdas, devido à falta de garantias (pelas ofertas disponíveis no mercado de produtos conforme a época, como de produção pelas imprevisibilidades climáticas), resultando, muitas vezes, no

não escoamento da produção. Nessa perspectiva, um dos entrevistados disse já ter perdido mais de 20 mil reais em produtos.

De maneira geral a escolha de ir “fazer feira” é afirmada nas entrevistas pelo fato de que nela o valor agregado no produto é melhor, devido à venda direta e também relacionam essa escolha à autonomia: “na feira você trabalha pra você”, ou então “é uma opção para não trabalhar na cidade”. Alguns ainda continuam vendendo os excedentes da feira para outros mercados, dando prioridade para vender os produtos mais “frescos” (colhidos no dia) na feira.

Sobre a idealização da feira noturna e as primeiras mobilizações para a sua organização, como definição de dia, horário e lugar, encontramos dois discursos: por um lado, a demanda dos agricultores que já participavam de alguma feira de produtor (feira da Praça “Pedro de Toledo” e/ou feira do terminal de integração) em ter mais um dia de feira para escoar seus produtos - essa convivência de mais de uma feira semanal cria, como a literatura indica, um circuito de feiras aumentando os rendimentos dos produtores e diminuindo as perdas; por outro lado temos o discurso, feito principalmente por agricultores que não participavam de outras feiras, ou não moradores de assentamentos, ou ainda de vendedores ambulantes, de que foi tudo idealizado pela prefeitura, principalmente a definição do lugar, do dia e do horário.

Nas reuniões iniciais para a feira temos o destaque da participação dos feirantes horticultores em detrimento dos do ramo de alimentação e artesanato, esses últimos convidados para a feira através de um cadastro já existente na prefeitura para vendedores ambulantes. De forma que o objetivo de realizar essa feira noturna parece ser o de ter um espaço para o escoamento da produção de agricultores familiares, em especial dos assentados e que as barracas de outros ramos cumprem funções acessórias no lugar.

As barracas de horticultura são padronizadas. Elas foram doadas aos feirantes (Foto 5), em 2014, pela prefeitura em parceria com o Banco do Brasil. Os feirantes também receberam balanças e coletes de identificação. Um dos produtores, mesmo tendo ganhado esse “kit feirante”, utiliza sua própria estrutura, alegando que a barraca doada é mais difícil de montar do que a que ele já tinha; ele também se recusa a usar o jaleco, não “acha certo” ter que usar algo com o logo da prefeitura e do Banco do Brasil estampado, utiliza uma camiseta com emblema de sua sociedade.

Foto 5 - Barraca do “kit feirante” montada para a Feira noturna da agricultura familiar de Araraquara- SP



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

As barracas de alimentação na feira diferem, pois cada feirante foi responsável por adquirir sua barraca antes da feira, (tendo desde uma mesa de aço para expor os produtos até uma Fiorino, da qual usa o bagageiro ou um “Foodtruck”, com toda estrutura para fazer comida e participar de eventos). Cada barraca pode vender apenas um tipo de comida específica, de modo que não pode ter compatibilidade de itens em barracas diferentes (exceto refrigerante e água). Tais itens são: queijo, pães, lanche tipo “cachorro quente”, cachaça, caldo de cana, churros, tapioca, acarajé, comidas com milho (curau, pamonha, bolo de milho) e pastel. Já as três barracas de artesanato também são de responsabilidade de seus feirantes, que ficam espacialmente à margem da feira, expondo itens como artesanato em tecido, artesanato em madeira e bijuterias.

Se nas feiras analisadas por Garcia-Parpet nos anos 1970, a atribuição de lugar na feira era feita conforme a proximidade política entre responsável pela organização e o feirante, na feira noturna de Araraquara, o lugar de cada barraca na feira foi definido através de sorteio –

dentro de uma setorização que tinha as barracas de hortifrútis como centrais e as de alimentação e artesanato como periféricas – esse lugar sorteado tinha como proposta ser modificado de tempos em tempos através de um rodízio, mas os feirantes preferiram fixar semanalmente no primeiro lugar sorteado.

O acesso à feira deu-se através de um cadastro junto à secretaria de agricultura, priorizando produtores agroecológicos, porém apenas uma das barracas é de produtos orgânicos. O feirante da barraca em questão relata que os outros ficavam “olhando torto” no começo para eles, já que tinha fila de espera e eles passaram na frente de todo mundo e que receberam muitas críticas por colocar a faixa de que eram orgânicos na feira: “Olha eles lá... colocando placa de orgânico..., não vai vender, num vai! ”. Com o tempo, eles acabaram tirando a faixa por estar afastando os clientes que achavam que os produtos por serem orgânicos eram mais caros, mesmo os preços dos itens sendo iguais aos das outras barracas. Muitos falaram para esses feirantes deixarem de vender orgânico e “tacar veneno em tudo”, mas um membro dessa família diz “Não, essa é a opção que eu quero, não é por causa dos outros.” e passados esses dois anos de feira os outros feirantes “já acostumaram com a ideia” e até criaram amizades, tendo até alguns que estão em processo de transição para produção orgânica.

Os preços dos itens da horticultura são praticamente os mesmos, discursivamente definidos pelos praticados nos grandes mercados (CEASA e supermercado), porém sendo menores, na maior parte das vezes, do que os de outras vias de comércio. Os feirantes que fazem - e quando fazem - uma estimativa de custo que ultrapassa dos vendidos nos grandes mercados, acabam abaixando o preço, adotando a justificativa de “se não, não vende”. Outra forma de precificar é porcionar, por exemplo, um produtor que vende com “saquinhos”, porções de produtos variados que custam R\$ 2,00 cada uma e não por peso, relatou manter ainda o mesmo preço desde que começou a fazer feiras há quatro anos. Já os preços dos itens de artesanato variam muito conforme o que é vendido, bem como os dos diversos itens alimentícios, ainda que alguns feirantes desse último grupo costumam comprar seus insumos nas próprias feiras que participam.

Grande parte dos feirantes/agricultores realiza o controle do que precisa ser plantado, em qual a data plantou ou em qual data vai colher em um caderno de anotação. Quando a produção de algum item muito vendido na feira falta (verduras em geral, tomate, etc.) é baixa, alguns feirantes chegam a comprar de outros produtores familiares esse item ou então

“emprestar” de alguma banca vizinha de feira esse produto. O fiscal da feira, funcionário da prefeitura, parece fazer vista grossa para essa prática, dado que a venda precisa ser do item do próprio feirante e, quando de outro agricultor familiar, necessita de uma emissão de nota fiscal dessa compra, a qual é sempre evitada pelos feirantes, já que pode gerar custos com impostos.

Os itens mais comuns e que sempre tem nas feiras são: folhagens como alface, almeirão, couve e chicória, legumes como cenoura, beterraba, berinjela, tomate, limão e abobrinha e produtos que são abundantes dependendo da sazonalidade (repolho, pepino selvagem e batata doce). Existem alguns itens que são mais procurados pelos consumidores (rúcula, agrião, couve-flor, brócolis, hortelã) que, quando disponíveis, são reservados junto aos feirantes, fazendo uso do aplicativo *WhatsApp* ou encomendando para a próxima feira. Na feira vende-se laranja só na época das tangerinas, indo na contramão do grande número de cultivos da fruta na região (destinados à agroindústria exportadora).

Alguns itens são raros na feira, pela dificuldade ou impossibilidade de acesso aos insumos. Por exemplo, no cultivo de alho faltam sementes (segundo um feirante o lugar mais próximo para compra-las é no Estado de Minas Gerais) e o de frutas é dificultado pelas condições ambientais (clima, irrigação, relevo), exceto a banana e as frutas da região e respeitando a sazonalidade (manga, abacate, jaca, amora, seriguela, etc.).

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas na feira, a que mais se destaca é a recente (cerca de um ano) queda de frequentadores na feira, sendo que a presença de consumidores e vendas teve queda 40% desde o início da feira, conforme relatado pelos feirantes que, não raro, relacionaram esse fato com uma crise econômica e com o contexto político e se diziam esperançosos pela possível troca do governo municipal para o candidato Edinho Silva (PT), relatando que esse “foi muito bom” pra eles na gestão anterior (2001 – 2008), na criação das primeiras feiras de produtores da cidade. Alguns dos feirantes ainda reclamam que o “desânimo” de alguns produtores (com muitas faltas), devido à diminuição das vendas acaba afastando ainda mais os clientes.

Porém eles não deixam de propor soluções para modificar esse quadro. Uma das sugestões para aumentar o público foi reforçar o espaço de lazer na feira noturna: um entrevistado fala que “colocando uma Maria Fumaça aí aumentava o movimento”, em menção a linha férrea. A instabilidade da produção devida à sazonalidade, à proibição da venda de produtos terceirizados e beneficiados (como a mandioca descascada, geleia de fruta, ovos,

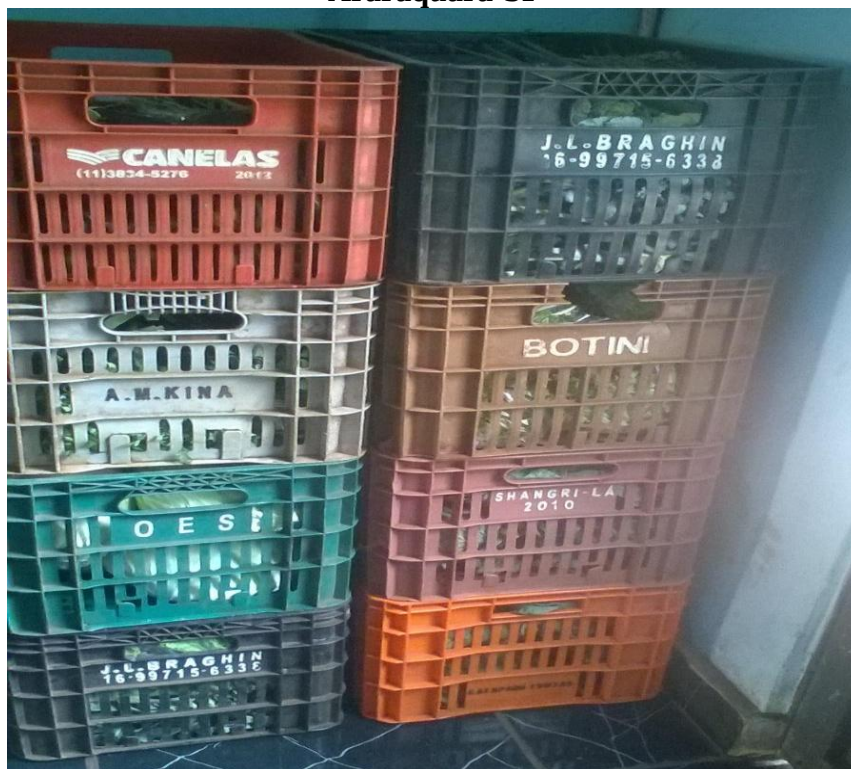
doces) pelos feirantes do ramo de horticultura são também reclamações comuns, pois, segundo eles, poderiam aumentar as vendas, bem como criticam o tamanho do estacionamento do local para a feira noturna, que, de acordo com os feirantes, é a principal reclamação dos clientes.

Uma das estratégias que encontraram para aumentar o público foi fazer um rateio entre os feirantes para pagar uma rádio local (R\$ 70,00, por barraca) para anunciar a feira. Já outros custos que também dividem são o da limpeza do pátio da feira, dos banheiros e um segurança para o estacionamento. Esse rateio fica sob a responsabilidade de diferentes feirantes toda semana. Cada feirante, paga um valor referente a esse rateio (entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00) dependendo do tamanho da barraca.

Esses últimos custos (limpeza e segurança) deveriam ficar sob a responsabilidade da prefeitura que afirmou, porém estar sem dinheiro e que se os feirantes não arcassem com tal quantia a feira teria que acabar. Outros custos gerados do “fazer feira” para os entrevistados são os das mudas, insumos agrícolas, combustível e sacolas.

Há uma grande quantidade de sobras de produtos (Figura 6). Quando não possuem a qualidade suficiente para serem destinados a outros mercados ou feiras ocorridas nos dias seguintes, parte desses produtos são doados à instituições de caridade de Araraquara, que buscam os produtos no final da feira, orientados pela prefeitura, e uma boa parte é jogada fora antes mesmo de ir para as feiras, seja por falta de qualidade organolépticas (aparência, odor, textura, etc.) ou pela eliminação de partes dos alimentos que são comestíveis mas não são comumente comercializadas (folhas da beterraba, ramas da salsinha, etc.). Já as barracas de alimentação e artesanatos possuem menos sobras, uma por trabalhar com estimativas a outra com produtos não perecíveis.

Figura 6 - Caixas com as sobras da Feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

Na tentativa de diminuir essas sobras e incentivar o consumo dos itens da feira, uma nutricionista, no projeto “faça a feira e leve saúde” do Serviço Social do Comércio (SESC) de Araraquara, montava uma barraca uma vez por mês na feira com degustação de receitas realizadas com esses itens desperdiçados, bem como estava disponível para as possíveis dúvidas nutricionais sobre os alimentos da feira, porém observei que os consumidores interagem pouco com a nutricionista ou mesmo não ficavam à vontade para provar as receitas, bem como algumas vezes ela apresentava receitas com itens não disponíveis na feira ou fora da sazonalidade.

O tempo médio gasto com a feira é grande na rotina diária dos entrevistados, principalmente pelos agricultores: entre colher os produtos, organizar as caixas, ir até a feira montarem as barracas, venderem na feira, desmontarem e voltar para a moradia o tempo é de em média quinze horas, existindo também, em alguns casos, uma divisão entre os familiares de quem “monta a feira” (montar a estrutura da barraca, tirar os itens das caixas e organizar a disposição desses itens) e de quem “faz a feira” (realizar as vendas durante o

período da feira). Os feirantes preferem o horário da feira noturna (16:00 às 21:00 horas) para o trabalho, por não precisarem “madrugar” (acordar para organizar o trabalho antes do nascer do sol) e porque “dá pra colher as coisas no dia e os produtos chegam mais frescos” para os consumidores.

Um funcionário da prefeitura fiscaliza o horário de montagem e desmontagem da feira (Foto 6), não permitindo que os feirantes comecem depois das 16:00 horas e nem desmontem as barracas antes das 21:00 horas. Esse fiscal observa se dentre os itens vendidos tem algum na barraca que não possui autorização. Durante a pesquisa de campo observei um feirante que queria vender um cachorro quente, mas não tinha autorização para isso, já que outra barraca vende esse item. Outro exemplo da atuação do fiscal foi a proibição de um vendedor ambulante de panelas que tentou vender na feira sem autorização, tendo sido retirado rapidamente do espaço da feira.

O fiscal notifica a barraca se alguma criança, pessoa não pertencente à família ou familiar não cadastrado estiver realizando a venda. Esse faz também o controle de presença dos feirantes; se algum faltar, por exemplo, é penalizado, não podendo comparecer nas próximas três semanas de feira, mas essa é uma regra que nem sempre é aplicada, assim como as anteriores. O que me permitiu observar que o fiscal, mesmo percebendo algumas irregularidades, nem sempre repreende os feirantes, dado que, conforme observado em campo, pela relação próxima estabelecida semanalmente entre ele e os feirantes resulta em relações de cumplicidade e intimidade.

Foto 6 - Montagem da Feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP



Fonte: BENJAMIM, 2016. Banco de imagens da pesquisa

Muitos feirantes, principalmente os agricultores familiares, se mostraram desestimulados pela falta de consumidores na feira, e, conseqüentemente, com a necessidade de realizar duas atividades: trabalhar na horta e “fazer a feira”, sendo que a primeira atividade demanda um trabalho de, em média, nove horas diárias todos os dias da semana e a segunda quinze horas por dia de feira. Os entrevistados relatam ainda que as viagens para montar e desmontar a feira são muito cansativas. No entanto, mesmo nesse contexto, a maioria dos feirantes afirmou que não mudariam de profissão, mas que se pudessem só plantar ou só vender seria melhor; apenas um entrevistado chegou a afirmar que “se pudesse teria uma profissão”, dando a entender que não reconhecia a agricultura nem como profissão e nem como escolha.

O desejo de manutenção da agricultura como trabalho relaciona-se com o grau de bem-estar proporcionado por ela, seja pela autonomia: “aqui eu faço o que quero”, pela satisfação: “o melhor que eu vejo, é que a gente planta e depois vê produzindo, eu fico emocionada (...) é bom ver” ou qualidade de vida: “vivo melhor agora, em contato com a natureza, mesmo que financeiramente eu ganhe menos”.

Há alguns feirantes que preferem manter a feira como única atividade, conforme

observado em campo. Um de nossos entrevistados estava vendendo a terra no assentamento, devido à dificuldade que tinha em plantar, por um problema de saúde adquirido pelo casal decorrente do trabalho agrícola. Eles planejam pegar o dinheiro da venda, saldar a dívida com o Pronaf e investir o restante na compra de itens para a feira livre (compra no CEASA), ou seja, não deixariam de fazer a feira, mas deixariam de ser agricultores.

Esses relatos também estão ligados às referências a oportunidades ou ausência delas, de migrar para outra atividade, já que quando questionada se teria outra profissão uma feirante/agricultora respondeu "não sirvo pra trabalhar de faxineira na casa dos outros, não me vejo fazendo faxina, minha irmã faz, ela trabalha aqui de vez em quando, quando ela não tem faxina vem pra cá"; outra feirante deu uma resposta muito parecida: "se não trabalhasse com agricultura teria que fazer faxina e isso eu não quero".

Sobre a organização financeira, os feirantes não costumam fazer a contabilidade, ou seja, marcar os custos e os recebimentos do trabalho com a agricultura/feira, seja pela falta de segurança em suas habilidades administrativas ou porque "se fizer conta a gente não trabalha", devido aos altos custos que esses estimam em relação às poucas vendas e muitas perdas. Apenas um dos entrevistados se sentiu à vontade em falar o quanto vendiam em dinheiro por feira, uma média de 250,00 reais.

A feira corresponde à maior parte da renda das famílias entrevistadas, porém, apenas dois desses feirantes têm apenas na feira a fonte de renda. Quatro possuem, junto com a feira, outros rendimentos com a atividade agrícola (monocultura, cestas e mercados fixos) e os outros quatro somam a renda da feira com a aposentadoria ou pensão. Entre os entrevistados apenas um alegou não viver da renda da feira, sendo essa apenas uma renda extra.

Os entrevistados, além de utilizarem os recebimentos para comprar os insumos agrícolas e nos gastos necessários para a realização da própria feira, utilizam-nos para pagar as despesas da família (supermercado, roupas, luz, telefone, materiais escolares, etc). Alguns entrevistados se sentiram acuados em falar a respeito da composição da renda, tendo um deles cochichado bem baixinho quando perguntei sobre o tema, fazendo o sinal de "não" com a mão: "eu não declaro imposto de renda", como se fosse segredo a combinação de mais de uma atividade.

Quando questionados se tinham lucro com a feira, sendo esse lucro uma estimativa, já que eles não costumam fazer a contabilidade - depois entendi o uso equivocado, por mim

como pesquisadora, de “lucro” nas entrevistas⁴⁸ - sete feirantes afirmaram não possuir lucro com as vendas, alguns dos quais disseram que “até têm prejuízo”; dois disseram ter o lucro de 50% e um o lucro de 100% com a feira.

Já quando questionados se a composição da renda supria às necessidades da família, todos os entrevistados afirmaram que sim, sendo que alguns relatam que “comem pra viver” e gostariam que sobrasse um pouco para guardar. A minoria consegue essa “sobra”; acreditamos ser justamente essa sobra o que eles entendem como lucro, dada a relação imbricada entre as despesas da casa e do plantio, e mesmo a relação com o dinheiro que vem fracionado durante as feiras, ou seja, se não sobra não há lucro.

A venda na feira é feita predominantemente em dinheiro. Não presenciei em campo o uso da venda fiada. O uso de máquina cartão de crédito/débito é feito por apenas um feirante que tem um “Foodtruck”, e costuma fazer o uso desse recurso para realização de eventos nos dias em que não “faz” feira. A ausência, tanto da venda fiada quanto do cartão, indica estar relacionada aos baixos valores das transações na feira e por esse dinheiro corresponder ao usado no dia a dia do feirante, considerando-se que deve ser em espécie e o produtor não pode esperar para o recebimento.

O uso do dinheiro da feira no dia a dia do feirante também está relacionado com outra prática encontrada nesse espaço: a de “arredondar” os valores das vendas. Uma cena observada na pesquisa de campo foi de que a dúzia do milho em uma determinada barraca era R\$ 8,00, um cliente queria quatro espigas e perguntou o valor, a feirante respondeu R\$ 3,00, sua parente que estava atendendo outro cliente respondeu que o valor correto (o proporcional a quatro espigas) seria de R\$ 2,60; a entrevistada olhou de forma repreensiva para sua parente e disse que com “esse valor era ruim de trabalhar” e por isso era preferível arredondar o valor o vendido.

Entre as futuras projeções dos entrevistados, quando questionados sobre os “planos futuros” estavam, primeiramente, vender para os mercados institucionais, tanto pela garantia de compra, como pela possibilidade de fornecer produtos “fresquinhos e sem conservante”. Outra projeção é trabalhar com produtos de maior valor agregado, como frutas e produtos orgânicos, dado que a grande maioria usa o método convencional na plantação. Os do ramo de alimentação, quando não têm lugares regulares para venda, esboçam essa vontade. E ainda, os

⁴⁸ A noção de lucro para os feirantes será problematizada na próxima seção.

que possuem filhos em idade escolar, afirmam almejar ter renda suficiente para manter os filhos estudando e pagar a faculdade, desejando para esses que continuem morando no meio rural, mas que possam escolher ter outras profissões.

As observações de campo e as entrevistas buscaram relatar o quanto a feira, e o “ser” produtor e feirante, estão sustentados por vínculos sociais. Sendo o primeiro dos vínculos o familiar, pelo qual parentes realizam suas atividades compartilhando terra, trabalho e até mesmo o “nome” (através da DAP,) relações essas que nos remete a “espiral do dom” segundo Steiner, 2016. O vínculo familiar é entrelaçado por solidariedades - o que não significa inexistência de inimizades - entre os feirantes e desses com a prefeitura. De forma que a rede formada e formadora do espaço social da feira passa a gerar e manter ganhos pautados em uma racionalidade não ortodoxa, se aproximando de ações para a sociabilidade (SIMMEL, 2008), conforme sustentaremos melhor na próxima seção.

SEÇÃO III – A FEIRA E A REPRODUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Como afirmado na introdução se o “fazer feira”, para além da transação econômica, pressupõe agentes que as façam, que conforme suas trajetórias e posições sociais permitirão o funcionamento desse mercado, encontra-se a indagação do por quê “fazer” a feira? Por que esses agricultores familiares e/ou vendedores ambulantes estão participando da feira? A resposta, aqui proposta, é que a feira é um possível espaço da reprodução social e econômica, entendida como caminho ou estratégia de manutenção ou melhora da posição no espaço social, que pode ser acompanhada da conservação ou aumento do patrimônio econômico, mas também de rede de relações sociais.

III.1 - A teoria encontra a feira

Com o recorte teórico-metodológico que critica a separação entre o social e o econômico, no qual não há como pensar em posição no espaço social sem pensar em patrimônio econômico, mas também em relações em rede. Vou, a partir de aqui, utilizar um recurso semântico e me referir a uma reprodução socioeconômica dos feirantes (no lugar de reprodução social e econômica). O foco analítico na reprodução socioeconômica requer uma composição da gênese, um olhar atento à trajetória, uma observação do presente e das pretensões futuras. Conforme as entrevistas e pesquisa de campo, construí esse caminho com base nas regularidades, apontando o desvio quando necessário.

Dentro do contexto histórico brasileiro os pais e os feirantes entrevistados estão inseridos no processo do êxodo rural decorrido da modernização conservadora, tendo origem como trabalhadores rurais migrantes para o corte de cana ou colheita da laranja na região de Araraquara. Os pais dos feirantes com um baixo nível escolar e iniciando a vida no trabalho ainda na infância, buscaram manter ou melhorar as condições socioeconômicas migrando e, posteriormente, adquirindo a posse da terra, principalmente através dos projetos de assentamento e também familiarizando desde muito cedo os filhos com o trabalho na terra.

Se no estudo feito por Bourdieu (1979) sobre a inserção do camponês no mercado de trabalho - ao qual o agricultor ou operário agrícola raramente ascendia socialmente e isso só era possível através da ruptura familiar, com a mudança para a cidade, tornando-se

subproletários, mesmo mal adaptados ao lugar e com forte vínculo com o ambiente de origem -, entre os feirantes entrevistados encontramos uma manutenção da profissão dos pais (quando não um pequeno desvio para profissões marginalizadas, fortemente ligadas às necessidades de sobrevivência) e, ao mesmo tempo, mudanças na forma como ela é exercida, dado que conservando o trabalho como agricultores, os feirantes abandonam o corte de cana ou colheita de laranja para entrar no ciclo de mercado de horticultura e/ou no circuito de feiras.

Tal caminho, diferente das condições de seus pais, é possibilitado pelo acesso à terra para o cultivo e pela legitimação de feiras do produtor na cidade de Araraquara por parte da prefeitura. Martins (2014) em referência a Putnan (1996) chama essas últimas características de capital social da região, em relação às obrigações morais, valores e redes sociais próprias da região. Assim como os feirantes estudados por Garcia-Parpet nos anos 1970 não poderiam reproduzir sua condição econômica sem a feira, principalmente por essa dupla atividade de agricultura/feira, escapando da autoridade do fazendeiro, as feiras de produtores familiares de Araraquara permitem que os agricultores mantenham suas posições socioeconômicas sem precisarem mudar de profissão.

Se as estratégias estão relacionadas às trajetórias, como produto do senso prático desses agentes, não como uma ação necessariamente planejada, mas relacionada à sua posição no espaço social, podendo, ainda, ser vista como uma solução esperada pela sociedade, a qual decorre da interação entre o *habitus* (e/ ou *habitus* de grupo) e o espaço; o “fazer a feira” constitui-se em uma estratégia possibilitada pelo *habitus* desses indivíduos que se identificam como rurais e que, mesmo com o baixo nível de escolaridade, mobilizam o capital cultural, do conhecimento do manejo agrícola e o capital social de redes de trabalho familiar, encontrado na cidade de Araraquara, tanto pela possibilidade de moradia como de ingressar no circuito de feiras.

A especificidade da feira noturna, *locus* da pesquisa, dado que já existiam feiras para esses produtores (da Praça “Pedro de Toledo” e do terminal de integração), como uma criação de mais uma feira que fortalece um circuito de feiras, porém com características diferentes das outras: primeiro pelo horário (noturna), segundo pelo lugar (estação ferroviária) e terceiro pelos itens ofertados, devido à inserção de uma “praça de alimentação” - assim nomeada pela prefeitura, características voltadas para aumentar o público e, conseqüentemente, as vendas. Além disso, a feira noturna visa o escoamento da capacidade de produção que os feirantes já possuíam, absorvendo um trabalho que eles já faziam, constituindo em uma tentativa de

diminuir as suas perdas.

Diferente dos camponeses estudados por Bourdieu (1979) e mesmo por Garcia-Parpet (1984), esses agricultores estão no meio do caminho entre a dependência e não-dependência da temporalidade agrícola. Primeiramente a possibilidade de usar insumos, vinda com o pacote tecnológico da Revolução Verde e mesmo o uso de mudas (ou seja, itens já plantados por um terceiro, muito comum entre os agricultores feirantes desse estudo), acelera o tempo que antes tinha uma dependência cíclica com a natureza.

Ao mesmo tempo o produto final precisa ser colhido por esses agricultores, ou pela sua família, demandando certa temporalidade, mesmo porque, nem sempre os agricultores possuem recursos para comprar os insumos agrícolas e também dependem de condições climáticas, como falta ou excesso de chuva, condicionando-os a capacidade do ciclo natural de cultivo. Somando-se a isso, ainda não há um completo abandono da noção de “dáviva da natureza” (BOURDIEU, 1979); foi comum encontrar afirmações nesse sentido, de que “plantamos agora” e “vamos vê se vai dá” ou “não sei por que não deu”. Esse “dar” ou “não dar” não depende dos agricultores em si, mas das condições naturais.

Essa adaptação da dependência e não dependência do ciclo natural de plantação fica clara quando, às vezes, algumas barracas ficam vazias na feira, com duas ou três variedades apenas, pois os restantes dos itens, por algum motivo, não foi produzido, levando os feirantes a “emprestar” itens dos vizinhos de barraca para atender ao pedido do cliente.

O esforço analítico de pensar esses feirantes como agentes sociais e econômicos, tem o intuito reflexivo de não tratar suas ações como derivadas de uma ação puramente econômica, dado que, além de feirantes (enquanto comerciantes), eles são produtores (agricultores). A teoria econômica, cuja ilustração passou a ser o *homo economicus*, não responderia a, por exemplo, por que os agricultores continuam plantando (e fazendo a feira), mesmo tendo muitas perdas.

Bourdieu (1979) notou a diferença de significado atribuído a um trabalho como fonte de renda para um trabalho como função social, sendo o segundo mais importante que o primeiro para os camponeses por ele estudados, afastando-se de uma atividade feita exclusivamente com finalidade econômica. O camponês se sente responsável pelo trabalho em si e não pelo seu resultado:

[...] convencido de que não dispõe de meio algum para agir eficazmente sobre seu próprio futuro e sobre o futuro de sua produção, o camponês não

se sente responsável senão pelo ato, não pelo sucesso ou pelo prejuízo, que dependem dos poderes naturais ou sobrenaturais. (BOURDIEU, 1979, p. 46)

Tendo em vista a ressalva acima e observando como é tratado o trabalho agrícola pelos feirantes entrevistados, o sentimento de insatisfação perante o esforço da montagem da feira não se relaciona ao trabalho agrícola em si, mas sim à falta da venda. Contudo, as poucas vendas não se apresentaram como condicionante ao grande esforço do trabalho na plantação. Eles fazem uma aposta na garantia da venda com o montante que é plantado, mas que possui um valor da atividade para além das próprias vendas. Uma feirante, em relação a esse tema, afirma: “Me emociono de ver as plantinhas crescendo, o povo da cidade não sabe o que é isso”.

Da mesma forma que na plantação, a feira também ultrapassa a finalidade econômica ao estabelecer relações sociais que formam laços. Um agricultor que tem a renda composta metade pelas feiras e metade pelo monocultivo de grão, diz que o monocultivo é muito mais fácil e exige menos trabalho, mas não deixa de fazer feira, pois “gosta de lidar com o público”. Outra feirante, lamentando o baixo movimento das últimas feiras, afirma: “Olha, só não paro com isso porque tenho clientes muito especiais”.

O sistema organizacional das atividades e do dinheiro feito pelos entrevistados se apresenta distante da contabilidade da teoria econômica, com uma racionalidade diferente do esperado pelos economistas ortodoxos, que fazem uma separação entre pessoalidade/razionalidade, eficiência/sentimento, mercado/não mercado, ou seja, utilizam da “teoria das esferas separadas”⁴⁹ criticada por Zelizer (2009b). De forma que a racionalidade dos entrevistados não apresenta cisão entre o que é dinheiro da família e dinheiro do negócio, ou relaciona estritamente o trabalho aos ganhos gerados por esse, e mesmo não distinguem somente entre feirantes amigos ou concorrentes.

Olhar relações familiares puramente como troca de favores (no manejo agrícola ou na feira) que visam ganhos econômicos, ou a falta de uma planilha de “fluxo de caixa” como ausência da racionalização da atividade não corresponde ao exercício reflexivo, sendo preciso apoiar-se sociologicamente na possibilidade de que existem racionalidades diferentes, com formas de organizações diferentes, símbolos e sentimentos diferentes em grupos distintos.

⁴⁹ “Idéias de “Esferas Separadas” identificam dois domínios distintos da vida social que operam de acordo com princípios diferentes: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado; solidariedade, sentimento e impulso, de outro” (ZELIZER, 2009a, p. 140)

O fato de não realizarem a contabilidade (no sentido das “esferas separadas”) e de não precificarem conforme o custo, mas que a feira (às vezes somada a outras rendas) acaba suprimindo o mínimo das necessidades, fica entre o trabalho visando uma reprodução econômica e “fazer feira” motivados por interações sociais que passam pelo reconhecimento por parte dos consumidores e o fortalecimento do trabalho familiar.

Já a separação entre trabalho realizado e o que é produzido resulta da temporalidade, ou seja, ciclos agrários (do plantar ao colher) que dissociam a atividade feita pelos agricultores da “dádiva de Deus”. Em Bourdieu (1979), essa relação é oculta por uma situação familiar em que no momento “A” não se tem o mínimo para viver e no momento “B” a despesa encontra-se cheia. Já para os agricultores/feirantes estudados na feira acontece algo, já previsto pelo autor supracitado, que é a passagem da dissociação do trabalho e de sua recompensa pela temporalidade, para a recompensa pelo mercado, no caso a feira.

Passagem essa que pode ser explicada pela dependência e, concomitantemente, independência entre o trabalho agrícola e o “fazer feira”, pois ao mesmo tempo em que só se poderá vender na feira o resultado do trabalho, esse é feito independente da venda. Nesse momento, as duas atividades se distanciam como se o agricultor não fosse o mesmo que comercializa, pois há um cultivo realizado independente da venda.

A convivência desses dois tipos de trabalho: na agricultura e na feira, faz com que o agricultor que não tenha uma trajetória de feirante (seus pais não eram vendedores), precise se adaptar a um novo espaço, construindo as habilidades na própria ação. É na feira que se aprende a vender. Habilidade essa que, quando associada em um ciclo maior de comércio, com a presença de intermediários, chega a ser contraditória, já que a especulação desses últimos pode dar-se em detrimento dos produtores: “um ano ruim para a agricultura é bom para o comércio”. (GARCIA-PARPET, 1984, p. 155). Por isso um dos descompassos fundamentais é compatibilizar o ciclo da produção e o ciclo do consumo e o reconhecimento como agricultor e feirante.

Se a feira, em relação à mão de obra subordinada aos fazendeiros, permitia mais simetrias e mais autonomia do que na situação anterior, ela também permite hoje em relação à venda para o mercado fixo e outras posições baixas e mal remuneradas no mercado de trabalho, a possibilidade de uma reprodução socioeconômica com mais qualidade de vida, sendo esse o discurso mais recorrente encontrado (“a feira trouxe mais qualidade de vida para minha família”) quando questionados a respeito dessa escolha (ir “fazer feira”).

A periodicidade e o circuito das feiras, ou seja, não ter feira todos os dias, mas ter mais de uma feira na semana, é essencial para a continuidade da reprodução socioeconômica, como observado tanto no estudo de Garcia-Parpet (1970) quanto nas entrevistas e campo da presente pesquisa (2016-2017). A feira pode ser pensada como uma atividade diferente da agricultura, pois, apesar de ser para os produtores uma decorrência de sua atividade, ela movimenta diferentes habilidades em diferentes espaços (capitais e redes) que envolvem o comércio na feira, bem como ocorre em um lugar diferente do local da plantação.

Com essa diferenciação das atividades acima pode-se pensar, por um lado, a pluriatividade das famílias; por outro lado, pautando-se na argumentação de Maria José Carneiro (1999), de que a noção de pluriatividade está ligada a uma especialização da produção do trabalho pela política agrícola (agronegócio/intermediário/agricultor), a feira como espaço de troca mais simplificado, em um circuito curto, a divisão entre agricultor e feirante não se constituiriam como atividades dissociadas.

Os rendimentos com a feira, apenas estes, não são de grandes montantes. Utilizando como exemplo o valor relatado pelo feirante sobre a média das vendas por feira (R\$ 250,00) e o fato que os feirantes participam de três feiras por semana, em sete dias – dado que eles costumam fazer uma projeção semanal e não mensal (diferente do costume em relação a salário) - temos o recebimento de R\$ 750,00. Esse valor é utilizado para pagar os insumos agrícolas, combustível, outras despesas com a feira (faxina, segurança, sacolas). É, ainda, dividido com os familiares que participam do trabalho, mas que moram em residências diferentes, e também é usado para o pagamento de diárias (entre familiares ou não). Mesmo diante desse rendimento e com a grande quantidade de trabalho, a feira somada a outras rendas permite que esses feirantes continuem trabalhando com a agricultura, continuem no meio rural e, conforme relatam, com autonomia e qualidade de vida, dessa forma se reproduzindo socioeconomicamente.

Os feirantes que participaram da pesquisa são dotados de uma racionalização particular não realizando a divisão do que é despesa familiar e insumos para o trabalho. Tal relação pode explicar o discurso de negação da obtenção de lucro com as vendas na feira, já que a renda da feira é a mesma da família (se não sobra dinheiro não há lucro) e ainda ser exemplificada pela negação da realização da contabilidade. E mesmo que os feirantes digam que a contabilidade é importante para o “negócio”, depois de entrar em contato com discursos voltados à racionalização econômica, como cursos no SEBRAE-SP, um produtor falou que

para sobreviver atualmente “é preciso empreender”, mas quando questionado como definia o preço de seus produtos ele disse “eu olho pra ele e vejo quanto ele custa”, de forma que a conta realizada para precificar não está diretamente e exclusivamente baseada na margem de lucro em cima do custo da produção e do trabalho, mas em um saber, nem sempre consciente, dos valores que funcionariam no mercado (aceitos por consumidores, outros comerciantes, etc.)

Para a teoria econômica, quando há uma grande produção de determinado produto em um mercado regular, o preço é diminuído devido à grande oferta. Não acompanhando essa tendência, os preços são sempre estáveis na feira: se produzirem muito e conseguirem vender, os feirantes terão um aumento na renda, se não, o produto será perdido. Por mais que os feirantes digam que precificam conforme o “mercado” e as centrais de abastecimento - a feira como praça de mercado e as centrais como o sistema de mercado (POLANYI, 1980), na feira tais comerciantes possuem certa independência, expressa tanto por manterem o mesmo preço dos itens desde o início da feira há dois anos, como por não seguirem a “flutuação” de preços encontrados nas centrais, utilizando valores arredondados para facilitar as transações, no uso de quantidades pré-estabelecidas (“saquinhos”) e não de quilo ou unidade, facilitando também as contas de troco nas vendas.

Nos anos 1970 as feiras perderam importância para as centrais de abastecimento. Atualmente (2017) a principal via de escoamento de hortifrúteis são os supermercados. Disso decorre que se as feiras de produtores tiveram queda em vendas nos últimos anos, tal queda é ainda maior e ocorre há mais tempo nas feiras livres da cidade de Araraquara. No plano municipal do desenvolvimento rural sustentável (2014-2017), também encontrei o relato da pouca movimentação na Central de Abastecimento (Ceagesp) da cidade e uma rara presença nesse lugar da produção de agricultores de Araraquara.

O fato observado nos ajuda a pensar sobre a temporalidade da feira e o número de consumidores cada vez mais escasso. Nos anos 1970, a tendência da população rural e urbana era comprar os alimentos na feira, pois tinham mais variedades, produtos frescos e com menor custo, sobretudo os beneficiados (cereais, farinha de mandioca, carne de sol, sal), as frutas, as verduras e os legumes eram considerados alimentos secundários, e atualmente (2017) continuam sendo.

Na feira *locus* da pesquisa não se encontram os principais itens consumidos na dieta brasileira (arroz, feijão, proteína animal). Uma pesquisa sobre os orçamentos familiares,

(2008-2009), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que o consumo de itens da horticultura é diretamente proporcional à renda, e que tais produtos são consumidos em grande quantidade (base da alimentação) por apenas um quinto da população.

Mesmo o público da feira sendo diverso, encontrei a predominância da presença de mulheres, como dito anteriormente. Essa presença também pode estar relacionada ao fato de serem elas as maiores consumidoras de verduras, frutas e legumes (IBGE, 2008-2009). Somando-se a isso, aparenta frequentar a feira noturna um público com perfil diverso dos de supermercados e feiras livres, mas essa afirmação exigiria uma outra pesquisa. O que podemos afirmar é que com as conversas aleatórias em pesquisa de campo sobre trabalho e costumes alimentares, muitos dos consumidores afirmam manter hábitos saudáveis, no sentido de evitarem produtos industrializados (com muito açúcar, sal e gordura), ou ainda, que eram vegetarianos, tendo os alimentos da feira como base alimentar. Grande parte dos consumidores possuía ensino superior. Aqueles com menor nível escolar, que geralmente iam à feira na saída do trabalho, afirmam frequentar a feira pelo baixo preço dos produtos em relação à qualidade e variedade.

A venda de itens diversos, principalmente de produtos beneficiados, criações, ovos e laticínios, garantia aos feirantes de Remígio nos anos 1970 uma boa renda, com a qual os feirantes não só se reproduziam com a manutenção social, como também conseguiam acumular algum dinheiro. Nas feiras de Araraquara, seguindo a normalização sanitária nacional, temos a proibição dos itens acima mencionados. Essas vendas se autorizadas poderiam aumentar a renda dos feirantes. Durante a pesquisa de campo presenciei uma movimentação recente, em direção a essa reivindicação, por parte dos feirantes, do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA) e de agentes da prefeitura; movimento que busca rever as restrições de vendas modificando a legislação municipal, dentro do possível, principalmente em relação a produtos beneficiados (mandioca descascada, verduras cortadas, etc.)

Essas mudanças se constituem em uma luta (no sentido adotado por Bourdieu) dos feirantes em relação à prefeitura, pela autorização para venderem outros itens e pela possibilidade de aumentar a renda. Tal luta esbarra tanto em questões de concorrências internas (excesso de algum produto) quanto externas (diante de mercados com maiores variedades), como em normas sanitárias municipais e até mesmo em uma possível fuga da especificidade de “feira do produtor” (diante da vontade de alguns feirantes em venderem

produtos terceirizados).

Já na relação entre os feirantes existe, ao mesmo tempo, um agrupamento e um distanciamento: eles se agrupam devido às características semelhantes, seja por ramo ocupado na feira (hortifrúti, alimentação ou artesanato), tipo de moradia (vizinhos no assentamento e agricultores familiares não assentados) ou pela posição da barraca na feira. E esse agrupamento acaba por criar distanciamentos ou indiferenças por parte dos feirantes de outros grupos.

Durante a pesquisa de campo observei as seguintes impressões de feirantes a respeito uma barraca específica de hortifrúti: uma feirante, ao saber que a barraca em questão não pertencia a moradores do assentamento, afirmou sobre a aparência dos produtos e a forma do feirante vendê-los que “sabia que tinha alguma coisa diferente, mas não sabia o que era”. Outra feirante, ainda sobre a grande variedade que tal barraca expõe, disse: “Duvido que eles plantam tudo isso”. Por outro lado, os feirantes das bancas vizinhas, que possuem uma boa relação com os produtores não assentados afirmam: “a horta deles é enorme, realmente plantam muita coisa”. A proximidade espacial na feira facilita essas relações.

Existe uma hierarquia na feira *locus* da pesquisa em questão que encontra homologia no trabalho de Garcia-Parpet (1984), o qual afirma: “Constatamos que os produtos são expostos na feira numa ordem que reflete a hierarquia dos bens, expressa na oposição centro-periferia.” (Idem, 1984, p. 207), pois com os dados da pesquisa notamos a centralidade das bancas de hortifrúti, principalmente a dos moradores do assentamento, não só na organização do espaço físico como na organização administrativa. As decisões em relação à feira passam, quase exclusivamente, pelos feirantes/agricultores no diálogo com o governo municipal, de forma que os feirantes de artesanato e da alimentação ficam à margem tanto no espaço da feira quanto em relação à prefeitura, se sentindo menos apoiados do que os demais.

III.2 – O “fazer feira” como espaço de socialização

Com as baixas vendas, no contexto atual (2017) na feira e com os entraves internos e externos a ela, alguns feirantes, mesmo sem rendimentos significativos, às vezes mesmo tendo prejuízos, vão para a feira. Tal posicionamento denota ao mesmo tempo uma confiança de que consumidores irão aparecer e bem como os outros feirantes também irão. Dado que apenas pela ação e vontade de um feirante não seria possível a realização da feira.

Assim como para Mauss, em Simmel (2008), a sociedade é fundada pelas relações entre indivíduos. A interação entre os indivíduos através de seus impulsos, motivados por suas necessidades (fome, trabalho, amor, etc), que não são em si mesmas sociais, mas fatores de sociação, e quando se passa do impulso da necessidade para a interação na sua realização há uma agregação de indivíduos isolados. Dessa forma, os indivíduos seriam movidos por seus interesses conforme as necessidades, mas tais interesses na relação social se descolam do indivíduo, tomando forma por si mesmos e criando comportamentos desejáveis para a vida em sociedade.

Sendo assim, os indivíduos se reuniriam por interesses e necessidades específicas, só que para além desses conteúdos, todas as formas e sociações seriam acompanhadas pela satisfação de estarem socializados, gratos por formar uma sociedade. Tal sentimento é o que Simmel denomina de o impulso da “sociabilidade”.

Na sociabilidade as motivações individuais são colocadas de lado a favor das relações de interação entre os indivíduos. Quanto mais essa sociabilidade é perfeita (descolada das individualidades) mais ela adquire um papel simbólico que não pode ser explicado racionalmente. Em suma, o autor define sociabilidade como uma “forma lúdica de sociação” na qual os interesses em cooperar realizam um movimento que define a forma social de indivíduos não autônomos e frente às diversas possibilidades, ressignificando os interesses na interação. Essa forma lúdica requer um tempo para que os interesses objetivos sejam suplantados pela interação social. É como a conversa, a troca ou a formação de partidos, que mesmo embutidos de interesses possuem uma lógica própria, tornando-se um fim em si mesmo.

Podemos tomar como óbvio o fato de que a sociabilidade só funciona de maneira relacional, então os impulsos de um indivíduo devem ser compatíveis com os impulsos do outro. Tal fato torna a sociabilidade democrática, quando realizada entre membros de um mesmo estrato social, sendo a sociabilidade entre estratos sociais diferentes contraditória. É um jogo de cenas para Simmel (2008), que cria um mundo sociologicamente ideal, onde a satisfação de uns indivíduos está relacionada com a felicidade de outros; essa encenação não é uma farsa, exceto quando instrumentalizada, ou seja, quando se racionaliza a ação na socialização.

O processo de reprodução socioeconômica na feira pode ser visto como um processo de socialização, ou ainda por uma vertente não utilitarista, dentro de uma abordagem

reflexiva, é composto por diversos elos de vínculos sociais. Primeiro, a dupla atividade produtor/feira é baseada nos vínculos familiares, pela mão de obra, divisão de renda, o compartilhamento (mesmo que não legalizado) da DAP, a cessão da propriedade, a barraca entre parentes.

Assim como Bourdieu (1979) relatou no estudo sobre os camponeses argelinos que os parentes se sentem responsáveis uns pelos outros, encontrei na pesquisa homologias. Por exemplo, uma cliente foi encomendar uma jaca para ser buscada na próxima feira, de uma barraca em que ela sempre comprava; o feirante disse “quem vai estar aqui é meu primo, você não conhece ele mais a barraca vai estar no mesmo lugar, ele está desempregado e estamos dando uma força pra ele”.

A relação entre os parentes não exclui o interesse e o cálculo, nem mesmo o dever de solidariedade, visto que nessa mesma família relacionada acima, ao mesmo tempo em que se presenciou ajuda mútua (compartilhamento de DAP, uso de propriedade, etc.), presenciou-se situações hierárquicas no trabalho entre parentes: um membro da família ficava supervisionando o trabalho dos demais e ordenando o que fariam, quantas horas trabalhariam e era responsável pelo pagamento que seria feito depois da feira. Em relação a isso, ele afirma: “afinal ninguém trabalha de graça”.

Outro vínculo que pôde ser observado se dá entre os feirantes que cooperam para o funcionamento da feira em relações não simétricas e nem sempre harmoniosas, mas de fato, mesmo que não se justifique pela racionalidade econômica ir à feira, com baixos ganhos, os feirantes vão; ao mesmo tempo na confiança de que os outros feirantes também irão e, dessa forma, eles têm a obrigação de também ir. Às vezes conversam durante a feira e terminam as conversas com o lamento sobre as poucas vendas, mas, no meio dessa interação, conhece-se sobre a família do outro, fortalecendo as relações.

Durante a pesquisa de campo notei duas feirantes do ramo da alimentação conversando sobre a recente viuvez de uma delas: no início ela não queria “fazer a feira”, achava que não dava retorno financeiro e já era aposentada, mas depois de um ano e meio nessa feira ela parou de vender nos outros lugares que ia como vendedora ambulante e continuava com a feira, pois mesmo sem vender, pelo menos ela “sai de casa, conversa e vê gente”.

Os feirantes ainda fazem as refeições juntos, trocam, “dando” uns para os outros itens alimentícios: “quero que você experimente isso”, ou cuidando da barraca quando o outro

precisa se ausentar. Esse auxílio mútuo pode ainda ser visto através da divisão da despesa entre eles, pois se algum faltar com o dinheiro “pesa” para os demais.

Com relação ao vínculo entre feirantes e consumidores, pode-se afirmar que os feirantes esperam um reconhecimento por parte do outro grupo, além de se incomodarem com a impessoalidade nas transações realizadas. Assim, para o feirante é um constrangimento quando um consumidor pede por algum item que ele não possui, então, ele sempre tenta remediar com outro item ou indicar outra banca que possa ter o produto. A feira, para o consumidor, é lugar de compra de alimentos com menor custo e maior qualidade do que em outros estabelecimentos de consumo da cidade, mas também é um lugar que se vai com a família ou sozinho para consumir na praça de alimentação, ver o trem e conversar. Não raro são vistos consumidores que não vão “fazer a feira”, mas consomem no lugar e ficam durante horas, alguns são até conhecidos por todos, sendo uma “figura” que faz parte da feira.

Outro vínculo fundamental é a relação dos feirantes com a prefeitura, intermediada pela presença indispensável do fiscal. Primeiramente porque a feira é viabilizada e legitimada por tal instituição, o que auxilia no encontro de parceiros apoiadores (INCRA, ITESP e Banco do Brasil). Dessa forma, a questão da dívida na reprodução social e econômica dos feirantes está relacionada ao fator político que o movimento antiutilitarista (M.A.U.S.S) chama a atenção.

Diferente do passado, a prefeitura cria um projeto de feiras que além de não precisar pagar impostos nas transações ali feitas, ou pelo uso do espaço, ainda organiza a logística das barracas e dá destino para as sobras da feira - que vão para instituições de caridade. Ela organiza uma “paz de feira” diferente das anteriores, fiscalizando se os preços estão visíveis, se todos os feirantes estão presentes, se o horário está sendo respeitado, se não há concorrência desleal ou compatibilidade de itens e incompatibilidade de preços que poderia levar a grandes diferenças.

Para Garcia-Parpet, a feira tem um significado em quase todas as comunidades: para os feirantes é lugar de ir vender o produto de sua plantação, mas também é lugar de troca de itens e de angústias; para os consumidores é lugar de comprar frutas, verduras e legumes com maior qualidade e para prefeitura é lugar de mediar necessidades diferentes.

A reprodução socioeconômica dos feirantes está em relação com o contexto social e econômico no qual estão inseridos, por isso a importância de políticas públicas nessa reprodução. A prefeitura, ao organizar feiras que permitam o escoamento da produção

agrícola familiar, beneficia não só os produtores, mas também a segurança alimentar. No entanto, não basta só a criação de feiras, é preciso encontrar caminhos para o escoamento, evitando desperdícios e perdas dos agricultores familiares.

Se a estratégia de reprodução está ligada à classe, encarada aqui no sentido expresso por Bourdieu – como um agrupamento social ligado a uma rede, em lutas internas e externas para a manutenção do poder ou da posição social, validando seus capitais, a escolha de um manejo específico como o orgânico se constitui em uma luta interna (vista na crítica excessiva pelo aumento de trabalho que resultaria na conversão para a agricultura orgânica) e a venda para mercados fixos, pelo baixo preço, se constituiria como uma luta externa.

Se pensadas como antecipação do futuro adaptado ao presente, as intenções de vender produtos com mais valor agregado (e aqui não só econômicos, como no caso dos orgânicos) - seja para garantir mais qualidade de vida para a família ou educação para os filhos, são possibilitadas pela existência da feira de produtores pela potencialidade objetiva, no sentido de ser um campo dos possíveis.

Quanto ao futuro da reprodução socioeconômica dos feirantes só é possível que eles façam uma projeção se a pressão das necessidades econômicas não forem grandes, e nisso, a prefeitura, como organizadora da feira, assume um papel chave: ela como instituição legítima e legitimadora que pode concretizar a feira como espaço de escoamento viável para os agricultores familiares/feirantes.

CONCLUSÃO

Permeado pelo objetivo geral de analisar a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP enquanto espaço de reprodução social e econômica dos feirantes, através do recorte teórico metodológico da sociologia reflexiva, somado à conceptualizações e interpretações da sociologia econômica e rural, o estudo aqui desenvolvido resgatou primeiramente o histórico sobre as feiras, o qual possibilitou observar, na gênese dessa praça de mercado, temáticas caras às Ciências Sociais, principalmente pelas trocas estabelecidas entre o ambiente rural e urbano.

O resgate inicial da legislação sobre as feiras em Araraquara e outros documentos municipais serviu para interpretar o contexto da pesquisa de maneira particular, vendo na realidade encontrada neste momento (2017) o resultado de um processo histórico, político e econômico, que tem - junto com a convivência de diferentes tipos de produção agrícola -, um *circuito de feiras do produtor* (“negócios do campo”), o qual se mostrou preponderante para a reprodução socioeconômica dos feirantes. Ressalto que por se tratar de um circuito de feiras as conclusões e descrições não se limitaram ao *locus* da pesquisa (a feira noturna).

Os agricultores/feirantes como agentes são contemporâneos do processo de industrialização da alimentação, da emergência das centrais de abastecimentos e do surgimento dos supermercados. Esses últimos suplantam o fortalecimento dos grandes circuitos de comércio, porém, de maneira oposta, aqueles agentes estão inseridos em um espaço social que pode ser visto como estratégia de reprodução (ou mesmo processo de resistência).

A dupla atividade agricultor/feirante é distinta pela temporalidade resultada do processo de preparar a terra, plantar, cuidar, colher, transportar e vender. Mas também pela espacialidade do lugar que se planta, no rural - que em alguns casos passou pelo processo de conquista da terra através dos projetos de assentamentos -, para o lugar que se vende: os locais da feira na região urbana da cidade.

A concomitância de atividades permite a realização da autonomia dessas famílias, bem como a manutenção ou recriação de um universo de significados em torno do “fazer agricultura” e do “fazer feira” em um processo que é econômico, social e, também, político. Processos os quais são sustentados por racionalidades específicas que não operam no contexto das “esferas separadas”. Pelo contrário, a reprodução se perpetua no entrelaçamento do que é

da “família” e do que é do “negócio”, tendo principalmente a “casa” (ou a terra/propriedade) como elo.

Outro elo primordial nesse entrelaçamento se dá através da função que as mulheres ocupam dentro das famílias. Estando essas no cuidado com a terra, na logística de organização para a feira e no trato com os consumidores. Ao mesmo tempo em que cuidam dos afazeres domésticos e dos filhos. Essas, como agentes consumidoras, ainda estão no outro lado do circuito, como socialmente responsáveis pelas escolhas na alimentação da família.

Mostra importante resaltar que a aparente unidade no processo de socialização, tanto para a composição do espaço social da feira, como das famílias, não se dá, como esperado na análise reflexiva, sem disputas. Seja pela distinção dos itens vendidos (alimentação/artesanato versus hortifruti), pela forma de ocupação da terra (assentados ou não) ou mesmo pela função exercida na família (familiar feirante/agricultor ou diarista). Essas são tensões latentes que na interação com outras instituições (ex. prefeitura) dinamizam esse espaço social. Nessa disputa destacou-se as famílias núcleos responsáveis pelas barracas de hortifutis (agricultores/feirantes).

Esses estão inseridos em um circuito curto de comércio na cidade de Araraquara que se desdobra virtuoso por possibilitar essa dupla atividade as famílias. Circuito no qual seus agentes também consomem a própria produção - ou trocam com os demais -, ocupando as duas pontas dessa cadeia. De forma que o “fazer feira” é também uma via de segurança alimentar para os agentes, conforme apontado por Kuranaga (2006).

O estudo, no plano macro, considerou Araraquara como integrante da realidade brasileira, na qual, tendo como origem uma população rural (sem esquecer-se da herança colonial e escravista), a modernização conservadora somada à Revolução Verde resulta em diferentes processos de resistências e adaptações das formas produtivas agrícolas. Tal fato nos levou ao objetivo da investigação, pois as diferentes formas de resistência ou mesmo de adaptação às mudanças ocorridas no rural brasileiro se dão conforme as estratégias e possibilidades de cada agricultor ou família de agricultores, sobretudo pela concomitância de atividades, como a feira e a agricultura.

De forma que, no plano micro do estudo, para os produtores familiares de Araraquara, participar do circuito de feiras da cidade apresenta-se como uma forma de manter a atividade da agricultura (ainda que não seja do ramo de hortifruti da feira), além de atingir uma qualidade de vida superior a que outros trabalhos possibilitariam (agroindústria, doméstica,

etc.), sendo, portanto, uma estratégia de reprodução socioeconômica que, enquanto tal, está relacionada ao *habitus* e à trajetória dos agentes investigados.

Com relação ao *habitus* de grupo, pode-se dizer este grupo é composto por filhos de agricultores que herdaram tal saber dos pais, iniciando ainda na infância atividades agrícolas e, quando encontram a possibilidade da posse da terra, principalmente com os projetos de assentamentos da reforma agrária na cidade de Araraquara e participando da criação dos espaços de escoamento da produção, conseguem manter e até mesmo melhorar as relações sociais e as condições econômicas.

Assim, o recorte teórico-metodológico levou-me a atingir o objetivo geral da pesquisa com a investigação relacional e reflexiva da reprodução socioeconômica nas feiras, pautado principalmente na teoria de Pierre Bourdieu e nos conceitos problematizados pela sociologia rural, em especial nas possibilidades de investigação da *agricultura familiar* e da sociologia econômica em evidenciar os aspectos sociais da feira para além da praça de mercado.

A escolha intencional dos entrevistados, a construção do roteiro das entrevistas de profundidade e a observação de campo que se estendeu ao longo de oito meses, permitiram-me concluir outro pressuposto, para além do objetivo geral: o de que a feira é um espaço social. As relações entre familiares, feirantes, agentes públicos e comerciantes sustentam vínculos sociais e, mesmo diante de disputas latentes entre os agentes, esses cooperam em um processo de socialização.

O processo de descrição e problematização dos dados atingiram, além do objetivo geral, um paralelo, que é objetivar a feira (enquanto mercado) como uma construção social, contribuindo para os estudos da sociologia econômica.

De maneira conclusiva e respondendo ao questionamento que acompanha toda a realização dessa dissertação: “quem é que faz a feira e por que a fazem? ”. Pode-se afirmar que os agentes desse espaço social são, sobretudo, agricultores e feirantes nunca isolados, mas parte de uma rede de relações familiares, econômicas, políticas e afetivas. Fazem não só uma feira, mas um circuito de comércio desse tipo, apoiados em suas trajetórias e nos campos dos possíveis.

Esses agentes as fazem, em um primeiro momento, como alternativa de escoamento de uma produção que antes ia para mercados fixos ou institucionais, articulados com a prefeitura, como representante local do Estado, como instituição fundamental para tais possibilidades.

Mas estes como agricultores/produtores/feirantes, também, “fazem” a feira baseados

em racionalidades específicas, para além do *homo economicus*, pois não buscam somente lucros financeiros, mas a manutenção ou resignificação do ofício herdado dos pais, de seu local de moradia, de laços sociais e, também, reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAGRP. **Área de atuação:** Araraquara. Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, Acessado em 07/03/2017, <http://www.abagrp.org.br/cidadesDetalhes.php?id=4>.

ABRAMOVAY, R. **Entre Deus e o diabo:** Mercado de interação humana nas ciências sociais. São Paulo: Tempo Social, v. 16, n. 2, 2004.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural:** o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Texto para discussão no 641 , convênio FIPE/IPEA, 1997.

ALENTEJANO, P. R. R. **O que há de Novo no Rural Brasileiro?** Terra livre. Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Nº 15, 2000.

ANJOS, S. F; GODOY, W. I.; CALDAS. **As Feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização:** perspectivas e tendências. Pelotas: Ed. E Gráfica Universitária, 2005.

ANTUNIASSI, M. H. R; AUBRÉE, M; CHONCHOL, M. E. F. **De sitiante a assentado:** trajetórias e estratégias de famílias rurais. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, vol.7, n.3, 1993, p.125-132.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 244.** Prefeitura de Araraquara, 1953.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 350.** Prefeitura de Araraquara, 1954.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 2.281.** Prefeitura de Araraquara, 1977.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 2.406.** Prefeitura de Araraquara, 1978.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 6.570.** Prefeitura de Araraquara, 2007.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 8.288.** Prefeitura de Araraquara, 2014.

ARARAQUARA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (2014- 2017).** Prefeitura do Município de Araraquara, 2014.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BAERT, P. **Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e**

na sociologia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n. 35, 1997.

BARONE, L. A. **A Revolta, Conquista e Solidariedade.** A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pósgraduação em Sociologia, UNESP, Araraquara, 1996.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B. **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas : FEAGRI/UNICAMP ; Araraquara : UNIARA ; São Paulo : INCRA, 2003.

BENJAMIM, C. **Os produtos Orgânicos no Brasil:** aspectos econômicos, sociais e políticos. Monografia FCLAr, Araraquara-SP, 2015.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** Brasília: ministério da saúde, 2014.

BRASIL. **Manual I:** Breve História do Sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007). MAPA, 2008.

BRASIL. **Manual do agente emissor de DAP.** Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA, 2014.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é, o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. **O Desencantamento do Mundo:** estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A metamorfose dos gostos.** In Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.127-35.

BOURDIEU, P. **Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação.** Campinas, SP: Papirus, 1996a.

BOURDIEU, P. **O campo econômico.** França: Revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, 1997.

BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **O camponês e seu corpo.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política, n. 26, 2006, p 83-92.

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007a.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BRUNDTLAN, C. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. Nova Iorque: Universidade de Oxford, 1987.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros), 1964.
- OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- CARNEIRO, M. J. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: Mundo Rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, 1999. p. 323-344.
- CASCUDO, L da C. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHONCHOL, J. **A soberania alimentar**. São Paulo: Estudos avançados, vol. 19, n. 55, 2005.
- COLLAÇO, J; MENASCHE, R. **Comer contemporâneo: e não é que comida continua boa para pensar?** Goiânia: Soc. e Cult., v. 18, n. 1, 2015, p. 5-11.
- COMUNELLO, F, J. **O movimento nos mercados: a formação dos circuitos agroecológico e orgânico**. Anais V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo. 2010
- COMUNELLO, F. J. **Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo**. Unicamp: RURIS. vol. 6, n 1, 2012.
- CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. **Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais**. Revista Brasileira de Agroecologia, vol.5, n. 2, 2010, p 22 – 38.
- DAROLT, M. R; LAMINE, C; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. Revista Agriculturas, v. 10 - n. 2, 2013.
- DELGADO, G. C; CARDOSO Jr., J. C. **A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90**. Anais da ANPEC, Belém, 1999.

DIEGUES Jr, M. **Populações Rurais Brasileiras**. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. p.121-131

DÓRIA, C A. **A formação da Culinária Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2009.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 18, 2002. P. 28-46.

FOURNIER, M. **Marcel Mauss ou a dádiva de si**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 21, 1992, p. 104-112;

FOURNIER, M. **Para reescrever a biografia de Marcel Mauss**. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol.18, n. 52, 2003, p.5-13.

FULLER, A. M. **From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe**. Londres: Journal of Rural Studies, vol. 6 n.4, 1990, p. 361-373.

GARCIA, A; PALMEIRA, M. **Rastros de Casa Grande e de Senzalas: transformações sociais no mundo Rural Brasileiro**. In: SACHS, I; Wilhem, J; Pinheiro, P. S. Brasil: um século de Transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 40 - 77.

GARCIA-PARPET, M. F. **Feira e Trabalhadores Rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano**. Rio de Janeiro: tese de doutorado- UFRJ, 1984

GARCIA- PARPET, M. F. **O Segundo sexo do comércio, camponesas e negócio no Nordeste do Brasil**. Revista brasileira de Ciências Sociais, n 19, 1992.

GARCIA- PARPET, M. F. **Representações Científicas e Práticas Mercantis Camponesas**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas Raízes, vol. 21, n. 02, 2002.

GARCIA- PARPET, M. F. **A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaine-en-Sologne**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2003, p. 5-44.

GARCIA- PARPET, M. F. **Mundialização dos mercados e padrões de qualidade: vinho, o modelo francês em questão**. Tempo Soc. [online], v.16, n.2, 2004, p. 129-150.

GARCIA- PARPET, M. F. **A Gênese Social do Homo-Economicus: a Argélia e a Sociologia da Economia em Pierre Bourdieu**. Reio de Janeiro: Revista Mana, vol.12, n. 2, 2006.

GARCIA- PARPET, M. F. **Dinâmica de Mercado e Trajetória de Produtores em Face do Sistema de Classificação de Vinhos**. São Paulo: Revista administração de empresas, vol.47,

n.2, 2007.

GARCIA-PARPET, M. F. **A construção intelectual dos mercados agrícolas**: a Sociedade Francesa dos Economistas Rurais e a revista *Economie rurale*. Rio de Janeiro: Mana, vol.16, n.1, 2010.

GARCIA- PARPET, M. F. **Estudo de caso de ‘Mercado Auto-Regulado’**: normas voluntárias e qualidade dos produtos da Agricultura Orgânica. REED [online], vol.4, n.2, 2012.

GARCIA- PARPET, M. F. **A Sociologia da Economia de Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Revista sociologia & antropologia, vol. 03, n. 05, 2013, p. 91 – 117.

GASPI, S; LOPES, J.L. **Desenvolvimento Sustentável e Revolução Verde**: uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná. Curitiba: XI Encontro de Economia da região Sul. UFPR, 2008.

SILVA, J.G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

GODOY, W. I. **As feiras-livres de Pelotas, RS**: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. Pelotas: Tese da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, 2005.

GONÇALVES, E. V. **Um panorama do “consumo” a partir da Nova Sociologia Econômica**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 6, n. 3, 2009.

GOODMAN, D; SORJ, B; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 e a Reforma Agrária**: aspectos metodológicos e primeiros resultados. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf > Acesso em: junho de 2016.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **IBGE Cidades - Araraquara – São Paulo**. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350320&search=sao-paulo|araraquara>. Acessado em julho de 2016.

JARDIM, M. A. A; CAMPOS, R. L. S. **A construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica**. Araraquara: REDD, vol. 4, n. 2, 2012 (Apresentação)

JARDIM, M. C. **MercadoS**: Nem Sagrado, nem Profano. JARDIM, M.C (Org). São Paulo,

SP: Cultura Acadêmica, 2015.

JORNAL EPTV. **Feira Noturna de Araraquara, SP, faz 1 ano e movimenta até R\$ 120 mil por mês.** Site de notícias G1.com, São Carlos/Araraquara, publicado em 27/08/2015. Acessado em 24/04/2016, <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/jornal-da-eptv-2edicao//videos/v/feira-noturna-de-araraquara-sp-faz-1-ano-e-movimenta-ate-r-120-mil-por-mes/4425264/>

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

KURANAGA, A. A. **Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara.** Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2006.

LANG, T; HEASMAN, M. **Food wars: the global battle for minds, mouths, and markets.** London: Earthscan Publications, 2004.

LEITE, S. P. **Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 13, no. 2, 2005, p 280-332.

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido.** São Paulo: Brasiliense, 1991

LOPES Jr, E. **As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica.** Sociedade e Estado[online], vol.17, n.1, 2002, p.39-62.

LUPA. **Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo.** Dados consolidados municipais, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA 2007/2008.

MAPA. **Cooperativismo-Associativismo.** Página do site do ministério da agricultura, acessada em 29/01/2017, <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>.

MARDSSEN, T. **Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring.** Netherlands: Sociologia Ruralis, vol 32, n. 2/3, 1992, p. 209 - 230.

MARTINS, J. S. **Tendências na Sociologia Rural.** In: Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 181 – 197.

MARTINS, P. H. **De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S: movimento antiutilitarista nas Ciências Sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, n. 66, 2008, p. 105 - 130

MARTINS, R. C. **Pensando as ruralidades contemporâneas.** In MARTINS, R. C. (org).

Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 7 – 12.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. Com introdução de Claude Lévi-Strauss. São Paulo, EPU, 1974.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MENASCHE, R. **Campo e cidade, comida e imaginário**: percepções do rural à mesa. Ruris, v. 3, n. 2, 2010, p. 195-218.

MENDRAS, H. **A Cidade e o Campo**. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (org). Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 33-40.

MENEZES, M. A. **Trabalhadores migrantes**: processos de expropriação e reprodução da Família. In MARTINS, R.C (org). Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 155 - 174.

MOREIRA, R J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/CPDA, 1999.

PEIRANO, M. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe [Online], vol. 2, 2008.

PEREIRA, G. R. de M; CATANI. A. M. **Espaço social e espaço simbólico**: introdução a uma topologia social. Florianópolis: Perspectiva. v.20, n. Especial, 2002, p. 107-120.

PIERRI, M. C. P; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da Agricultura familiar**. Campo Grande-MS: Anais do 48º Congresso da SOBER, 2010.

PINTO, V. **Pratos e prosas**: história, cultura e culinária no Assentamento Bela Vista do Chibarro. São Paulo: VCP Produção Cultural, 2014.

POLANYI, K. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POULAIN, J. P; PROENÇA, R. P da C. **O espaço social alimentar**: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Campinas: Rev. Nutr., vol.16, n 3, 2003, p. 245-256.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

PREFEITURA de SÃO PAULO. **100 anos da feira livre em São Paulo**. São Paulo, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. **Por que uma sociologia dos grupos rurais?** In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (org). Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 7 – 32.

QUEIROZ, M. I. P. **Uma categoria rural esquecida (1963).** In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S. B; WANDERLEY, M.N.B. (ORGS) Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas. V. 1. São Paulo: EDUNESP, 2009, p. 57-72.

RAU, V. **Feiras Medievais Portuguesas:** subsídios para o seu estudo. Lisboa: editora Presença, 1983.

RAUD, C. **Bourdieu e a nova sociologia econômica.** Tempo Social. Revista de. Sociologia da USP, v. 19, 2007, p. 203-232.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. **A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil.** REED [online], vol.4, n.2, 2012.

SANTOS, M. **O tempo nas cidades.** São Paulo: Ciência e cultura, vol.56, n.2, 2004, p. 21-22

SANTOS, A. M. M, GIMENEZ, L. C. P; MATTOS, C, B. **Hiper e Supermercados no Brasil.** Gerência setorial de comércio e Serviços do BNDES, 1999.

SCARTEZINI, N. **Introdução ao método de Pierre Bourdieu.** Cadernos de Campo, n. 14 e 15, 2010/2011.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHENEIDER, S. **A Diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SIMMEL, G. **Sociologia da refeição.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n. 33, 2004.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN, C. J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano.** In: MARTINS, J. de S. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 198-224.

STEINER, P. **Altruísmo, Dons e Trocas Simbólicas:** Abordagens sociológicas da troca. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

SWEDBERG, R., **Sociologia Econômica:** hoje e amanhã. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2004.

TONNEAU, J. P., SAUBOURIN, E. **Agricultura familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais - ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

TRIGO, M. H. B. **Habitus, campo, estratégia**: uma leitura de Bourdieu. São Paulo: Cadernos Ceru. Série 2, n. 9, 1998.

URIARTE, U. M. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Ponto Urbe [Online], n. 11, 2012.

VOGT, S. P. C. **A construção social do mercado institucional de alimentos**. Dissertação de mestrado do Curso de pós-graduação de extensão rural da universidade Federal de Santa Maria, 2009.

WACQUANT, L. **Poder simbólico e fabricação de grupos**: como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos Estudos CEBRAP, vol. 96, 2013, p. 87-103.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 21, 2003, p. 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. **A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no brasil contemporâneo**. In: SCALON, C; RASIA, J. M; SALLA, A. L. (orgs.) Mudanças e desafios sociológicos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 25-36

WEBER, F. **Penser la parenté aujourd'hui**: la force du quotidien. Paris: Editions Rue d'Ulm, 2013.

WEDIG, J. C. **Agricultoras e agricultores à mesa**: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WHITAKER, D. C. A. **A Questão da diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara-SP**. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B. Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003

ZELIZER, V. A. **Dinheiro, poder e sexo**. Cadernos pagu, vol 32, 2009a, p.135-157.

ZELIZER, V. A. **Dualidades perigosas**. Revista MANA, vol. 15, n. 1, 2009b, p. 237-256.

ANEXOS

Tabela I - Feiras do Município de Araraquara-SP

	“Negócio do Campo” Feiras nas padarias; Feira no terminal de integração; feira da Praça Pedro de Toledo e Feira Noturna	Outras feiras do Produtor	Feiras Livres⁵⁰
Segunda-feira	1	1 (condomínio Piemonte)	
Terça-feira	2	1 (UNIARA)	1 (Carmo)
Quarta-feira	2		3 (Santa Angelina, Vila Melhado e Praça Pedro de Toledo)
Quinta-feira	3		3 (Jardim Altos de Pinheiros, Praça São Benedito na Vila Xavier, Jardim Primavera)
Sexta-feira	1		1 (São José)
Sábado	2		1(São José)
Domingo	1		2 (São Geraldo e Jardim Roberto Selmi Dei)

⁵⁰ Informações recentes sobre a ocorrência dessas são escassas, essas foram tiradas de uma notícia do site da câmara dos vereadores de julho de 2010 (<http://www.camara-arq.sp.gov.br/publico/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=6058>).

Anexo II – Questionário para Prefeitura Municipal: Feira Noturna

O presente questionário tem como finalidade a realização de pesquisa científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), desenvolvida pela Mestranda Camila Benjamim Vieira, dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.

As perguntas abaixo versam sobre a idealização e o funcionamento da Feira Noturna de Araraquara, realizada na plataforma da antiga Estação Ferroviária da cidade.

Informações para o preenchimento: Se desejável, poderá ser elaborada uma única resposta no final do questionário ou responder as questões individualmente logo após as perguntas.

Entrevistado/a: Eduardo Henrique Marin

Cargo: Gerente da Agricultura

Formação profissional: Administração

Quais foram os motivos e os responsáveis pela idealização da feira e qual a data da primeira feira?

Resposta: Os motivos para a criação da feira foi de achar um meio dos produtores rurais da agricultura familiar escoar seus produtos e também que a população tivesse uma opção de adquirir seus produtos diretamente com os produtores, com isso, anulando o atravessador e adquirindo os produtos mais frescos. Os responsáveis pela idealização foi a equipe técnica da Secretaria de Agricultura em conjunto com as Secretarias de Ciências, Tecnologia, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, - Orçamento Participativo. A Primeira feira ocorreu no dia 31 de Julho de 2014.

Como se deu a escolha pela antiga Estação Ferroviária para a realização da feira?

Resposta: Em reunião com os parceiros para podermos criar um espaço para o escoamento dos produtos e pela aquisição de produtos frescos pela população, ficou eleito o espaço da antiga Estação Ferroviária, pelo fato histórico do local e principalmente pela fácil localização, tanto para motoristas como para usuários de transporte coletivo que usam o terminal central de integração para se locomoverem para qualquer bairro onde residem.

Qual foi a forma de captação de verba para o investimento estrutural da realização da feira?

Resposta: A realização da Feira Noturna se deu graças a parceiros e colaboradores que de certa forma, contribuíram com materiais (Bancas, barracas, divulgação, panfletos). Não foi onerado um centavo dos cofres públicos, a não ser os gastos com iluminação, água, fiscal, limpeza e o próprio local que não é cobrado aluguel dos feirantes.

Quais os critérios para esses feirantes integrarem a feira? Quantos feirantes fazem parte hoje da feira? Existe demanda ou disponibilidade para aumentar a feira?

Resposta: Tem que ser produtor familiar, que detenha o Documento de Aptidão ao Pronaf,

para os produtores rurais; e para os demais participantes que atuam nas áreas de alimentação e artesanato, os mesmos precisam produzir seus produtos artesanalmente. Atualmente temos 35 feirantes. Demanda sempre existe, mas não temos disponibilidade por motivo de segurança dos feirantes e da população.

Existe reuniões ou instruções para os feirantes? Existe algum tipo de fiscalização da feira?

Resposta: Costuma-se fazer reuniões com os feirantes trimestralmente tanto para instruí-los em algum assunto pertinente ou para votação de alguma questão que envolva a feira. A fiscalização da feira é feita por um funcionário público da Secretaria Municipal de Agricultura (Cargo Fiscal) juntamente com a Comissão Gestora da Feira do Produtor, se houver a necessidade da mesma.

Algum feirante possui o papel de liderança na Feira?

Resposta: Temos um grupo formado informalmente como liderança para resolver quaisquer assuntos de interesse dos feirantes. Esse grupo foi formado pelos próprios feirantes, em votação.

A feira integra o “Negócios do campo”? No que consiste essa frente (“Negócios do Campo”) dentro da prefeitura de Araraquara?

Resposta: As Feiras do Produtor estão dentro do Projeto Negócio do Campo. Essa frente consiste em apoio aos agricultores familiares em comercializar seus produtos diretamente com o consumidor final, trazendo aumento de renda para a família e beneficiando a população com produtos frescos, colhidos no dia.

A idealização da feira vai ao encontro de algum projeto municipal, estadual ou federal específico?

Resposta: A idealização da feira vai diretamente com o Projeto Municipal “ Projeto Negócio do Campo – Feira do Produtor”

A feira possui patrocínios e/ou apoios públicos e privados?

Resposta: A Feira contou com apoio do Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Fundação Banco do Brasil e Droga Ven (panfletos e banners).

Quais os retornos econômicos, sociais e políticos que a feira oferece?

Resposta: Aumento na renda familiar dos pequenos agricultores familiares, incentivo a produção e diversificação dos produtos pelos produtores rurais e qualidade do alimento na mesa da população.

Caso queira contribuir com mais algum ponto que não foi tratado no questionário escreva abaixo:

Resposta: (deixou em branco)